



Fábio Laurandi Coelho

**A Escrita da História de João Pedro Ribeiro:
a Ilustração portuguesa e a operação historiográfica
na passagem do século XVIII para o XIX**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História Social da Cultura, do
Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Rio de Janeiro
Abril de 2012



Fábio Laurandi Coelho

**A Escrita da História de João Pedro Ribeiro:
a Ilustração portuguesa e a operação historiográfica
na passagem do século XVIII para o XIX**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Francisco José Calazans Falcon

Departamento de História – UNIVERSO

Prof. Oswaldo Munteal Filho

Departamento de História – PUC-Rio

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2012.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Fábio Laurandi Coelho

Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2009. Durante a graduação foi monitor da área de Historiografia e Teoria e participou de grupo de pesquisa como bolsista PIBIC-CNPq, desenvolvendo o projeto que deu origem à pesquisa norteadora desta dissertação de mestrado, cuja ênfase é a Ilustração em Portugal.

Ficha Catalográfica

Coelho, Fábio Laurandi

A escrita da história de João Pedro Ribeiro : a ilustração portuguesa e a operação historiográfica na passagem do século XVIII para o XIX / Fábio Laurandi Coelho ; orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. – 2012.
112 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Ilustração portuguesa. 4. Escrita da história. 5. Historiografia. 6. Ribeiro, João Pedro. I. Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para Manoel Salgado Guimarães, *In Memoriam*

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura e ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro por acolherem e acreditarem neste projeto.

Agradeço ao CNPq, órgão que financiou esta pesquisa durante os dois anos em que foi realizada.

Um agradecimento especial ao meu professor orientador Antonio Edmilson Martins, que acreditou nesse estudo até quando o mesmo parecia querer ruir por vontade própria.

Ao professor Ricardo Benzaquen de Araujo, que me orientou até certo ponto deste trabalho. Aos professores Ilmar Rohloff de Mattos e Marcelo Gantus Jasmin por terem participado das conversas iniciais sobre o projeto e que foram cruciais para sustentá-lo após minha admissão no PGHIS.

Agradeço e devo completamente o projeto que possibilitou o surgimento desta dissertação a Manoel Salgado Guimarães, cuja ausência ao longo do processo de escrita beira o absurdo. Foi com Manoel que comecei a estudar este tema ainda na graduação e foi através dele que consegui compreender que o conhecimento intelectual e a inteligência não são imperativos para a empáfia e a distância pessoal. Sua perda continua sendo inconsolável, inexplicável e insubstituível. Foi a perda de um mentor e de um grande amigo.

Ao meu pai Antonio Carlos e à minha mãe Cristina. Para estes não há muitas palavras. Quando o trabalho aqui realizado rumava para os caminhos mais obscuros, não sei de onde os dois conseguiram tirar alguma força para que eu continuasse. Obrigado por me proporcionarem esta oportunidade, e me desculpem a ausência em tantos momentos devido à escrita desse texto. Muito mais que amigos, eu morreria por eles.

A Ágatha Menezes, que me acompanhou durante grande parte dessa trajetória acadêmica e soube lidar com os percalços que ela traz, sendo fundamental para o estudo aqui apresentado.

A Rafaela Balsinhas, cuja amizade, afeição e atenção foram cruciais perante todas as enormes dificuldades que enfrentei ao longo desse mestrado, além de serem sempre importantes para os demais aspectos de minha vida. A Sandra Ferreira, amiga que também soube lidar com os obstáculos impostos por uma pós-graduação ao laço de uma grande amizade, e o manteve fortemente atado. Ao Rodrigo Perez Oliveira, companheiro de graduação que foi um grande interlocutor na escrita do projeto inicial. Ao Fausto Ventura, outro grande amigo de graduação que participou das conversas e das pesquisas que fizeram surgir o projeto. Ao André de Lemos, ao Ivan Norberto, à Daiane Elias e à Carine Rebonatto, cujos diálogos sobre o trabalho foram essenciais para sua continuidade.

Aos amigos que não compartilham minha vida acadêmica e a quem fiz falta durante o estudo, especialmente ao Leonardo Colodete, ao Luis Henrique Nogueira, ao Bruno Fonseca e à Nathalia Mascarenhas.

Aos familiares mais próximos que também acompanharam minha trajetória e torceram por mim, especialmente à minha avó Maria Alice, ao meu avô Newton Gomes Coelho – cuja vida teve fim às vésperas da entrega desse texto, e que sempre teve dedicação imensurável a mim – e aos meus primos João Marcos, Glaucia e Paula, com quem tive a enorme sorte de retomar o contato durante a escrita dessa dissertação.

Ao meu primo de sangue e irmão de alma Raphael Coelho, cuja relação de afeto e dedicação serviu de sustentação e ajuda mútua ao longo de todo este projeto, principalmente em suas etapas mais turbulentas.

Resumo

Coelho, Fábio Laurandi; Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. **A Escrita da História de João Pedro Ribeiro**: a Ilustração portuguesa e a operação historiográfica na passagem do século XVIII para o XIX. Rio de Janeiro: 2012. 112 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de História – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

João Pedro Ribeiro é um dos eruditos que realizam a tarefa proposta pela Academia Real de Ciências de Lisboa para a preparação do terreno para uma escrita da história do reino português na passagem do século XVIII para o XIX. Percorre cartórios e mosteiros em busca de documentos que fossem úteis a tal iniciativa, operando um balizamento do que pretendia para os trabalhos de cunho histórico posteriores. Minha dissertação trabalha a Ilustração portuguesa e a formação que possibilita o surgimento deste projeto como ideal. Em outro momento, discuto a importância que o conceito de história ganha a partir da segunda metade do século XVIII, assim como as mudanças ocorridas com este. Meu trabalho ainda enfatiza as tensões e disputas em torno de uma memória disciplinar que canoniza a obra de Ribeiro como pioneira para a diplomática e paleografia lusitanas.

Palavras-chave

Ilustração Portuguesa; Escrita da História; João Pedro Ribeiro.

Abstract

Coelho, Fábio Laurandi; Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. **João Pedro Ribeiro's Writing of History: the Portuguese Enlightenment and the historiographical operation between Eighteenth and Nineteenth Centuries.** Rio de Janeiro: 2012. 112 p. Dissertation. Departamento de História – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

João Pedro Ribeiro is one of the scholars that perform the labor proposed by the Sciences Academy of Lisbon to prepare the written of a Portuguese history between the Eighteenth Century and the Nineteenth Century. He searches and chooses documents which he judges necessary for this task, guiding the later historical works. I also work with the Portuguese Enlightenment and the formation that makes this kind of project possible. Then, I discuss the growing importance of the concept of history since the second half of the Eighteenth Century, as well as the occurrence of changes in this concept. My work also lays emphasis on the disputes about a disciplinary memory that chooses Ribeiro as the pioneer and precursor for Portuguese diplomatics and paleography.

Keywords

Portuguese Enlightenment; Writing of History; João Pedro Ribeiro.

Sumário

1. Introdução	11
2. Capítulo 1. A Ilustração Europeia e seus desdobramentos em Portugal	16
3. Capítulo 2. A Historiografia Portuguesa entre o Setecentos e o Oitocentos	63
4. Capítulo 3. João Pedro Ribeiro: leituras e releituras	88
5. Conclusão	106
6. Referências Bibliográficas	109

O passado é um imenso pedregal que muitos gostariam de percorrer como se de uma auto-estrada se tratasse, enquanto outros, pacientemente, vão de pedra em pedra, e as levantam, porque precisam de saber o que há por baixo delas.

José Saramago, *A Viagem do Elefante*

Introdução

O estudo apresentado neste trabalho analisa a obra de João Pedro Ribeiro (1758-1839), autor português que escreve seus trabalhos na passagem do século XVIII para o século XIX. Até hoje considerado pai e difusor da diplomática e da paleografia no país, há muitos que o qualificam como o pioneiro ou o precursor de uma história metódica, com caráter científico, em Portugal – a construção desta memória será um dos pontos de discussão deste trabalho. Foi o primeiro lente da cadeira de Diplomática da Universidade de Coimbra (1796) e realizou, durante toda sua carreira, tarefas relacionadas ao trato com os documentos. Sua trajetória chama a atenção pela quantidade de cargos e funções que ocupou em vida, como desembargador da Casa da Relação do Porto e da Casa da Suplicação em Lisboa. Foi deputado extraordinário do Santo Ofício e ainda membro do Conselho de Dom João VI, além de comendador honorário da Ordem da Torre e Espada. Em 1810, na eminência de nova invasão francesa, foi conferida a Ribeiro a tarefa de elencar os documentos importantes e que estavam em estado satisfatório para serem levados ao Brasil, onde a Corte já se encontrava. Foi nomeado ainda cronista-mor do Ultramar, este um cargo que nunca chegou a desempenhar.¹

A escolha do autor foi fruto de uma série de perguntas surgidas a partir da reflexão sobre a emergência do que poderíamos chamar de história com caráter científico em Portugal. O que entendo como cientificidade da história diz respeito à concepção de realização e utilização da tarefa histórica que teria sido vitoriosa, vigorando ao longo do XIX – mas tendo muita relevância até os dias de hoje –, e teria possibilitado a criação das instituições que viabilizariam tal empreitada de maneira regular. Destacam-se, dentre tais instituições, a própria inserção da história como disciplina nas universidades, as academias e institutos voltados especificamente ou que voltavam parte de seus esforços ao trabalho histórico, e os arquivos. João Pedro Ribeiro possui vasta produção neste período, com trabalhos que compreendem a passagem do Setecentos para o século seguinte.

Interessante pensar como a intenção inicial do projeto era problematizar a escrita da história no final do Segundo Império no Brasil e início da República. Desta intenção surgiu a necessidade de recuar no tempo para lançar um olhar

¹ Para mais detalhes, conferir SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia Portuguesa**. Vol. III. Lisboa: Editorial Verbo, 1974, p.230-233.

sobre alguns cânones estabelecidos sobre os primórdios da historiografia nacional. Daí a percepção de uma formação comum entre estes e a nascente historiografia portuguesa no momento implicou no estudo mais aprofundado desta última.

Surgiram, então, leituras que direcionaram a pesquisa para a obra de João Pedro Ribeiro, e tomei a decisão de trabalhar em minha dissertação com a questão da escrita da história na mesma. As *Reflexões Históricas* (1835-36), por exemplo, permitem questionar a própria consolidação do campo historiográfico português no século XIX, no que diz respeito à canonização do método científico de se realizar a tarefa da história.

Neste trabalho, João Pedro Ribeiro direciona a escrita a ser realizada posteriormente, como se produzisse um esforço propedêutico sobre a operação histórica. A elevação de Ribeiro ao posto de precursor e pioneiro da história em Portugal se faz, conforme percebemos analisando a historiografia posterior, pondo em xeque a valorização das práticas que o próprio realizava antes de pôr por escrito a necessidade de uma obra sistemática sobre a história lusitana. O movimento do qual estamos falando, portanto, torna singular o que era plural, elencando passagens e tópicos anteriores de João Pedro Ribeiro com as quais se produz uma memória em torno de sua figura como um precursor da história e pai de outras disciplinas que, como tento deixar claro no meu trabalho, já existiam há tempos em terras portuguesas.

Deste modo, o antiquariado e o colecionismo presentes na obra de João Pedro Ribeiro aparecem em segundo plano na grande maioria das leituras posteriores. Minha intenção foi de voltar a uma obra já analisada e questioná-la sob esta outra ótica, ao que obtive os resultados dispostos ao longo deste trabalho.

Como o papel que João Pedro Ribeiro se arroga seria o de um primeiro arquivista, formador de um corpo documental para a escrita da história de Portugal, a questão da necessidade do arquivo para o trabalho do historiador também foi pensada na escrita de minha dissertação. Falar de tal necessidade pode parecer algo um tanto quanto pleonástico, e Elizabeth Roudinesco tematiza a questão, concluindo que o arquivo é essencialmente pensado como a condição da própria história.² Não há um sem o outro. A literatura contemporânea que se propõe a pensar a tarefa historiográfica confere sempre um lugar destacado à

² ROUDINESCO, Elizabeth. **A análise e o arquivo**. São Paulo: Jorge Zahar, 2006, p. 9.

etapa da pesquisa em arquivo. É a fase da coleta de fontes, do recorte seletivo de uma série de documentos necessários ao trabalho realizado. Por mais que entendamos a tarefa do historiador em termos de fases imbricadas de uma escrita, como sugere Paul Ricœur, a ida ao arquivo é vista como crucial parte deste labor.³ Interessante ressaltar que ao falarmos em arquivo, devemos compreendê-lo não simplesmente como a instituição destinada a guardar documentos, vestígios do passado. Instituição esta representada por um local físico, uma instalação propriamente dita. O local de procura do historiador, onde estão assentados os traços e suportes da memória coletiva de tempos idos, deve ser pensado igualmente como uma linguagem em construção.

Entretanto, esta preocupação ou prioridade do arquivo como local por excelência da busca por documentos deve ser repensada para os propósitos desta dissertação. Jacques Le Goff, ao discutir a problemática do documento transformado em monumento, aponta para a maneira moderna de se realizar a tarefa da história, refletindo sobre o que chama de monumentalização do documento, processo que teria seu auge nos séculos XVIII e XIX. Interessante perceber que, para o autor, o que permite a ideia de uma primazia hierárquica – no que tange à escrita da história – do documento sobre o monumento é a própria transformação do primeiro neste último. Ocorre uma sobreposição de sentidos do monumento no documento. Em outras palavras, o documento é monumentalizado, sendo a ele conferido caráter de prova histórica ou documental. O sentido moderno de documento como testemunho histórico data, portanto, deste momento. Sua objetividade tende a opor-se ao caráter intencional de um monumento, e o documento, dessa forma, impõe a si mesmo. A partir desta constatação, observa-se o surgimento das instituições abordadas acima, os arquivos.⁴

No primeiro capítulo da dissertação, tento estabelecer uma espécie de plano geral do que seria o momento em que João Pedro Ribeiro escreve. Não apenas sobre a produção, mas preocupo-me também com o momento de formação do autor, englobando o século XVIII e o início do XIX. Na verdade, lanço um olhar sobre a Ilustração europeia, e tento compreender como a mesma é trabalhada

³ RICŒUR, Paul. História/Epistemologia. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007, p. 147.

⁴ LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2006, p. 459.

em Portugal. Tomando o trabalho seminal de Francisco José Calazans Falcon ⁵ como base, descrevo a entrada da Ilustração em Portugal, assim como seu desenvolvimento com as particularidades que lhe cabem. As diversas nuances que o movimento ilustrado ganha no reino português merecem destaque para percebermos os objetivos que são formados e discutidos ao longo do Setecentos, assim como vislumbramos o surgimento dos ideais que irão liderar o debate político lusitano na primeira metade do Oitocentos.

No segundo capítulo, aprofundo-me na Ilustração portuguesa e em seu movimento acadêmico, focando especialmente a Academia Real das Ciências de Lisboa e seu papel crucial para o desenvolvimento de uma nova forma de se realizar a relação entre os letrados portugueses, a nobreza e o Estado. A obra que escolhi como guia para esta empreitada foi a tese de doutoramento recentemente escrita por Taise Tatiana Quadros da Silva ⁶, com a qual pude traçar valiosíssimos debates acerca da transformação ocorrida com a tarefa historiográfica durante o século XVIII, e mais especificamente com o surgimento da Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição que leva a cabo o projeto de recolhimento dos documentos tidos como necessários para uma futura escrita da história do reino. O diálogo com esta tese ainda me permitiu uma leitura mais profunda sobre a importância que a história ganha no cenário jurídico português, uma vez que o esforço de laicização do Estado passa por uma reconstrução do seu aparato técnico e uma reforma de suas leis, até então baseadas em um passado divino e lendário do reino. Com a preocupação de criar um corpo de regras fundamental para o presente e o futuro de Portugal, os letrados envolvidos neste projeto acabam por realizar uma operação de recolha de documentos que deveriam ser considerados não somente valiosos historicamente, mas também autênticos.

Esta preocupação abre caminho para o grande desenvolvimento dos saberes ligados à tarefa de autenticação documental, como a diplomática e a paleografia. A erudição ganha destaque no meio letrado português, e passa a ser fundamental na formação dos novos membros do aparelho estatal formado durante o período pombalino, tendo esta política sido continuada no período

⁵ FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**: Política Econômica e Monarquia Ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1993

⁶ SILVA, Taise Tatiana Quadros da. **Maquinações da Razão Discreta**: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010

mariano. João Pedro Ribeiro, que é, afinal, o foco do meu terceiro capítulo, é formado em cânones e trabalha ligado à tarefa historiográfica durante toda a sua carreira. No último capítulo desta dissertação, portanto, apresento o autor em questão, discuto algumas de suas obras, apresento leituras posteriores a respeito do autor, e desenvolvo algumas reflexões de cunho teórico relacionadas ao trato arquivístico com o qual João Pedro Ribeiro pode ser relacionado. Em suma, o capítulo final trata-se de um singelo palimpsesto de ideias sobre Ribeiro, onde tento demonstrar outro viés possível para a leitura de sua obra, assim como realizo um debate com a historiografia que o aborda, destacando temas que tenham a ver com a operação histórica com a qual João Pedro Ribeiro se envolve e com a problemática do pioneirismo em relação a um corpo documental português, tarefa da qual o autor considera-se imbuído.

1

A Ilustração Europeia e seus desdobramentos em Portugal

Para estudar o que reconhece como época pombalina em Portugal, Francisco José Calazans Falcon determina o Mercantilismo e a Ilustração como as duas ideias principais que norteiam todo o seu trabalho.⁷ Tornam-se, assim, o centro de sua análise, sem que o autor deixe de assimilar outros elementos constitutivos da época que, somados, poderiam ser compreendidos como o “espaço-tempo moderno”. A noção de modernidade possui tamanha fluidez e diversidade que é difícil trabalhar com a mesma sem fazer algumas considerações prévias. A definição de uma época, um tempo, tende sempre a ser arbitrária, principalmente uma que traz no próprio nome a ideia de contraponto ao que determina como antigo. Falcon admite a existência de várias modernidades, mas reconhece que na “historiografia ocidental” a noção de moderno vem sendo absolutizada em um espaço-tempo único, que seria constituído pela Idade Moderna.⁸ É sobre este tempo que iremos trabalhar.

Cabe a nós pensarmos essa modernidade em sua extensão linear, através da lenta construção de uma visão de mundo radicalmente nova, que culmina, de alguma maneira, nas pretensões ideológicas da Ilustração. O ponto chave para o começo de uma análise do período em questão seria a lenta transição das estruturas feudais para as capitalistas ocorrida na Europa Central e Ocidental. Dentro desse amplo movimento, destacam-se os processos mentais, políticos e ideológicos que põem culturas diferentes e formas de pensamento distintas em conflito. Quanto a isso, chamo a atenção para um ponto destacado, mais uma vez, por Francisco Falcon:

No âmbito específico das teorias e práticas políticas e econômicas, essa *passagem da transcendência à imanência* assumiu, de certo modo, uma conotação facilmente identificável: a *secularização*. É a emancipação de cada um dos campos particulares do conhecimento da tutela da teologia e da metafísica tradicionais. (...) A antiga visão finalista, teleológica, típica de um universo mental dominado pela revelação, monopólio de um setor privilegiado da sociedade – o eclesiástico –, cede pouco a pouco terreno diante do

⁷ FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**: Política Econômica e Monarquia Ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1993.

⁸ Ibid., p.3

naturalismo, da imanência. Assim, os diversos elementos componentes da estrutura ideológica que mantinha coesa a sociedade feudal, cuja expressão seria a comunidade medieval, e que se traduziam numa visão transcendente do mundo e do homem, tenderam a um gradativo enfraquecimento. Em seu lugar, agora, construiu-se em várias etapas, uma nova visão do mundo e do próprio homem: terrena, humana, isto é, imanente, natural, racional. Já identificável no humanismo renascentista e de certo modo também na Reforma, ela iria culminar na Ilustração setecentista.⁹ (grifos nossos)

A ideia é de Georges Gusdorf, mas Falcon a retoma para mostrar como todos os processos mentais e políticos que simbolizam a Ilustração europeia têm como marco essa transição da verticalidade para a horizontalidade, ou a passagem da transcendência à imanência. Esses processos têm como ponto de chegada as ideias setecentistas de progresso e civilização, e podem ser percebidos nos confrontos da Igreja contra o avanço do espírito matemático e natural, assim como nas novas e diversas maneiras de situar as relações entre homem e natureza.

Cabe aqui a ressalva de que, no que tange à secularização ou laicização, não se trata de um caráter anti-religioso das Luzes. O que está em jogo nesse momento é a oposição entre razão e religião, até que a humanidade assuma, por meio da Ilustração, o papel outrora reservado à divindade e à cristandade. Não ocorre o declínio ou a eliminação das formas sociais baseadas no sentimento religioso ou em um universo que poderia ser taxado de “irracional”, mas sim “uma redistribuição das áreas ocupadas até então pelo eclesiástico e pelo secular, pelo sagrado e pelo profano, pelo transcendente e pelo imanente, pelo sentimento e pela razão”.¹⁰ Alguns aspectos do campo religioso tornaram-se insustentáveis, e acabaram sendo remodelados – e muitas vezes fortificados – em outros campos. Na verdade, podemos compreender algumas formas contrárias à secularização como condicionadores de sua própria existência, ao invés de alvos de ataques no intuito de eliminá-los.

O que também é possível perceber é que esta laicização produzida durante a Ilustração não pode ser compreendida como um processo único, homogêneo, linear e equilibrado. Como trataremos especificamente nesta dissertação do caso português, iremos estudá-lo mais profundamente, mas poderíamos muito bem indicar a existência de diversos processos de secularização, em diferentes

⁹ Ibid., p.8

¹⁰ Ibid., p.9

momentos e locais, com avanços contínuos e descontínuos. Há tendências contrárias e resistências por toda a parte. A Ilustração ainda herda dois processos mentais do Humanismo, reelaborando-os caso a caso: o racionalismo e o individualismo. O homem e o mundo, racionais, tornam-se parte de uma mesma natureza, forma que permeia grande parte da filosofia de então, do universo natural regido pela matemática do século XVII ao universo racional apresentado pelas leis da física do século XVIII. De uma forma ou de outra, busca-se uma sociedade em que seja possível a liberdade, a igualdade, a propriedade e a segurança do indivíduo.

Diante de tantas transformações, alguns campos de pensamento começam a se tornar autônomos em termos de teoria, como é o caso do plano econômico e do plano político. Tendo em Adam Smith e Maquiavel seus respectivos marcos principais, são tornados categorias independentes de maneira gradativa. Quanto ao plano ideológico, ficam claros os cortes produzidos quando observamos o caráter indissociável da teologia com as filosofias medievais. A partir da “revolução filosófica e científica”, iniciada nos tempos de Galileu, a filosofia caminha cada vez mais separada da teologia, utilizando critérios completamente independentes, muitas vezes opostos e frequentemente conflitantes.¹¹ O que acontece, portanto, é uma transformação crucial das formas de pensamento na Europa Ocidental:

A visão do mundo que se construiu no Ocidente a partir do Renascimento, particularizando-se em concepções distintas conforme a época e o lugar, concretizando-se em manifestações diferentes, segundo o nível da realidade e as várias situações de classe, apresenta certas coordenadas comuns, quando a consideramos em sua generalidade. Uma primeira forma de apreendê-la, por exemplo, é contrastá-la com aquilo que se costuma denominar de visão do mundo inerente às sociedades medievais declinantes do ocidente europeu, no século XV. Em oposição a esta última, desenvolve-se uma cosmologia que, após contestar o geocentrismo com Copérnico, afirma a pluralidade dos mundos e alcança progressivamente a perspectiva da infinitude do universo. A seguir, da ‘revolução galileana’ à construção do universo newtoniano, triunfa o mecanicismo regido pelas leis da física, válidas universalmente. Simultaneamente, em lugar da antiga problemática ontológica da tradição aristotélica, ganham primazia as questões epistemológicas, assinalando a passagem de um tipo de conhecimento essencialmente classificatório, substancialista, para um outro cuja perspectiva é interrogadora, ativa,

¹¹ Ibid., p.12

repousando na observação e na experimentação sem a onipresença da ‘autoridade’. O próprio espaço físico, ao ampliar-se até aos confins do globo, abre novas perspectivas, possibilita conhecimentos e observações em que é possível avaliar outras sociedades, homens e costumes ‘exóticos’, preparando caminho para a formulação de certas ideias-chave que triunfam no século XVIII: civilização, humanidade, religião natural. Já no século XVII ganham impulso aqueles campos específicos do conhecimento que traduzem os diversos tipos de relacionamento que se estabelecem então entre o homem e o mundo: as ciências naturais, por um lado, e as ciências humanas, por outro. Do Renascimento à Ilustração, ao longo de três séculos, tem lugar uma verdadeira mutação mental.¹²

A passagem anterior é longa, mas reveladora. Começa a apontar para os caminhos práticos desta “mutação mental”, desta transição do transcendente para o imanente. No que diz respeito ao plano político, a imanência toma corpo na formulação do Estado moderno, que tem na “razão do Estado” sua expressão principal, direta e explicitamente ligada à racionalidade. A monarquia absoluta funciona, neste momento, como a afirmação suprema do individualismo e do racionalismo, elaborando um discurso de oposição à supremacia eclesiástica. O Estado começa, de tal maneira, a estabelecer práticas seculares, forjando uma nova relação entre a ética e a política, entre meios e fins da ação pública, fazendo com que a Igreja (tanto a Católica quanto as protestantes) perca espaço no âmbito político. Como o Estado precisa, portanto, criar novos meios de controle e intervenção, assim como possui a necessidade de ampliar aqueles já existentes, constitui-se uma burocracia, funcionários que devem servir ao monarca, recebendo e executando ordens de acordo com os interesses do soberano. Os princípios que regem estas relações burocráticas e estatais são racionais, denotando uma emancipação da sociedade política, assim como confirmando a autonomia do plano político. Estas instituições burocráticas, assim como as jurídicas – que visam afirmar seu próprio direito –, protagonizam conflitos incessantes contra as resistências dos particularismos feudais e comunais, e vão de encontro às pretensões universalistas do papado.¹³ No caso específico de Portugal encontramos algo interessante, que é a importância assumida pelo direito canônico nesse período, o que revela uma espécie de sobrevida da hegemonia

¹² Ibid., p.13-14

¹³ Ibid., p.15

eclesiástica no que diz respeito a alguns aspectos da sociedade civil. Trataremos disso mais tarde.

Uma vez que nossa discussão deve tangenciar questões econômicas, vale ressaltar que o Mercantilismo representa a síntese das mudanças empreendidas durante a época moderna na economia. O Mercantilismo viria acompanhado da passagem da economia urbana para a nacional e da empresa individual para os mecanismos de controle do Estado sobre as atividades econômicas. O individualismo possui um papel crucial para o processo de autonomização do campo econômico traduzido no Mercantilismo, já que permite a construção teórica de uma sociedade constituída de proprietários livres relacionando-se através de uma economia de mercado. Este é o ideal liberal da sociedade.¹⁴

Ainda sobre a passagem da transcendência à imanência, percebe-se no humanismo renascentista o que poderíamos considerar a gênese do processo já referido de secularização no nível ideológico. Certamente, não se trata de uma ruptura com a tradição cristã, mas sim uma reordenação de valores quanto ao lugar ocupado pelo homem no mundo. São as Reformas religiosas que apresentarão os elementos para que as grandes mudanças sejam formuladas. A Reforma protestante rompe com a própria tradição humanista de um lado, enquanto a Contra-Reforma católica complementa a ideia, mesmo que seu foco seja por vezes direcionado para questões diferentes. Interessante perceber que os países eminentemente protestantes acabam por ter a defesa dos argumentos doutrinários dificultada, pois o Estado intervém cada vez menos, levando a um crescimento e ao desenvolvimento da tolerância. Já nos países com forte tradição católica, que é o caso da Península Ibérica e, obviamente, de Portugal, as políticas de resistência quase sempre possuem instrumentos e agentes a seu favor. As universidades conservam querelas medievais de natureza metafísica, sob uma escolástica revigorada durante os séculos XVI e XVII pelos jesuítas.¹⁵

Um ponto crucial para a análise que venho realizando acerca da Ilustração europeia diz respeito às suas características gerais. Primeiramente, cabe ressaltar que não é possível analisar a Ilustração de maneira homogênea e linear, tomando-a como um movimento único propagado por toda a Europa com valores e ideais idênticos. Muito menos podemos compreender a Ilustração como movimento

¹⁴ Ibid., p.17

¹⁵ Ibid., p.18

geral que leva a um mesmo conjunto de práticas nos diferentes países em que ocorre. De acordo com sua própria ideologia, só é possível compreender uma totalidade do saber ilustrado através da dimensão enciclopédica. A única maneira encontrada por Falcon para sintetizar o desejo maior dos homens ilustrados seria a edificação de uma “Cidade dos Homens”.¹⁶ Este seria um traço comum entre os letrados ligados à Ilustração, onde encontram lugar honorário as ciências, a religião, a ética, o direito, o governo, a educação e as produções literárias e artísticas. Tudo gira em torno do imanente e laico, tornando-se parte do processo de secularização da sociedade. As práticas geradas a partir daí tomam duas formas, cambiantes de local para local, mas com características comuns: o despotismo esclarecido, no campo político; e a fisiocracia, no campo econômico.

Por mais que esteja preocupado em trabalhar com o século XVIII português, percebo que há uma dificuldade premente nos trabalhos sobre a Ilustração em geral, girando em torno da definição de sua época, ou dos limites cronológicos de seu tempo. Isto se dá em grande parte pela denominação do XVIII europeu como o “Século das Luzes”, e parece-me necessário o destacamento do movimento ilustrado deste século que o contém, sem, todavia, o restringir. A intenção aqui, portanto, é diferenciar o século XVIII das Luzes como um todo.

Além disso, um questionamento que Falcon apresenta diz respeito à própria ideia de Europa. O autor demonstra como, se formos nos basear nas fontes da época, trataremos a Europa como um todo, um continente uno, indivisível, onde os valores que circulam tendem a ser difundidos sem problemas através da língua francesa. Mas Falcon apresenta outra proposta: devemos enxergar a Europa das Luzes dividida em pelo menos duas Europas: “uma central, cujo pólo principal, embora não exclusivo, é Paris, e outra periférica, abrangendo a orla meridional e oriental do continente, alcançando mesmo vastas áreas situadas no seu centro”.¹⁷ A primeira seria o centro de irradiação originário da Ilustração, tomando o movimento como transformação cultural e mental; a segunda seria o território vasto pelo qual as luzes se propagaram, o que teria tornado seu desenvolvimento lento, limitado e defasado.

¹⁶ Ibid., p.115

¹⁷ Ibid., p.93

Um fato essencial a ser destacado é a existência, mesmo com todas as diferenças internas, de uma espécie de mentalidade comum aos ilustrados. Se não, pelo menos formas de pensamento convergentes são percebidas. Na Ilustração existe todo um movimento intelectual que passa da superstição à religião racional, levando à geração de uma moral secular que tem na liberdade um direito. Claro que a ressalva se faz necessária para lembrar que não se trata de um movimento amplo, de caráter popular. O movimento ilustrado, em sua gênese principalmente, tem seus próprios limites sociais, restringindo-se ao círculo de letrados e instruídos europeus.

A Ilustração realizou ainda o que Paul Hazard chamou de “processo de cristianismo”,¹⁸ produzindo críticas e argumentos contra a religião revelada em nome da razão. Isto não deve ser considerado um ato de ateísmo ou irreligiosidade, uma vez que o cristianismo em si não é questionado, mas apenas eivado de humanismo. Estamos falando de um cristianismo ilustrado, onde o anticlericalismo é um movimento muito mais político que religioso, principalmente nos países católicos como Portugal, onde este movimento se traduz nos fortes ataques estatais ao controle exercido pelos jesuítas em diversos ramos das atividades políticas e civis.

Interessante reparar a maneira com a qual um valor acaba por emergir de todo este movimento de Ilustração como supremo: a educação. É a educação o único aspecto capaz de elevar e ilustrar os espíritos, abrindo caminho para que as Luzes vençam o conflito dualista imaginado pelos próprios atores do movimento contra as Trevas. Afinal, desta maneira seria possível a edificação de uma “Cidade dos Homens”. Pois as Luzes representam, sobretudo, uma tomada de consciência de seus próprios atores, acompanhada de uma satisfação pelas próprias realizações, com a certeza de se encontrarem na vanguarda de uma nova era. Há a convicção contemporânea de que os homens haviam vagado pelas trevas.¹⁹ Por isso a importância tamanha que ganham categorias como cultura, civilização, progresso e educação. O homem deve agir segundo o intelecto e não se deixar levar pela paixão, uma vez que tudo deve ser submetido à razão.

Claro que devemos realizar essa leitura do movimento ilustrado tendo em mente toda uma historiografia que a discute, sabendo que não podemos reproduzir

¹⁸ Ibid., p.97

¹⁹ Ibid., p.99

a ideia de seus contemporâneos por completo. Até porque, estudando as linhas gerais da Ilustração, percebem-se as diferenças – muitas vezes abissais – entre o movimento ilustrado de um país para o outro. Descobre-se uma Europa de várias ilustrações nacionais, com características próprias e bem definidas. Mais uma vez lembro a ideia de um centro de irradiação do movimento, constituído basicamente por França, Alemanha, Itália e Inglaterra, e de outro lado o que Falcon chama de “países receptores”, que estariam, segundo ele, defasados em relação às políticas modernizadoras daqueles quatro países mencionados. Seriam eles, por exemplo: Espanha, Rússia, Suécia, Polônia e, obviamente, Portugal. O interessante é perceber que, mesmo com toda a diversidade que marca a Ilustração entre cada um desses lugares, é possível vislumbrar uma rede de contatos única entre vários intelectuais europeus de locais distintos. Deste modo é que se constitui o progresso das ciências, através de esforços múltiplos empreendidos por especialistas que mantêm contato, mesmo com a distância que os separa. De fato, esta rede de contatos avistada por grande parte da Europa é um mundo à parte, cosmopolita e contraditório. Claro, ele não representa numericamente uma parcela significativa da população europeia.²⁰

Uma vez que procuramos traços comuns na Ilustração da Europa setecentista, não podemos deixar de comentar o projeto da Enciclopédia, cujo centro de toda referência é o próprio homem, também agora centro do universo. O discurso enciclopédico é de geração de um “inventário crítico e rigoroso dos conhecimentos, expurgando superstições, mentiras e imposições da autoridade, posto à disposição do público sequioso de luzes”.²¹ Percebe-se o homem como o princípio condutor da Enciclopédia, deslocando a teologia para formar um tripé de sustentação amparado pela memória, pela imaginação e pela razão. Os verbetes são organizados de maneira que possam constituir um repositório total de conhecimentos adquiridos ao longo da história humana. Essa ideia de repositório ou assentamento é, certamente, muito cara aos princípios iluministas.

A Ilustração representa este primado do caráter universal da natureza humana, que leva a uma busca de parte da sociedade europeia pelo conhecimento de si mesma, guiada pela razão. As luzes aparecem, através dos projetos racionais que as representam, como uma progressão eterna e autossuficiente. É o progresso

²⁰ Ibid., p.104-105

²¹ Ibid., p.107

que permite pensar um sentido para o movimento ilustrado, o avanço do saber ao longo do tempo. Isto porque, por mais que tenhamos destacado caracteres comuns na Ilustração europeia, a sua dinâmica não permite que a pensemos como uma forma única de ideologia, ou seja, não há como tratar o movimento como uma forma ou corrente ideal de pensamento. A crítica, ponto comum da Ilustração do XVIII, só consegue nos mostrar que o caminhar incessante da razão é sua característica fundamental. Esta crítica deve ser compreendida como algo dinâmico, e não estático, mesmo que ainda assim constitua um traço de união do movimento ilustrado.

As ideias de progresso e caminhar da razão permitem que o conceito de civilização seja dotado de um significado muito caro aos contemporâneos. Ele acaba por se transformar em um princípio epistemológico classificatório, dimensionando o quão civilizado é um povo ou um país, de acordo com o seu nível de progresso racional. Isto também leva a uma resignificação da noção de humanidade, já ligada à imanência. Do teocentrismo passa-se, portanto, ao antropocentrismo.

Outro ponto fundamental na análise das linhas gerais da Ilustração: a visão acerca da legislação. As leis deveriam ser ou estar redigidas no intuito de levar os homens ao estado do bem-estar e à felicidade. Daí surge o interesse e os questionamentos sobre os princípios racionais de toda e qualquer legislação. Há uma espécie de “otimismo jurídico”, que seria a crença em um poder ilimitado dessas leis em cumprirem seu dever.²² O reformismo legal ilustrado, projeto que tem em Portugal um de seus principais expoentes, apresenta o caráter de esperança no soberano ilustrado, somado à convicção de que este monarca dotado de saber filosófico é capaz – talvez mais, tenha o dever – de retirar o seu reino das trevas por meio do uso da razão, traduzida neste caso sob formas institucionais humanas e naturais. Faz parte, portanto, de um campo de possíveis o projeto de uma reforma da justiça em seus princípios e métodos, compondo um horizonte de aperfeiçoamento da humanidade. Além da educação, a qual já destaquei linhas acima, a justiça é, conseqüentemente, mais um aspecto crucial de um projeto ilustrado do qual tentamos traçar pontos em comum. Ambos estes aspectos são, sem dúvida, pilares do despotismo ilustrado como o compreendemos.

²² Ibid., p.113

Dos diversos campos trabalhados pelo movimento ilustrado, alguns se destacam em importância teórica, outros ganham corpo ao longo do processo de secularização, e outros são posteriormente mais discutidos. Um fato que chama a atenção é a emancipação da linguística diante da filologia. Para os estudos linguísticos e literários, isto significa a constituição da linguística como ciência, através da demonstração da historicidade de um povo e sua cultura, no bojo do que compreendemos como querela entre antigos e modernos. O universo do discurso passa, desta maneira, a ocupar o primeiro plano. Isto se traduz em uma nova gramática, expressa sob bases racionais, lógicas e naturais da linguagem, que seria tradução de um modelo newtoniano no nível da linguística. O que se desenvolve a partir disso é uma perspectiva evolucionista, que tenta explicar as diversidades diante de um processo de formação das línguas. No campo da produção literária, isto é percebido na afirmação dos idiomas nacionais, fazendo da literatura um modo educacional, parte de um processo de formação pedagógica. Isto promove uma crescente autonomia dos escritores, fazendo com que esta profissão viesse a ser uma realidade, pois a expansão do idioma fornece mais leitores e mais livros, criando um ciclo em que ambos se nutrem.²³

A religião e a teologia também aparecem como alvos preferidos da ideologia ilustrada. Já destaquei aqui um pouco dessa questão, e volto a afirmar que não se trata de irreligiosidade. Há, sim, uma reformulação das bases religiosas, um novo ideal de fé, com o surgimento de uma problemática profunda diante do crescimento das ciências religiosas. A polêmica ilustrada com relação à religião, portanto, pode ser vista sob uma ótica propriamente confessional, mas também política, com a secularização em marcha das sociedades promovendo o anticlericalismo e/ou antijesuitismo. A própria ideia de religião se modifica, tendendo cada vez mais a uma certa tolerância – principalmente no que diz respeito ao antissemitismo ou cristãos novos –, levando à identificação com um código moral, como uma religião natural e racional.²⁴

De todos estes aspectos para uma discussão sobre o movimento ilustrado como um todo, a filosofia se faz imprescindível. Falcon afirma:

Não estaríamos provavelmente muito distanciados da verdade se afirmássemos que filosofia a constitui o verdadeiro eixo do

²³ Ibid., p.118

²⁴ Ibid., p.128

pensamento ilustrado, aquele no qual e a partir do qual se retratam as diferentes formas assumidas por esse pensamento. Afinal o século XVIII é um ‘século filosófico’ por excelência, brandindo contra as pretensões totalizantes da metafísica escolástica as armas de uma razão crítica e firmemente ancorada na observação empírica. Opõe-se também, em termos, essa filosofia das Luzes ao espírito de sistema e à visão ainda transcendente que domina as grandes construções filosóficas do século XVII, elaboradas na esteira de Descartes, inovadoras em sua problemática mas ainda viciadas em muitas de suas premissas. Não se pode pensar a filosofia ilustrada como um simples somatório de discursos, contemporâneos ou sucessivos, embora seja preciso observar que é através do desenrolar ao longo do tempo que ela oferece a totalidade de sua perspectiva.²⁵

O autor deixa claro que trabalha os estudos filosóficos como o eixo do pensamento da Ilustração, que apresenta a razão amparada na crítica e na empiria contra as pretensões totalizantes da metafísica. A ressalva de que os autores e seus escritos não devem ser vistos como um “somatório de discursos” caminha ao encontro do que já foi mencionado: não há como trabalharmos com a ideia de uma escola ilustrada ou um conjunto de formas de pensar homogêneas na Europa setecentista. Podemos tentar compreender semelhanças, trabalhando sobre situações conjunturais particulares de cada localidade. Com a filosofia e seus autores não é diferente. Cada lugar apresentou produções filosóficas distintas às de outros, assim como também possuía características distintas internamente. Está aí a principal dificuldade encontrada ao se estudar a filosofia do período: buscar especificidades através das determinações nacionais que guiaram as reflexões. Isto estabelece diferentes prioridades e possibilidades, assim como cria ou determina problemas a serem discutidos.

Interessante perceber que através da Ilustração assiste-se a um processo que Georges Gusdorf chama de “morte e ressurreição da metafísica”.²⁶ Se havia uma ofensiva clara contra aquela metafísica escolástica, ligada a valores medievais, sobrevivente e fortemente atuante na sociedade civil, há, no fim das contas, o nascimento de uma outra metafísica. A psicologia e a epistemologia ganhavam crescente importância e, com isso, abriam caminho para uma ciência do homem como ser individual, físico, psíquico e social. À nova metafísica resta a função de teoria do conhecimento, no intuito de unir ciência e sociedade em um

²⁵ Ibid., p.119

²⁶ Ibid., p. 121

único plano sob a orientação científica cujo modelo é a física newtoniana. Começa a fazer parte do projeto das Luzes, deste modo, a criação de uma série de instituições científicas, como as academias de ciências, os institutos e os seminários de pesquisas. Nestas, a palavra de ordem é divulgar e discutir os progressos da ciência, assim como empreender novos trabalhos e projetos.

Diante de uma perspectiva evolucionista, a filosofia ilustrada pensa a sociedade civil, a política, a moral, o direito, a economia e a estética, compreendendo aquele ideal enciclopédico do movimento das Luzes. Os temas são os mais variados, mas é produzida uma teoria do conhecimento referida ao indivíduo e fundamentada na psicologia. Quanto à visão de mundo, esta se torna, cada vez mais, parte importante da análise levada a cabo aqui, pois a sociedade passa gradativamente a ser enxergada em sua dimensão histórica.²⁷

A História aparece como campo de um novo saber, ao mesmo tempo em que se apresenta como aspecto indissociável do pensamento filosófico ilustrado. A teoria filosófica do progresso, de um avanço mental e cultural da humanidade atrelado à ideia de um desenvolvimento ainda em construção é inseparável de uma dimensão histórica da perspectiva humana. A produção teórica de tal movimento, portanto, se faz de maneira linear, ligada quase que inevitavelmente a um evolucionismo e a uma teleologia, que tem como função a inserção daquele presente no fluxo dinâmico da história humana.

Deste modo, nasce a partir daí o que podemos compreender como “História Universal”, a sucessão contínua explicativa do estado contemporâneo do espírito humano ou da razão. Esta produção filosófica da história irá abranger o devir da humanidade, e se apresentar como auxiliar para a própria ação do homem no campo moral e político. Dada a importância aqui trabalhada sobre a história no movimento ilustrado, a discussão deve se mover para a perspectiva social que isso gera, centrada no homem e em suas ações.

São muitos os campos nos quais a imanência e a secularização afirmam-se no movimento ilustrado, mas sempre sob a premissa de uma natureza racional dotada de leis concebidas como relações necessárias e fundamentais. O problema torna-se, portanto, a descoberta de tais leis e como assegurar sua posterior vigência plena e ilimitada. Voltamos, assim, à afirmação otimista da sociedade, do

²⁷ Ibid., p.124

mundo e de suas perspectivas. A difusão das luzes entre os homens levaria ao progresso, o que faz com que outro campo particularmente importante venha à tona mais uma vez: o da educação e da pedagogia. “A educação é sempre pensada como um instrumento básico da prática ilustrada, ao mesmo tempo meio e fim da ideologia que a informa”.²⁸ A propagação pedagógica do movimento ilustrado serviria ao propósito de quebrar as barreiras das trevas, eliminando o mal do mundo. Sendo assim, não se trata de qualquer tipo de educação ou pedagogia, mas de um projeto – ou melhor, projetos variados, de acordo com o tempo e o local – educacional com parâmetros definidos e a serviço de uma hegemonia, tendo como referência o Estado e seus objetivos. Prevaecem como grandes linhas deste projeto o próprio otimismo ilustrado, reformista e pedagógico, que tem como objetivo deixar para trás o obscurantismo em favor do progresso da razão. O reformismo ilustrado surge, deste modo, como a principal forma de se chegar a este ideal, somando o otimismo jurídico à utilidade no bojo de uma ideologia filantrópica. O reformismo ilustrado é parte, portanto, das práticas políticas englobadas pelo que conhecemos como despotismo esclarecido. Obviamente, cabe-nos aqui a ressalva de que, em Portugal, este reformismo educacional será levado a cabo no período pombalino, fazendo parte de um projeto de nação muito maior, ligado à expulsão dos jesuítas, criação do Colégio dos Nobres, Reforma da Universidade de Coimbra e etc. Estenderemos o assunto mais adiante.

Antes de trabalharmos um pouco mais com a ideia de despotismo esclarecido, vale lembrar que essa expressão, tão discutida posteriormente, é de época. Seus contemporâneos a criaram para tentar explicar seus próprios projetos de nação.²⁹ As discussões em torno do governo ilustrado são parte das discussões filosóficas sobre o poder estatal, sobre o exercício deste poder, e sobre as relações entre sociedade civil e política. Dentre os tipos característicos de monarquia ilustrada, destaco o absolutismo francês que, segundo Falcon, seria a representação da monarquia administrativa em sua expressão mais avançada. O autor afirma que o absolutismo francês teria se tornado uma espécie de modelo a ser repetido pelo continente europeu, principalmente por aqueles locais já vistos anteriormente tidos como pólos de recepção da Ilustração irradiada pelos países

²⁸ Ibid., p.129

²⁹ Ibid., p.131

centrais. Excetuando-se as formas republicanas, a França constituía o exemplo para a prática do governo ilustrado em sua manifestação absolutista.³⁰

Na prática, é mais do que lógico que são as conjunturas políticas e estruturas sociais locais que irão determinar o quanto de êxito ou de fracasso alcançará uma monarquia de caráter absolutista e ilustrado em seus projetos reformistas. O despotismo esclarecido deveria compreender o governo e o Estado como meios com os quais se alcançariam os fins principais: a felicidade e sua utilidade para um número cada vez maior de pessoas. Cada localidade irá operar de acordo com o que é projetado como finalidade, e as reformas irão refletir justamente estes ideais, embora possamos perceber alguns traços gerais também nesse aspecto. Por exemplo, a educação do príncipe pelos filósofos, que levaria à educação do próprio país por conta do príncipe ilustrado, tido como mediador para a criação do reino ou do mundo das luzes. O que se percebe dessa teoria do despotismo esclarecido, essencialmente racionalista, é que o soberano encontra-se acima da máquina estatal, podendo com isso controlá-la, supervisioná-la e corrigi-la. Isto significa o primado da administração sob as formas de governo, o que significa que boa política passa a ser uma questão organizacional para que atinjam-se os fins procurados com a maior economia possível. Basicamente, portanto, o despotismo ilustrado opera uma redefinição do campo de ação do Estado. Representa uma forma de repressão e eliminação dos obstáculos, quaisquer que sejam, à própria soberania e hegemonia estatal. Todos os setores da vida social deveriam estar diretamente ligados ao aparelho do Estado, por isso promove-se uma centralização da estrutura administrativa, cria-se uma burocracia leal e competente, redistribuem-se as funções do governo entre agências estatais ou subordinadas ao Estado. As formas jurídicas que contenham resquícios de origem feudal devem ser aniquiladas, assim como a jurisprudência e o direito canônico devem perder terreno frente ao avanço de uma nova codificação jurídica. Em Portugal, caso à parte, o direito canônico ainda consegue perdurar por mais tempo como forma reconhecida e válida, possuindo defensores e oferecendo forte resistência.³¹ Falcon resume desta maneira o que isso acaba por significar na prática:

³⁰ Ibid., p.130

³¹ Ibid., p.133-134

A prática do ‘governo ilustrado’, exceção feita dos aspectos econômicos, compreendeu na realidade dois campos decisivos: o ataque às várias faces do poder eclesiástico sobre a sociedade e a construção de uma nova estrutura em lugar daquela até então em mãos da Igreja. Em outras palavras, a essência daquela prática foi a secularização, e o seu alvo foi a demolição da hegemonia eclesiástica (sua mentalidade, ou seja, sua ideologia e seus aparelhos respectivos) e sua substituição pela hegemonia do Estado laico (sua ideologia imanente, seus aparelhos seculares). O argumento ideológico era o de que o universo eclesiástico, na esfera política e mental, dominava as consciências, bloqueava o avanço das Luzes, retardando o progresso e a felicidade gerais. Partiam daí as exigências de tolerância e de reforma da educação: só poderia haver espíritos esclarecidos se a educação obedecesse aos princípios dos ‘filósofos’.³²

Este processo de secularização e tudo que o mesmo implica será traduzido em Portugal, principalmente, pelo ataque aos jesuítas, cuja expulsão do reino se torna imprescindível diante da extensão do controle que exerciam sobre diversas faces da sociedade política e civil, incluindo o campo da educação, no qual possuíam praticamente o monopólio, além da hegemonia exercida no âmbito eclesiástico. Uma vez que o monarca deve se fazer presente para levar a cabo o projeto centralizador visando a administração do reino, a justiça, a assistência e a educação, os jesuítas são vistos como o adversário principal para a realização dessa tarefa.

Às formas de pensamento jesuítas e ao aparelho pedagógico até então controlado por estes, é contraposta uma nova pedagogia sob uma nova égide de conhecimentos. A intenção do projeto estatal é a derrocada da teologia e do direito canônico, para que sejam elevadas a ciência e a filosofia moderna, com ênfase nos métodos experimentais e de observação direta, empírica. Para a secularização da cultura, faz-se também necessária a valorização das línguas vivas, tal qual a propagação da nova gramática. O interessante é reparar que, para os filósofos ilustrados, ao mesmo tempo que há uma confiança no Estado monárquico, há temor quanto à democracia. O que importa, na verdade, é uma conciliação entre autoridade política, direitos naturais e liberdade civil. A exigência é quanto à liberdade de consciência e o pacifismo, mas aceita-se o Estado absoluto na condição de que este seja esclarecido e tolerante, e que ponha em prática os planos reformistas para coibir privilégios e influências do clero e da nobreza. A prática

³² Ibid., p.135

ilustrada tende, portanto, a assegurar a manutenção de uma estrutura absolutista com molde e cerne antigos. Ao realizar esta tentativa, o despotismo esclarecido acaba por se constituir como a etapa inicial de um processo que seria acelerado com a Revolução, e que teria seu ponto culminante no século XIX. Não podemos confundir o intuito inicial de um movimento com suas consequências posteriores. O que se procurava era um equilíbrio entre as antigas formas políticas e sociais e as novas maneiras de pensar o papel do homem, do Estado e da própria sociedade. Isto em Portugal é paradigmático. Não se buscava antecipar um futuro que viria a se materializar tempos depois, mas sim consolidar uma estrutura social e política muito antiga, mesmo que tivessem que, para tal, reformular alguns pilares deste arcabouço. Mas as mudanças empreendidas pelas reformas dos governos ilustrados acabam por favorecer o processo que culminaria mais tarde no liberalismo oitocentista lusitano.

Há uma situação paradoxal a ser estudada na Península Ibérica, e mais propriamente em Portugal. No final da Idade Média, é nos países ibéricos que iremos encontrar as maiores referências para o que podemos chamar de uma modernização, mesmo que precoce. O desenvolvimento pioneiro de um gigantesco empreendimento marítimo, ligado a uma empresa mercantil e colonial, apoiado pelo surgimento do absolutismo. Tudo isto tendo no Estado e na participação efetiva deste o seu pilar decisivo. A iniciativa de lançar-se ao mar revelou, nos séculos XV e XVI, um novo mundo aos europeus, e não há como menosprezar as mudanças que isso gera em todo o continente. O que parece paradoxal é o fato de que todas estas mudanças são, de certa forma, suprimidas ou bloqueadas em Portugal e Espanha durante os séculos seguintes aos descobrimentos, o XVI e o XVII. As permanências parecem impor-se contra as transformações a partir de determinado momento, e as estruturas básicas das sociedades ibéricas não se alteram profundamente. As transformações de base acabam por ocorrer em outros países. O único grande processo de transformação que podemos avistar em Portugal e Espanha nesse momento é o mesmo pelo qual passa praticamente toda a Europa ocidental: a passagem do feudalismo ao capitalismo.³³

³³ Ibid., p.149-150

Vale a pena notar que, em Portugal, não se pode falar com propriedade sobre uma querela entre antigos e modernos, como ocorria alhures. O humanismo renascentista teve vida muito breve e foi calcado na chegada de mestres estrangeiros ou na ida de estudantes para o exterior. Mas, segundo Falcon, há uma reação conservadora acirrada pela Contra-Reforma que bloquearia qualquer possibilidade de renovação ou atualização profunda. O moderno teria sido, desta maneira, expulso e impedido de entrar no país e no espaço mental lusitano.³⁴ É por isto que não podemos trabalhar com a ideia de uma querela entre antigos e modernos simultânea à europeia como um todo, tendo em vista que o moderno português era o que ficou conhecido como estrangeirado. A ortodoxia religiosa recebia com temor as novidades vindas de fora, e construía seus próprios fantasmas na forma dos estrangeirados e dos cristãos-novos.

Com isto, há um fortalecimento mútuo de duas instituições cruciais para pensarmos essa espécie de embate que, como veremos, irá ocorrer em um dado momento: o Tribunal do Santo Ofício e a Companhia de Jesus. Por outro lado, de uma maneira mais velada, estrangeirados e cristãos-novos também se fortalecem, estabelecendo as bases para o que considero, enfim, a modernidade portuguesa, nos moldes do que já foi discutido na primeira parte desse trabalho. Essa modernidade ocorrerá somente no século XVIII, já sob a égide de Dom João V, e tornar-se-á um processo no reinado de Dom José I. Em momento anterior a este, a passagem da transcendência à imanência – marca do movimento ilustrado e de suas mudanças nos aparelhos políticos e sociais – não ocorreu em Portugal. Em consequência disso, os outros processos mencionados, tidos como paralelos, também não tiveram vez em terras lusitanas. Foram bloqueados, suprimidos ou anulados da mesma forma. Há um adiamento da secularização em relação à Europa Central, e percebe-se mesmo um recrudescimento da presença das instituições eclesiásticas. A Igreja ocupa a posição de dominante no aparelho mental, permeando toda a sociedade com princípios e valores aristocráticos, com os quais exerce um papel decisivo nos negócios do Estado. “Daí, como resultado, uma visão do mundo completamente tolida, ensimesmada, fechada ao exterior, mais distante do que nunca da ‘teoria do progresso’ que avança além-Pirineus”.³⁵

³⁴ Ibid., p.151

³⁵ Ibid., p.153

As manifestações ideológicas parecem apontar sempre para a ortodoxia religiosa e filosófica, sobretudo as de caráter político e econômico. Mesmo as manifestações artísticas são condicionadas pelas formas do pensamento eclesiástico, ou pelo menos aos seus limites de tolerância, sem ameaçar seu caráter hegemônico. Falcon fala mesmo de um certo “marasmo” do movimento intelectual português.³⁶ Parece que, se há certa estagnação das formas de pensar, ligada a um balizamento das ações por parte da Igreja e de suas instituições então dominantes, essa estagnação só tem condições de ser abalada a partir do lançamento do Verdadeiro Método de Estudar, de Luis Antonio Verney, em 1746. Com o lançamento desta obra, a difusão de ideias – que fique claro, elas já existiam e circulavam minimamente – que levariam à passagem da transcendência à imanência em Portugal se torna possível. Mais do que isso, pode-se afirmar que ela acontece mesmo em meados do século XVIII, e tem nos volumes de Verney o seu marco inicial.

Falcon apresenta três aspectos que considera cruciais para a compreensão das características gerais do movimento ilustrado em terras ibéricas. O primeiro aspecto seria uma importante defasagem de Portugal e Espanha com relação ao restante do continente europeu. Apesar de parecer um tanto quanto radical, a ideia de uma defasagem espanhola e portuguesa nos pode ser útil quando percebemos que essas sociedades recebiam formas de pensar estruturadas em terras distantes, e as transferiam para suas próprias realidades. Com todas as modificações durante o percurso dessa transferência, há como afirmarmos que Portugal e Espanha não reproduzem de maneira simples o movimento ilustrado, mas produzem uma releitura, uma reinterpretação de um discurso já formulado, em função das condições existentes na Península Ibérica. Daí resulta uma construção de pensamento nova, original, que deve ser vista dentro do seu próprio campo de possíveis, diante de suas peculiaridades e limitações determinadas pela própria sociedade em questão.³⁷

O segundo aspecto a destacar seria uma defasagem dentro da própria Península Ibérica, entre os dois países. Segundo Falcon, a ação econômica do Estado espanhol já avançava junto com as transformações econômicas do final do século XVII. Há uma “tomada de consciência dos problemas e da expressão

³⁶ Ibid., p.157

³⁷ Ibid., p.196

crítica e reformadora que já se fazem sentir mesmo antes de a Ilustração chegar à sua fase culminante, em meados do século”.³⁸ Comparando a sociedade lusa a esta conjuntura especificamente espanhola, o autor percebe uma defasagem tanto material quanto mental, o que impedia a quebra de alguns baluartes institucionais tradicionais.

Com o terceiro e último aspecto a ser destacado, surge também uma importante constatação sobre o que deveria representar um projeto ilustrado em Portugal. A Ilustração lusa deveria constituir uma tentativa de superar essas distâncias. O movimento ilustrado haveria de mobilizar os recursos possíveis e necessários para que esse atraso fosse minado. Daí conseguimos perceber o papel crucial de dois atores dessa ilustração: Verney e Pombal. Luis Antonio Verney, como já dito, publica o Verdadeiro Método de Estudar, obra que balança os alicerces dominantes, e apresenta um caminho àqueles que tentavam formular propostas contrárias às formas de pensar portuguesas. Ao impacto que Verney promove, segue-se o governo do Marquês de Pombal. Com este, o movimento ilustrado ganha corpo e forma política através, principalmente, do reformismo promovido pela monarquia esclarecida. A estrutura da sociedade portuguesa é abalada em todos os seus níveis. Por isso, para o caso português, há uma forte identificação entre movimento ilustrado e o período governado por Dom José I, tendo à frente Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.³⁹

Se demarcar os limites do movimento ilustrado como um todo apresenta dificuldades, as mesmas não deixariam de aparecer quando se trata somente do reino português. Percebe-se que a imagem de Portugal como um “reino cadaveroso” é contemporânea ao próprio movimento. Ribeiro Sanches escreveu, em 1777, a obra *Dificuldades que tem um velho reino para emendar-se*,⁴⁰ no qual apresenta esta imagem. A ideia que se tem ao longo do século XVIII é de um Portugal isolado, quase que numa situação insular, em relação à Europa. Hernani Cidade apresenta uma perspectiva interessante ao chamar o movimento do início do século XVIII português como uma *Reação contra o formalismo seiscentista*,

³⁸ Ibid., p.197

³⁹ Ibid., p.197

⁴⁰ SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Dificuldades que tem um velho reino para emendar-se**. Porto: Inova, s/d, p.78

mesmo que anterior à obra de Verney. Tratar-se-ia de uma reação da cultura filosófica e científica, combinada a uma reação literária.⁴¹

A época em questão, a primeira metade do século XVIII – precedente à virada política e ideológica mencionada –, também demonstra uma questão interessante. Podemos pensá-la como possuindo duas faces. Uma seria a de uma época de ostentações e riquezas no reino, alimentadas por um forte fluxo aurífero, e representada por uma arquitetura maciça, faustosa e opressiva tendo no convento de Mafra um de seus principais expoentes. Festivos autos de fé e recepções celebradas em Lisboa também faziam parte da sociedade, junto ao crescimento do número de carruagens maiores e mais equipadas.⁴²

Quanto à outra face das primeiras décadas setecentistas, é aqui que se abre espaço para uma discussão interessante quanto aos estrangeirados e seu papel. Há de se compreender o fenômeno do estrangeiramento como o produto de uma cisão, uma divergência daqueles que viajavam e conheciam outras realidades, ou entravam em contato com os que vinham do exterior, aqueles que mudavam suas formas de pensar, suas maneiras de sentir, com relação aos que mantinham-se em uma situação de isolamento, praticamente impermeáveis às novidades e ao que viesse de fora do reino. Aqui, basta que se compreenda a lenta formação – que remonta ainda a fins do século XVII – de uma verdadeira corrente de ideias contrária ao provincianismo cultural e político, ao domínio da escolástica e à forma com a qual a inquisição impunha-se. Isto marca o início da ruptura com o domínio do barroco.

Um dos pólos importantes do movimento em questão encontra-se na casa dos Ericeiras, de onde surgirá a Academia dos Generosos, que formará posteriormente o núcleo da Academia Portuguesa. O frade Rafael Bluteau (1638-1734) é o nome a ser destacado entre os ericeirenses, com seu projeto cultural enciclopédico, ligado a seus conhecimentos de filologia. Bluteau, francês de origem, exaltava o progresso das ciências, da matemática, da lógica, da física e da geometria. A partir de 1717, apresenta-se à frente da Casa dos Ericeiras, na

⁴¹ CIDADE, Hernani. **Licções de cultura e literature portuguesa**. Coimbra: Ed. Coimbra, 1968, p.29

⁴² FALCON, op. cit., p.204

tentativa de atualizar os portugueses quanto aos movimentos das academias científicas de outros países.⁴³

O movimento ericeirense junta-se, a partir de 1720, com outro pólo do movimento, patrocinado pelo próprio Estado. Trata-se do projeto da Academia Real de História Portuguesa, patrocinada diretamente por Dom João V, que participa efetivamente da fundação e das sessões acadêmicas. O patrocínio real trazia mestres do estrangeiro, e preocupava-se com as necessidades políticas e militares. Assim, ao mesmo tempo, entram na ordem do dia as preocupações com a geografia e a cartografia ligadas à engenharia militar.⁴⁴

Chama atenção, nesse período, a preocupação existente com reformas pedagógicas. Vale ressaltar os problemas apontados, que precisavam ser revistos com urgência:

a necessidade de mão-de-obra qualificada para profissões em expansão, a adaptação dos Estudos Menores às novas condições sociais e econômicas, nos campos mercantil, administrativo e *liberal*; dotar a aristocracia de preparo eficaz para a diplomacia e o oficialato; substituir as humanidades pela língua vernácula e pelas ciências.⁴⁵

Sendo os jesuítas colocados na posição de defensores da ortodoxia e da tradição escolástica, o conflito – diante dessas ideias – com os mesmos tornar-se-ia praticamente inevitável. Em 1712, diante da tentativa, por parte de dois padres, de introduzir em seus cursos de filosofia aspectos modernos da física e da matemática, a Companhia de Jesus reage através de uma provisão, apoiada pela Corte, que proíbe qualquer tipo de reforma pedagógica no reino.

Fundada em Roma, em 1550, a Congregação do Oratório de S. Felipe de Nery foi introduzida em Portugal em 1668, pelo padre Bartolomeu de Quental, recebendo a proteção régia. Seus membros são conhecidos como oratorianos, e possuem papel fundamental na querela com os jesuítas, especialmente no campo da educação e da pedagogia. Os oratorianos tinham como objetivo primeiro educar no culto da verdade aqueles que deveriam constituir a sociedade e dirigir os negócios públicos. Também antiescolásticos, entraram em choque direto com os jesuítas a partir de 1708, ano em que uma concessão régia reconheceu direitos iguais para os egressos de escolas jesuítas e oratorianas. Com isso, era quebrado o

⁴³ CIDADE, op. cit., p.30

⁴⁴ FALCON, op. cit., p.206

⁴⁵ FALCON, op. cit., p.207

monopólio jesuítico no campo da pedagogia. Mesmo que não abale o domínio eclesiástico, representa um marco decisivo no que se refere à perda de espaço dos jesuítas no plano pedagógico e educacional.

Falcon divide da seguinte maneira as possíveis etapas para estudarmos o período pombalino e sua historiografia posterior: em primeiro lugar teríamos os contemporâneos, seguidos dos admiradores e críticos imediatos. Logo após, os liberais e o mito do liberalismo pombalino. Viriam em seguida os conservadores com o mito contrário, da tirania pombalina. Na primeira metade do século XX, há uma heterogeneidade com relação às visões acerca do governo de Pombal, o que ocorre também nas análises mais recentes.⁴⁶

Destaco, nas linhas a seguir, o que mais está ligado ao objetivo deste trabalho. Quanto aos contemporâneos, é atribuído ao próprio Pombal o início de uma polêmica indissociável de sua pessoa. O marquês inaugura o que fica conhecida como uma historiografia oficial, abertamente partidária, gerando reações as mais diversas em torno da questão. Os críticos são, de certa maneira, relegados a segundo plano, e sua ação acontece de forma velada, muitas vezes sob a égide do distanciamento ou do exótico. Já os elogios, orações e aplausos para Dom José I e para o próprio Marquês de Pombal são extremamente numerosos. O que parece é que, enquanto Pombal estava no poder, seus adversários possuíam um raio de ação público absolutamente restrito e limitado. Com a demissão de Pombal, vem à tona uma enxurrada de acusações e denúncias, da qual nada ligado ao marquês parece efetivamente escapar: sua vida pública, sua vida privada, seus assistentes e auxiliares, seus familiares, sua administração familiar e também a dos negócios públicos. Vale ainda ressaltar que, nesse primeiro momento, quem realiza a sua defesa é o próprio marquês, escrevendo suas apologias e compêndios.⁴⁷

Outro ponto a ser destacado na historiografia acerca do período pombalino é a exaltação liberal do governo de Pombal como um abridor de portas para o liberalismo. A partir da Revolução de 1820, o governo do marquês assume o caráter de pioneiro rumo às conquistas liberais do século XIX. “O ministro de Dom José I tornou-se o precursor do liberalismo, o homem que pela sua visão e

⁴⁶ Ibid., p.213

⁴⁷ Ibid., p.217

coragem fez ruir as formas mais obscurantistas que toldavam a sociedade”.⁴⁸ A estas análises, seguem-se as visões de fins do oitocentos de Pombal como um tirano absolutista, até mesmo sanguinário.

Diante de visões tão distintas e unilaterais, Falcon apresenta um ponto de vista interessante. Segundo o autor, este Pombal no sentido tradicional de um ministro que leva a cabo sozinho a tarefa hercúlea de atualizar um reino, ultrapassando suas próprias forças e capacidades é um mito. Jamais existiu. Mas vale a ressalva de que o mito não é construído à toa, e apenas tendo uma visão mais refinada sobre as épocas em questão, tanto do próprio período pombalino quanto do que o retrata, é que se torna possível vislumbrar o que podemos chamar de caráter pombalino como expressão de um tempo mercantilista e ilustrado em essência.⁴⁹

A discussão sobre a historiografia do período pombalino ganha corpo e faz mais sentido a partir do momento que tentamos definir as características gerais disto que Falcon chama de caráter pombalino como expressão de uma época. Uma primeira questão que se faz presente é o fato de ser praticamente inegável a importância dos acontecimentos do terceiro quartel do século XVIII em Portugal. Se, por um lado, estranha-se a perspectiva tradicional que foca exclusivamente os feitos de Pombal, estranha-se também, por outro lado, a importância das transformações, mudanças e rupturas que caracterizam o governo pombalino. É interessante perceber que a discussão gira em torno do continuísmo da história portuguesa, e a dúvida é em que tipo de perspectiva o período pombalino estaria melhor inserido. Quanto a isto, concordo com Falcon quando o mesmo diz ser o governo de Pombal soldado historicamente não com o que o precede, mas sim com o que o sucede. Se a intenção é incluir o terceiro quartel do setecentos em uma perspectiva mais vasta da história lusitana, deve-se considerá-lo parte de um processo que culmina com a Revolução Liberal de 1820. Não que tenhamos de concordar com a perspectiva liberal do século XIX que enxerga no período pombalino um momento de abertura de portas para as conquistas liberais oitocentistas, mas sim pelo fato da própria prática política e ideológica pombalina apresentar novos problemas, colocá-los à disposição para a discussão, e ainda ler de outra maneira problemas antigos. Quanto à importância da viradeira para o

⁴⁸ Ibid., p.219

⁴⁹ Ibid., p.223-224

cenário letrado português, vale ressaltar que a mesma não deve ser vista como um grande movimento de rompimento com as obras anteriores. A viradeira representa um certo recrudescimento religioso em algum momento, mas nada que impeça que os valores e ideias da época de Pombal circulem. Quanto a uma possível continuidade do governo pombalino com o reinado anterior, de Dom João V, esta só pode ser vislumbrada no plano econômico.⁵⁰

O reformismo ilustrado da época de Pombal só se torna possível através de um embate fundamental: o conflito contra o poder jesuítico e a autonomia da Inquisição. Aqui, no plano político, o conjunto de mudanças que marcam o fortalecimento do Estado, tanto de seu aparelhamento quanto de suas bases sociais, só se torna viável através da ruptura com esse poder eclesiástico. A categoria dos eclesiásticos era fortemente vinculada à antiga aristocracia da terra portuguesa, e esse monopólio teve de ser gradativamente solapado através do surgimento de novas categorias, sempre ligadas ao Estado moderno e absolutista. Como parte de um projeto pombalino, ocupam estes lugares a aristocracia togada, a administração leiga, filósofos, cientistas, letrados. Neste momento de transição, Falcon aponta três tipos de intelectuais no reino: os intelectuais tradicionais, eclesiásticos representando uma antiga ordem senhorial; os intelectuais tradicionais não eclesiásticos, parte do aparelho burocrático ligado ao surgimento do Estado absolutista e seu processo de secularização; e os novos intelectuais, ligados a uma incipiente e tímida burguesia em ascensão, representando o letrado de uma realidade social diferente, mesmo que egresso de uma daquelas outras duas categorias. Estes novos intelectuais estão ligados à diferenciação e especialização dos novos campos de saber, tendo as ciências humanas como guia – traço fundamental da Ilustração europeia.⁵¹

Em suma, o movimento ilustrado português pode ser visto como uma oposição entre os setores eclesiásticos mais tradicionais, ligados à antiga ordem aristocrática, e os intelectuais ligados ao aparelho do Estado moderno e absolutista, ligados a um projeto de secularização e racionalização da sociedade. Vale a ressalva de que o intelectual do terceiro tipo mencionado acima, ligado a uma burguesia e aos novos campos de saber, em Portugal é o estrangeirado. Este,

⁵⁰ Ibid., p.225

⁵¹ Ibid., p.229

como já dito, é visto como ausente e como o outro ameaçador por um bom tempo. Tratemos, portanto, a questão dos estrangeirados um pouco mais a fundo.

Tanto Portugal quanto Espanha atravessam um período de lenta difusão de ideias na primeira metade do setecentos. Em ambos os países, esta difusão ganha impulso somente quando é atrelada à prática estatal, correspondente ao absolutismo ilustrado. Não restam dúvidas, porém, quanto ao caráter de mudança profunda gerado pela Ilustração em alguns setores das sociedades ibéricas. Um problema sempre posto ao historiador é a questão das origens, do germe dos movimentos. Não é diferente com a Ilustração portuguesa. De acordo com Falcon, esta é trabalhada por duas lógicas diferentes: a da continuidade e a da ruptura.⁵² A primeira apresenta um aparato lógico de transformações encadeadas, onde ficam em segundo plano os impasses, as contendas, os conflitos. O movimento ilustrado é, dessa maneira, distribuído por um longo tempo histórico, que integra o processo da Ilustração portuguesa ao espaço mental da filosofia moderna ligada à ciência e ao espírito científico. Não há espaço para qualquer ideia de ruptura ou quebra de referências neste tipo de formulação, uma vez que mesmo a defasagem em relação à Europa central é completamente negada, como se nada a separasse de Portugal neste momento.

Uma outra perspectiva aparece na leitura de Hernani Cidade através do conceito de crise mental. Isto explicaria uma tomada de consciência por parte de Portugal nas primeiras décadas do século XVIII, e posteriores tentativas de rompimento com os ideais tradicionais vigentes no reino. Haveria uma busca de superação da defasagem constatada, na tentativa de encontrar um caminho ou um projeto científico para Portugal.⁵³

Todos estes traços essenciais do movimento ilustrado português mencionados até aqui tornam-se mais facilmente apreensíveis através da questão do estrangeiramento. A problemática tão trabalhada da defasagem cultural lusa em relação a uma outra Europa só adquire sentido com este fenômeno. Uma defasagem que se pretende expor ligada a obstáculos institucionais e ideológicos cria as condições para rejeitar o estrangeirado em um primeiro momento, e logo o transformar em adversário, como algo estranho e antagônico. O estrangeirado passa a ser identificado com alteridade, representando aquilo que não é normal no

⁵² Ibid., p.316

⁵³ CIDADE, op. cit., p.30 et seq.

meio português, ou uma quebra de valores estabelecidos. É a presença do estranho e a intromissão da novidade. Através da noção de estrangeirado, portanto, o universo mental lusitano acaba por se revelar. O discurso estrangeirado é condição de sua própria existência, pois são pensados como tais. A Ilustração portuguesa se apresenta, desta maneira, como uma Ilustração um tanto quanto estrangeirada. Talvez por isso seja possível perceber em tantos textos da Ilustração portuguesa uma defasagem não apenas de locais, mas entre o próprio discurso e a realidade social à qual se refere e pretende transformar.⁵⁴

É importante ressaltar que o fenômeno do estrangeiramento não diz respeito apenas aos fisicamente distantes. No avançar do setecentos, em determinado momento, torna-se possível trabalhar com a ideia de um estrangeiramento interno, que considera o movimento como um estado de espírito de alguns setores da sociedade lusitana.

O fenômeno do estrangeiramento pode ser buscado ainda no século XVI, com o insulamento mercantil e o recrudescimento da intolerância religiosa ligada à Contra-Reforma. Os judeus e cristãos-novos são vistos como estrangeirados desde então, assim como os comerciantes que utilizavam as rotas mercantis. Depois da Restauração, a partir de 1640, principalmente por conta da reabertura do contato com os países do norte e centro europeu, aumenta-se o contraste entre aqueles que conheciam outras partes do mundo e aqueles que dele nada sabiam ou ignoravam. Podemos fazer, portanto, a distinção entre os estrangeirados pelo sangue – judeus e cristãos-novos – e pela educação – contato com a cultura exterior. O sentido crítico dos estrangeirados aponta sempre os defeitos e as carências do reino, denuncia um atraso português em relação à cultura científica europeia, propondo a alternativa com a filosofia racional e a ciência experimental. Essas ideias são rapidamente repudiadas, ao passo que as instituições dominantes defendem seus valores, denunciando aqueles a quem consideram hereges.⁵⁵ Por representarem as novas ideias, nesse momento talvez seja possível considerarmos a existência de uma batalha entre antigos e modernos em Portugal. Mesmo que tardia em relação à querela original, de origem francesa, na sociedade lusitana esta se faz entre os estrangeirados e os bastiões das instituições tradicionais. Estes estrangeirados e suas práticas letradas na primeira metade do setecentos acabam

⁵⁴ FALCON, op. cit., p.318-319

⁵⁵ FALCON, op. cit., p.321

por denunciar um processo de mudança e de crise, cujo ponto crucial será a publicação do Verdadeiro Método de Estudar, de Luis Antonio Verney. Este pode ser considerado o marco da Ilustração portuguesa como movimento intelectual e político.

Alguns autores destacam-se entre os estrangeirados do primeiro meio século. Alexandre de Gusmão era secretário particular de Dom João V, e escreveu diversas cartas em nome do rei contra desmandos e abusos por parte de oficiais. A questão era a afirmação da autoridade absoluta do monarca, e há uma preocupação em reproduzir a querela entre antigos e modernos no plano das práticas religiosas. Em outros textos, Gusmão faz referências à distância de interesses e de mentalidades que separa a Corte do que ocorre em outras capitais.⁵⁶

Dom Luis da Cunha, em suas recomendações, se apresenta de maneira bem objetiva. Há uma crítica voltada para o plano político, ainda que não aponte para uma direção ilustrada. Sua identificação é com modelos pretéritos no que tange à concepção do poder real, remontando muitas vezes a Maquiavel. Chama atenção sua crítica ao funcionamento do aparelho judiciário, uma vez que já parece possível vislumbrar uma forte preocupação de cunho jurídico que será fundamental no período pombalino e em tempos posteriores.⁵⁷ A prática jurídica é uma das principais questões do movimento ilustrado português.

Luis Antonio Verney nasceu em Lisboa no ano de 1713, era filho de lojistas e tinha ascendência francesa. Seus estudos iniciais foram realizados com os jesuítas, ao passo que os oratorianos tiveram a tarefa de concluí-los. Em Évora, Verney obteve o título de mestre em Artes. Aos 23 anos parte para a Itália, país onde reside até o fim de sua vida. Passou a prestar serviços ao rei de Portugal na embaixada romana, assim como a participar do círculo de intelectuais romanos da época. Seus contatos revelam uma atualização com o que há de mais ilustrado na intelectualidade italiana setecentista. Seus serviços permitiam que obtivesse uma significativa renda, que vinha a ser somada aos benefícios eclesiásticos que recebia. Pelo fato de ser radicado em Roma e possuir tantos contatos na sociedade

⁵⁶ GUSMÃO, Alexandre de. **Obras**. São Paulo: Cultura, 1945, p.33 et seq

⁵⁷ CUNHA, D. Luis da. **Instruções Inéditas a Marco Antonio de Azevedo Coutinho**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1930 e _____, **Testamento Político**. Lisboa: Seara Nova, 1943.

ilustrada da Itália, Luis Anotnio Verney pode ser considerado como uma ponte entre a Ilustração italiana e a realidade lusa do século XVIII.⁵⁸

Sua principal obra consiste nas dezesseis cartas que compõem o Verdadeiro Método de Estudar, escritas em Roma e publicadas em 1746 e 1747. O caráter mais significativo das cartas em questão parece não estar propriamente em seu conteúdo, por mais que não se possa simplesmente negar a importância deste. O que chama a atenção é o espírito que comanda estes escritos e a ruptura que eles representam. Em todas as cartas está presente uma crítica irônica, satírica em algumas ocasiões, ao sistema educacional português. Verney aponta erros sistemáticos em todos os níveis da educação lusitana, tanto no conteúdo lecionado quanto nos métodos utilizados. Através desta ofensiva contra a educação e a pedagogia portuguesa, o autor acaba por proferir uma crítica à cultura do país como um todo. Mais uma vez aparece a ideia da defasagem. Verney direciona o olhar para diversos aspectos do reino, e para onde quer que olhe enxerga atraso em relação ao que se passava nos outros grandes centros da Europa. Esse diagnóstico aparece como algo heurístico a partir do momento em que Verney também pretende direcionar as práticas posteriores. Estas deveriam ser guiadas por um espírito pedagógico reformista. O autor, dessa maneira, pretende demonstrar que há uma missão a ser cumprida em Portugal, ligada ao movimento ilustrado, mas que esta deve resultar de uma atitude a ser apoiada por Lisboa. Crítica e pedagogia completam-se, marcando uma ruptura que deve levar a uma construção sobre novas bases.⁵⁹

Verney não é pioneiro em produzir um contato entre o movimento ilustrado centro-europeu e a sociedade portuguesa. Não é disso que se trata quando se pretende demonstrar que sua obra marca uma ruptura sem precedentes em terras lusitanas. O discurso do Verdadeiro Método de Estudar representa um corte com a cultura barroca em nome do movimento ilustrado, afetando todos os níveis da sociedade. Trata-se da ascensão da física, da lógica e da ética natural em detrimento da metafísica. Verney pretende, ao mesmo tempo, preservar a fé católica, mas desvencilhar a mesma da escolástica, que teria atravancado a teologia, fazendo com que essa não fosse mais uma fonte de conhecimento. Pode-se produzir uma visão mais ampla do impacto dos escritos verneyanos somando a

⁵⁸ FALCON, op. cit., p.330

⁵⁹ VERNEY, Luis Antonio. **O Verdadeiro Método de Estudar**. Lisboa: Sá da Costa, 1952.

este assentamento da teologia em novas bases a presença do jusnaturalismo no campo jurídico.

A crítica de Verney é vasta, e pode ser melhor compreendida se analisada em detalhes. A Carta Primeira sustenta a necessidade do estudo direto da língua portuguesa, sem o intermédio do latim. O texto propõe diversas soluções tanto para a ortografia quanto para o estudo da língua portuguesa, e ganha importância pela reformulação de valores que representa. A Carta Segunda aborda a gramática latina, a Terceira versa sobre a latinidade, ao passo que o grego e o hebraico ficam a cargo dos escritos da Carta Quarta. Ao longo das quatro cartas, a exposição segue o mesmo modelo: o tema é apresentado, a maneira como se estuda nas escolas e universidades é analisada, e segue a sugestão minuciosa de um plano de estudos.⁶⁰ As cartas Quinta e Sexta ocupam-se da retórica. Definindo objetivos e propondo métodos de ensino. Também promove um balanço do que existia no reino nesses termos. A Carta Sétima é dedicada à poesia portuguesa, que curiosamente não lhe agrada. Segundo Verney, os versos portugueses contrariam os modelos antigos e a boa razão. A proposta é de uma poesia intelectual, diferente da prosa somente no que diz respeito à forma.⁶¹

A Carta oitava é a primeira que tem como tema os assuntos filosóficos. Verney oferece uma comparação entre a filosofia escolástica e a filosofia moderna, apresentando a situação dos estudos filosóficos em Portugal, seguida de uma breve história da filosofia. Segue-se o estudo da lógica, destinado a invalidar os escritos de Aristóteles e da escolástica. Na Carta Nona, há um ataque diretamente direcionado à metafísica, considerada ilegítima como disciplina pelo autor. A física é apresentada como alternativa direta, já na Carta Décima. A ordem é experimentar e observar. A Carta Undécima possui escritos acerca da ética, e representa uma primeira aproximação com o jusnaturalismo ilustrado.⁶²

A medicina aparece como continuação dos estudos a respeito da física na Carta Duodécima, que põe em dúvida a cultura médica portuguesa como um todo. Na Carta Décima Terceira, Verney apresenta um plano de estudos modernos de direito civil, tendo a jurisprudência como guia. Uma das críticas mais ácidas do autor encontra-se na Carta Décima Quarta, onde apresenta a cultura teológica

⁶⁰ Ibid., vI, p.135-271

⁶¹ Ibid., vII, p.1-336

⁶² Ibid., vIII, p.1-266

portuguesa como inútil, posto que baseada na teologia especulativa. A proposta é substituir seus estudos por uma teologia racional e positiva, fundada no plano histórico. Vale ressaltar que a maioria de seus adversários concentra suas críticas a esta carta.⁶³

A Carta Décima Quinta analisa o direito canônico. Aqui, Verney critica a falta de utilidade prática do canonista português. A Carta Décima Sexta resume-se em uma sequência de planos de estudos.

Interessante perceber que a obra tratava, afinal, da secularização. Este processo deveria ocorrer em Portugal, e Verney pretende apresentar os caminhos que deveriam ser seguidos para que o mesmo fosse levado a cabo. O foco principal são as instituições vinculadas à educação e à cultura, tanto em relação às críticas produzidas quanto em relação às propostas apresentadas. O Verdadeiro Método de Estudar, por fim, não é uma obra que se pode chamar de original no que diz respeito à proposição de ideias ou mesmo pela agudeza destas, mas sua importância repousa fundamentalmente na “fidelidade com que faz eco às ideias e posições polêmicas dominantes na Europa”.⁶⁴ Trata-se de uma espécie de chamado para a guerra, que deveria ter suas batalhas em torno dos princípios e dos métodos racionais e reformistas.

A importância de uma obra se mede muitas vezes pela reação que ela provoca no meio ao qual é direcionada. Quanto a isto, não restam dúvidas de que as cartas verneyenas desencadearam uma enorme polêmica no círculo letrado lusitano. As primeiras respostas contra Verney são endereçadas diretamente ao autor e às reformas que sugere. Os jesuítas logo se manifestam, desqualificando Verney em diversos aspectos, retirando qualquer autoridade de seu discurso. Para este grupo de religiosos, o autor que havia proposto tantas atrocidades não poderia ser considerado um filósofo, nem católico, nem mesmo português.⁶⁵ Na verdade, o que a intensa reação parece revelar é que a obra em questão havia tocado em pontos cruciais das práticas e das formas de pensamento portuguesas, principalmente no que diz respeito àquelas ligadas às instituições dominantes.

Mas as reações não foram apenas contra o Verdadeiro Método de Estudar. O projeto de Verney tinha bases sólidas e apresentava certa completude no plano

⁶³ Ibid., vIV, p.1-290

⁶⁴ DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a Cultura Europeia: Século XVI a XVIII**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953. p.193

⁶⁵ FALCON, op. cit., p.337

social e político, o que fez com que arregimentasse alguns adeptos, mesmo que alguns mais tímidos. As críticas à sua obra denunciavam um ataque não apenas ao seu projeto, mas à própria entrada do movimento ilustrado em Portugal. A intenção era negar o Verdadeiro Método de Estudar para, com isso, negar a validade de qualquer proposta ilustrada que viesse a ser apresentada.

A partir da publicação das dezesseis cartas, o estrangeiramento começa a ganhar admiradores internos, como os oratorianos. Alguns padres desta congregação acabam entrando no combate que fora estabelecido, mesmo com algumas discordâncias em relação a pontos específicos dos escritos de Verney. Uma das maneiras pelas quais se verifica a participação dos oratorianos é sua preferência, nesta época, pela cultura francesa. O afrancesamento oratoriano acusava seu estrangeiramento ao domicílio, como podemos chamar.⁶⁶

Apesar das mudanças ocorrerem nos mais diversos campos nas décadas que se seguem, há, na primeira década de governo pombalino, uma movimentação intelectual intensa, principalmente no que tange à educação. A partir de meados do século XVIII, portanto, é como se uma barragem formada pela escolástica e pelo barroco fosse rompida para que o reino português fosse inundado. Mais uma vez, chamo a atenção para o fato de Verney não ser exatamente o pioneiro quanto à formulação de críticas ao movimento intelectual português. Mas, sem que se menospreze toda a produção nesse sentido do primeiro meio século – que já foi tratada anteriormente –, pode-se afirmar que somente o Verdadeiro Método de Estudar é um discurso que coloca em planos tão opostos o Barroco lusitano e a Ilustração centro-europeia. A luta no plano intelectual faz-se presente na política sobretudo através da escolha dos jesuítas como a principal causa do atraso português. Há, na verdade, a criação de uma frente antiescolástica e antijesuíta que representa menos um ataque pessoal do que um projeto de transformação profunda da sociedade lusa. Projeto este que deveria promover a secularização política e a imanência no plano científico e filosófico, para isso passando necessariamente por uma reforma do sistema educacional como um todo.

Um autor crucial para pensarmos a Ilustração portuguesa já no período pombalino é Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782). Formado em medicina e direito pela Universidade de Coimbra, Ribeiro Sanches doutorou-se

⁶⁶ Ibid., p.338

em Salamanca, onde passou a clinicar. Saiu de Portugal ainda na década de 1720, passando por Londres e Leide até chegar ao posto de médico militar na Rússia. Neste país viveu muitos anos, sem que perdesse o elo com Portugal, de onde sempre recebia notícias e lugar para o qual elaborava planos e reformas. Em 1747 fixou residência em Paris. Ausente no sentido físico, foi um estrangeirado atuante em muitas das reformas do período pombalino. Uma coletânea de suas obras principais é paradigmática no que diz respeito à visão acerca de seu país de origem, assim como de suas intenções reformistas para as terras lusitanas, principalmente no que tange ao ensino. *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se* produz mais uma contundente crítica às diversas formas assumidas pelo poder eclesiástico em Portugal, apontando o caminho da secularização ampla e imediata como única maneira de tirar o reino da situação que se encontrava. A visão de mundo dos discursos ali formulados articula-se com a filosofia ilustrada em seu mais amplo sentido. Ribeiro Sanches analisa cada esfera que considera importante no reino, focando os prejuízos, ameaças e contradições que representam para o possível e necessário avanço português. A permanência de diferentes instituições e práticas completamente ou parcialmente controladas pela Igreja não são toleradas de maneira alguma pelo autor.⁶⁷

Interessante ressaltar que também Ribeiro Sanches preza a manutenção das funções espirituais da Igreja, mas com a secularização de seus bens e das instituições de ensino. Preconiza a afirmação do regalismo sobre a Universidade de Coimbra e sobre a Inquisição, cabendo ao rei assumir a jurisdição. A tolerância religiosa é destacada como vantagem. Todas as escolas devem ser administradas pelo Estado soberano, passando por uma fiscalização real, que não deveria mais ser realizada por bispos. O ensino da mocidade é concebido de maneira que esta possa “servir à pátria no Estado Civil, no Político, no Guerreiro e no Econômico”.

68

Um ponto interessante a ser lembrado no texto de Ribeiro Sanches é a intenção de, baseado no modelo russo, tornar obrigatório o serviço militar em Portugal para membros da nobreza. Segundo o autor, alguns privilégios feudais

⁶⁷ SANCHES, op. cit., p.79 et seq

⁶⁸ Ibid., p.112

eram mantidos somente por inércia, e deveriam ser abolidos já naquele momento, sobretudo relacionados aos eclesiásticos, aos conventos e à própria nobreza.⁶⁹

Nas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760) podemos avistar um recrudescimento das preocupações políticas do autor, que inicia o texto apresentando as diferenças entre uma sociedade constituída em função de um Estado eclesiástico e outra a partir de um Estado civil e político. Para empreender essa diferenciação, Ribeiro Sanches lança mão do que considera a história da invasão da sociedade civil pela eclesiástica desde o século IV. Isso teria semeado em Portugal a intolerância eclesiástica sobre o Estado civil e político, que teria tido seu ponto culminante no século XVI com o domínio eclesiástico sobre a Universidade de Coimbra. O principal prejuízo surgido por conta disso teria sido a contradição entre a estrutura social e política do reino e as necessidades impostas pelas conquistas e pela colonização. Segundo Ribeiro Sanches, a monarquia portuguesa fora fundada na espada, e não no trabalho e na indústria, o que fazia com que prevalecesse uma mentalidade preconceituosa dos fidalgos e dos eclesiásticos. O resultado disso seria um reino em que se aspira à nobreza e ao clero como as duas únicas formas de sustentação social possíveis. A partir dessa conclusão, Ribeiro Sanches inicia suas proposições, chegando mesmo a admitir que a educação eclesiástica pode ter sido útil durante o período de conquistas, mas passou a ser inútil e até prejudicial com o advento da agricultura e do comércio. Para que estes se desenvolvessem em plena forma, faziam-se necessárias a justiça, a ordem e a liberdade. Daí a obrigatoriedade da educação ser proporcionada pelo Estado.⁷⁰ No mais, a obra se preocupa em detalhar as formas jurídicas viciadas pelo eclesiastismo e apresentar planos de reestruturação dos estudos maiores à luz da história natural e do conhecimento sobre o Estado civil e político.

Voltando a Luis Antonio Verney. O autor não deixa de escrever após a publicação do Verdadeiro Método de Estudar. Pelo contrário, produz cada vez mais, e colabora de maneira igualmente atuante com as reformas pombalinas. Através dos escritos de Verney publicados durante a década de 1760 e reunidos por Cabral de Moncada,⁷¹ percebemos o repúdio do autor às formas despóticas do

⁶⁹ Ibid., p.144

⁷⁰ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1922, p. 260 et seq.

⁷¹ MONCADA, Luis Cabral de Oliveira. **Estudos de História do Direito**. Coimbra, 1948-1950. Moncada reuniu textos de Verney, editou e publicou.

poder real, atribuindo a isso a educação do príncipe por parte dos jesuítas, que o impossibilitava de estar bem preparado para a realização de suas funções. Era necessário que os príncipes compreendessem que não eram os donos do dinheiro público, mas sim administradores. Sendo assim, seu uso deveria ter como interesse exclusivo o bem estar dos seus povos. Não podendo realizar sozinho tudo que é necessário para o bem de seus súditos, o príncipe deveria se cercar de homens capazes, expulsando adúladores e incompetentes. A única solução que tornaria isto possível, segundo Verney, seria a abolição da Inquisição, pois esta limitava a liberdade do príncipe e a liberdade de pensamento. Uma outra medida necessária seria a retirada completa do poder e da influência jesuítica, mesmo sendo de imensa dificuldade tal tarefa.⁷²

Podemos afirmar que Verney formula, em seu discurso, alguns dos princípios básicos do que chamamos de absolutismo esclarecido ou despotismo ilustrado. Estão presentes a secularização, a imanência, o individualismo. Tendo no problema jesuítico seu principal alvo, o autor prega a reforma da Inquisição, a restrição e a ilustração da censura e o fim das distinções entre cristãos-velhos e cristãos-novos.⁷³

Falcon considera Ribeiro Sanches o autor que representa os limites da tomada de consciência da Ilustração lusa, atingindo o ponto máximo em termos de reivindicações e propostas. Verney estaria em um caminho mais brando, um tanto quanto realista, se aproximando com mais clareza da situação portuguesa de então. Por isso, teria sido mais adequadamente utilizado para as mudanças das condições objetivas da sociedade lusitana.⁷⁴

Não poderiam ficar de fora desta análise, mesmo que brevemente, os textos que têm a autoria atribuída ao próprio Sebastião José de Carvalho e Melo. A retórica ilustrada pombalina não é sistemática ou coerente e há, inclusive, um certo distanciamento do universo mental claramente ilustrado corrente em sua época e até mesmo em suas práticas. A visão que marca as apologias escritas por Pombal é a do exemplo dos grandes ministros da história da França, com os quais Pombal se identifica plenamente. Tem predileção especial pela biografia de Sully.

⁷² Ibid., p.328

⁷³ Ibid., p.122 et seq.

⁷⁴ FALCON, op. cit., p.358

⁷⁵ O mais interessante ao ter contato com os textos pombalinos é que chegamos à conclusão de que existe mesmo uma forte dicotomia entre o discurso ilustrado que Pombal realiza e as práticas levadas a cabo em seu governo. No plano ideológico e teórico, ou seja, através dos textos de Carvalho e Melo, nada emerge que tenha relações com o despotismo ilustrado. O quadro de referências traçado pelos discursos em questão diz respeito à monarquia absoluta em sua forma considerada a mais clássica, a francesa.

O problema fundamental que se apresenta a partir da análise de variados discursos anteriores ao período de Pombal e produzidos durante o próprio governo do Marquês parece ser sobre a definição de um conjunto entre os textos do período em questão. Há como defini-lo? A resposta tende a ser negativa. Há, no geral, uma ausência de unidade de perspectivas entre os discursos, indo ao encontro da análise anterior sobre as características gerais da Ilustração europeia.

Um fato curioso é a diferença entre os discursos no plano econômico e no plano político-ideológico. No primeiro, o mercantilismo parece se apresentar quase como um consenso, ao passo que falta à teoria ilustrada um referencial comum. Buscando alguns pontos de semelhança entre eles, encontra-se, por exemplo, a contraposição de valores novos e novos critérios de julgamento a situações antigas. As conclusões que se chegam a partir daí são variadas, assim como as propostas de ações a serem realizadas.

Na verdade, os textos produzidos anteriormente ao período pombalino têm como objetivo principal ajustar a realidade portuguesa àquela que existe fora do reino. Gusmão e Luis da Cunha, por exemplo, são estrangeirados que revelam uma visão dos problemas do reino, assim como atentam para o fato de que muita coisa deveria ser feita para que a realidade lusa se adequasse ao que acontecia alhures. Os próprios discursos de Pombal utilizam os ministros do passado para que viessem em auxílio do presente. Utiliza uma retórica ilustrada, adaptando-a às injunções e possibilidades reais da estrutura social portuguesa. Os textos pombalinos, nesse sentido, assumem um compromisso tácito entre forças contraditórias. Mais uma vez, afirmo que a crítica só se torna universal a partir da publicação dos textos de Luis Antonio Verney.

⁷⁵ **Maximilien de Béthune**, duque de Sully (1560 – 1641). Ministro francês e líder huguenote, braço direito do rei Henrique IV (1553 – 1610) no governo da França.

Com Verney, a pedagogia se faz atuante, fazendo circularem novos valores e novos critérios. Ciências da natureza e ciências humanas passam a ter um alto grau de importância, e o discurso demonstra a pretensão de estar à frente de um processo de mudança. O reformismo ilustrado entra na ordem do dia, apoiado em um otimismo jurídico que permeia toda a obra do autor em questão. Vale lembrar novamente que a secularização é o traço dominante que perpassa todo o discurso de Verney, trazendo a fé no progresso, a crença nas Luzes e na razão, o antijesuitismo.

As proposições de Ribeiro Sanches tornam ainda mais nítida a necessidade de modificar a própria ideia que se tem sobre a natureza da educação e a adequação desta a um novo tipo de Estado. As escolas passam a ser vistas como instituições plenamente públicas, a possibilidade de bolsas de estudo no estrangeiro deve ser alargada, assim como o estabelecimento de seminários e pensões para estudantes sem nenhum caráter religioso deve ser empreendido.

Assim como podemos traçar pontos semelhantes entre alguns discursos do pensamento ilustrado português, é possível buscar alguns limites dentro dos mesmos discursos. Quanto a isso, Falcon afirma:

É um fato dos mais significativos constatar-se que em nenhum dos discursos, mesmo os mais ilustrados, encontramos a negação ou sequer a discussão dos direitos da nobreza ao exercício do poder político, ou a própria necessidade de que ela exista como tal. Recomenda-se, no máximo, que seja preparada, que esteja à altura de suas tarefas, que se ‘ilustre’ em suma.⁷⁶

O discurso ilustrado português revela-se, portanto, limitado nestas proporções. É um discurso disposto a conviver com as várias maneiras de pensar que encontra consolidadas, e que as aceita através de uma crítica que se apresenta de modo muito superficial. A principal questão a qual as críticas se referem diz respeito ao papel do Estado, na medida em que nele são depositadas as credenciais para que exerça o papel de agente reformador. A este reformismo ilustrado teorizado nos discursos, contrapõe-se o reformismo possível e realizado, tendo como base a própria sociedade e seus limites impostos.

O que tentamos identificar como ideário do pombalismo, tanto no sentido mercantilista quanto no ilustrado, abre-se em um sem número de possibilidades

⁷⁶ FALCON, op. cit., p.366

que podem ter lugar no processo histórico da sociedade portuguesa. Trata-se da passagem do ideário à prática, o que promove necessariamente um ciclo de mudanças tanto no primeiro aspecto quanto no segundo. Há uma espécie de retroalimentação quando os discursos encontram a sociedade lusa, e as modificações são feitas tanto em um quanto no outro de maneira constante.

Em meados do Setecentos, Portugal mantinha uma estrutura absolutista de poder monárquico e a hegemonia eclesiástica sobre a sociedade civil. Isto era suficiente para a manutenção de uma dominação ainda muito forte da aristocracia de origem senhorial. Ao final do reinado de D. João V, o poder do Estado estava se tornando alvo de diversas disputas entre as diversas frações mais diretamente ligadas a ele, tanto por parte dessa nobreza de senhorios quanto por parte dos setores dominantes do clero. O que isso demonstra, além de um campo de possíveis que torna o poder do Estado acessível a quem o pretende por proximidade e direito, é uma fissura paralisante que acaba por comprometer o desenvolvimento e o aparelhamento do próprio Estado. Em 1750 sobe ao trono D. José, e Sebastião José de Carvalho e Melo é rapidamente nomeado Secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Não querendo aqui afirmar a existência de um projeto político estritamente definido a priori, percebem-se no mínimo as alternativas colocadas em torno da resistência à crise do poder ou da permissão do desenvolvimento das tendências desagregadoras e centrífugas. As primeiras medidas do novo governo apontavam para uma direção clara, evidenciando as disposições pretendidas: a reorganização e o reforço do aparelho estatal, que deveriam ser atingidos através da desobstrução dos canais burocráticos controladores da circulação comercial e da arrecadação fiscal. Daí a necessidade de um esforço no sentido de eliminar sistematicamente toda e qualquer forma de oposição ao poder do Estado absolutista. Por conta disso, uma das marcas principais da governação pombalina acabou por ser a violência. Três setores da sociedade portuguesa sofreram ataques diretos para que a intenção de Pombal e seus seguidores fosse garantida: o setor antimonopolista da burguesia mercantil, o setor antiabsolutista da aristocracia nobiliária e o setor hegemônico da aristocracia eclesiástica. Com isso, Pombal beneficiava setores antes relegados

a segundo plano no poder e operava uma reformulação significativa do bloco dominante.⁷⁷

Como falamos em uma transição do feudalismo para o capitalismo, vale lembrar que o papel dominante da Igreja na esfera ideológica não vai de encontro à hegemonia aristocrática, mas antes opera uma mediação de valores e mentalidade que asseguram a supremacia de tal setor na sociedade. Salvo algumas exceções políticas e jurídicas de caráter estritamente local, a Igreja possui em Portugal, na época em questão, controle sobre todo o aparelho social e cultural: a escola, a educação formal em seus diferentes níveis, das primeiras letras à Universidade; a família, cujos membros eram orientados em seus atos essenciais individuais e coletivos; as fontes de informação, como as compreenderíamos hoje, impressão e circulação de material; e as manifestações culturais, como teatro, filosofia, letras, artes em geral. Traçando um quadro simples do papel da Igreja no Portugal setecentista, percebe-se que quase nada estava fora da sua alçada, tudo ligado às suas interpretações e seus desígnios religiosos. O reino respirava a presença eclesiástica constantemente. Quanto às exceções mencionadas, ligavam-se ainda às práticas locais medievais jurídicas, no que diz respeito aos foros, concelhos e organizações profissionais como corporações e ofícios. Visto isso, o ponto crucial ao qual se deve chegar é a conclusão de que o embate com o setor hegemônico eclesiástico torna-se inevitável nesse momento. Os jesuítas ocupavam o cerne da grande maioria dos aparelhos ideológicos sob a orientação da Igreja. No momento em que o Estado se lança em uma política de cunho secularizador com inspiração regalista, os jesuítas representam historicamente o último bastião de uma ordem social que se encontra ameaçada pela introdução – ou intromissão – de novos valores e novas atitudes, ligadas a uma nova mentalidade. Uma vez compreendido isto, deve-se levar em conta que o ataque do qual se fala não é de cunho antirreligioso, não visa exatamente a instituição eclesiástica como um todo, muito menos o credo incumbido do cuidado das almas e da salvação dos homens. O que se intentava era a eliminação da ampla dominância do aparelho religioso sobre os demais aparelhos ideológicos. Somando isto à presença direta do clero e dos seus grandes recursos econômicos, a situação que se configurava se apresentava de maneira incompatível com as

⁷⁷ Ibid., p. 369 et seq.

novas ideias circulantes e com os novos interesses que se expandiam. Deve-se enxergar a luta contra os jesuítas como uma forte rejeição àquelas formas mantidas pela dominação aristocrática, que tinha seu poder complementado no nível ideológico pela supremacia eclesiástica. A pretensão não era revolver completamente toda a estrutura política portuguesa, mas permitir que estas novas ideias e valores circulassem e tivessem espaço para o desenvolvimento conjunto de novas formas de pensamento, uma vez que os jesuítas representavam a Igreja em seu sentido terreno, não transcendente, em Portugal. O combate antijesuítico pretendia afirmar a autoridade real, civil e laica sobre uma autoridade eclesiástica que havia mantido e ampliado seu controle e influência sobre o próprio aparelho estatal, vigiando incessantemente tudo e todos que pudessem constituir uma ameaça à ordem e à hegemonia vigente. Foi preciso, portanto, que se afirmasse o primado das autoridades a serviço do rei frente às autoridades da Igreja que, de certa forma, invadiam a esfera pública. O despotismo ilustrado toma forma através de fórmulas, atos, cerimônias que traduzem a soberania absoluta e irrestrita do poder real.⁷⁸

No plano jurídico, também uma reforma se fez presente, no intuito de suprimir as interpretações tradicionais, praticamente proscrevendo o direito romano. Aqui podemos compreender um esforço de retirar o primado até então desfrutado pelo direito canônico. Afirma-se, nesta esfera, a superioridade do direito pátrio, do direito natural e das gentes, representando a primazia da razão a exemplo das nações ilustradas de então. A reforma da educação tem nesse aspecto um fator determinante. A tarefa reformadora do aparelho educacional é realizada de maneira um tanto quanto agressiva, talvez por conta do predomínio – quase monopólio – jesuítico sobre as instituições em questão ser enorme. Em nome da própria religião e em favor da própria Igreja o discurso reformista e secularizador justificava tamanha hostilidade contra os jesuítas. O que estava realmente em jogo não era propriamente a instituição educacional ou o controle dela por parte de agentes eclesiásticos, mas a ideia era fazer prevalecer a determinação dos métodos e conteúdos educativos por parte do Estado, e não da Igreja. A base espiritual sustentada pela instituição eclesiástica não era ameaçada em detrimento de outra ordem, mas deveria conviver com a cultura moderna sob a égide do Estado

⁷⁸ Ibid., p.422-425

secular. Tratava-se, assim, de remover a barreira mais poderosa que se antepunha aos projetos reformistas das mentalidades da sociedade portuguesa.⁷⁹

Diante de um quadro que parece apresentar incoerências e elementos inconciliáveis neste Portugal setecentista, a característica principal da prática ilustrada lusitana, que tenta harmonizar diversos aspectos dessa sociedade, é o ecletismo, do qual Verney pode ser mencionado como um dos expoentes.

O sentido das mudanças determinadas por todas estas práticas não deve permitir confusões: seu rumo mais geral é o da secularização, não há dúvida, porém seus meios são cautelosos, ecléticos por definição. Predomina em quase todos os casos o meio termo, a cautela diante das inovações excessivas, o receio do desconhecido que o seja em demasia. Isso se evidencia em todos os terrenos: quanto às ideias, aos livros, aos cursos, aos professores e, em última análise, quanto à orientação filosófica que se deveria imprimir ao processo secularizador como um todo.⁸⁰

A afirmação de que João Pedro Ribeiro – entre os outros autores que vêm sendo mencionados – pode ser relacionado como um novo tipo de homem público português advém da ideia apresentada por Ana Rosa Cloclet, em seu artigo intitulado *A Formação do Homem Público no Portugal setecentista: 1570-1777*.⁸¹ Uma discussão mais aprofundada sobre esse texto nos permitirá prosseguir com nossas reflexões tendo como base o momento em questão e sua complexidade.

A autora começa a discussão falando do XVIII europeu, que teria promovido uma transformação nas formas de pensar e agir. Isto teria ocorrido devido a uma secularização do pensamento, uma nova maneira de “estar no mundo”, na forma de uma autonomia frente a antigos valores. Já no início do texto, Cloclet afirma que a Ilustração italiana e ibérica apresentam algumas particularidades, no que diz respeito à convivência e coexistência entre elementos aparentemente inconciliáveis. Elementos estes representados por uma Ilustração católica, comungando fé e ciência, tradição filosófica e experimentação racional.

De qualquer maneira, a Ilustração nestes países implica uma sistematização de novos valores e conhecimentos, provocando o surgimento da ideia de uma reforma no ensino e da discussão em torno da mesma. O período de

⁷⁹ Ibid., p.430

⁸⁰ Ibid., p.431

⁸¹ CLOCLET, Ana Rosa. *A Formação do Homem Público no Portugal setecentista: 1750-1777*. In: Revista Intellectus Vol. II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

Pombal ficaria, portanto, marcado como o momento de secularização da sociedade, levada a cabo pela política do Reformismo-Pedagogismo empreendida pelo ministro. Tal política permite que se busque a “formação ideal do homem público luso-brasileiro”,⁸² qualificado para a implantação dos projetos modernizantes de caráter ilustrado propostos por Carvalho e Melo. Com isso, a autora conclui que há medidas, neste momento, que extrapolam o âmbito acadêmico, buscando a composição entre política e ciência a serviço da Monarquia absolutista.

Cloclet lembra ainda a ideia do atraso português no século XVIII, cara aos contemporâneos, que enxergavam os europeus anos à sua frente. Para tal, selecionavam os maiores estorvos à modernização de Portugal, que estariam representados primordialmente pela hegemonia ideológica da escolástica e a aliança econômica com a Inglaterra. O “atraso intelectual” – com o qual Pombal concordava – era, portanto, um empecilho a qualquer proposta de reforma, e ficaria por conta do domínio jesuítico nas instituições de ensino do reino.

Ana Rosa Cloclet busca em diversos autores da época a preocupação com a formação ideal para um homem público a partir das reformas, e destaca tanto a esfera pedagógica quanto a política, ambas imbricadas no processo, segundo a autora. O confronto de projetos que irá se seguir diz respeito a poder, saber e transformação das estruturas vigentes em Portugal, o que se refletia no ensino e no ideal que cada um tinha em mente para este. A intenção era tornar a velha nobreza instruída nos novos conhecimentos científicos, tornando-a útil. Tratava-se de desvincular os cargos públicos dos privilégios arraigados de nascimento, promovendo uma adequação da nobreza e fidalguia ao novo perfil de homem público do XVIII.

Uma expressão que a autora utiliza muito no artigo é o “instrumental humano”, que seria formado a partir deste novo ideal, o homem público como sustentáculo do governo, no caso o Estado absolutista em Portugal. Apesar de enfatizar as medidas de Pombal no âmbito da economia e nos negócios, Ana Rosa Cloclet apresenta uma reflexão interessante sobre a expulsão dos jesuítas e suas consequências. Este seria, segundo a mesma, o fato mais decisivo para estabelecer

⁸² Ibid., p.3.

uma instrução pública secular e especificamente portuguesa, processo que teria tido início já em 1759, com as reformas pedagógicas.

Estas reformas privilegiam, quanto às áreas humanísticas, o estudo do grego e da retórica, mas o que chama a atenção da autora é a incorporação das ciências físicas e naturais à Universidade, servindo ao propósito da nova formação. Formação esta que se torna possível com o novo Colégio dos Nobres, instituição para a instrução da nobreza e fidalguia portuguesa, que até então eram educados quase que exclusivamente por religiosos.

Ana Rosa Cloclet afirma ainda que o rompimento radical com a religião era impossível, sendo Portugal um lugar onde o clero era um dos mais fortes sustentáculos do poder político do Estado absolutista. O que surge, portanto, é uma ética própria ao Antigo Regime, com a finalidade de reger harmonicamente o corpo social, segundo uma moral regulada pela Igreja e pela Monarquia. Os ideais aparentemente inconciliáveis reaparecem, pois a preocupação desta harmonização é com a formação moral e técnica, onde a virtude e as ciências devem coexistir, caminhando lado a lado na formação dos homens públicos para que estes sejam úteis à sociedade e ao Estado. Busca-se, portanto uma íntima conexão entre Universidade, Igreja e Estado, que cristalizaria o pragmatismo das Luzes em Portugal.

Cloclet enfatiza ainda o ecletismo das novas ideias e projetos em terras lusitanas, onde a tradição parece ser uma via de encaminhamento para a mudança. Dentro da lógica do XVIII, a autora afirma que este era “o homem das Luzes possíveis de serem incorporadas no Portugal setecentista”.⁸³ Conclui o texto falando sobre a administração mariana, e a maneira como esta deu prosseguimento à alteração dos esquemas mentais iniciada por Pombal, com ênfase nas reformas pedagógicas e nos empreendimentos científicos. Vale lembrar que o principal destes empreendimentos é a Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição que irá promover a tarefa de João Pedro Ribeiro, objeto deste estudo. Neste sentido, aliás, podemos relacionar o autor em questão como um destes homens públicos de novo tipo. Encarrega-se de um projeto e utiliza seus próprios meios para tal. Sua ligação com a Academia permite vislumbrar a literatura memorialista típica da instituição, que deveria orientar políticas

⁸³ Ibid., p. 26.

fomentistas para o Reino e o Ultramar. O homem público, portanto, é encarregado de vencer ou preparar o terreno para que sejam vencidos os obstáculos à modernização de Portugal.

Uma vez que os jesuítas começam a deixar posições “vagas”, as mesmas precisam ser ocupadas. Novos intelectuais devem surgir, e muitos deles são também eclesiásticos, mas todos com uma forte ligação com o Estado absolutista. Esses novos intelectuais formados traduzem uma nova disposição ou correlação de forças e um novo equilíbrio político do Estado absoluto. O caráter amplamente eclético e a discrepância entre muitos dos discursos produzidos e o que é realizado na prática são exemplares para percebermos a contradição entre as formas de pensamento e as visões de mundo formadas então. Como aspecto comum, há uma tendência modernizadora sem que se preze por uma ruptura radical e profunda com as formas tradicionais. Isto é um tanto quanto explícito no *Verdadeiro Método de Estudar*. A obra de Verney é, então, a primeira condição concreta para uma possibilidade real de mudança.

De certa maneira, podem ser considerados, portanto, como golpes principais à resistência aos novos modos de pensar: lançamento e impacto do *Verdadeiro Método de Estudar* e expulsão dos jesuítas do reino português. A partir de então, o caminho torna-se favorável para uma mudança fundamental na mentalidade social lusitana, cuja trajetória inicial pode ser marcada com as modificações empreendidas no plano educacional, base para a formação dos intelectuais e das visões de mundo. Têm início aqui o que chamamos comumente de reforma pedagógica pombalina – ou reformas no plural, tendo em vista sua multiplicidade – que produz impacto em todos os níveis do sistema educacional da época, a saber: os estudos menores, o ensino universitário e as escolas especializadas.

O Alvará de 28 de junho de 1758 constitui o pontapé inicial para as reformas dos estudos menores. O documento trata dos estudos de latim, grego retórica e hebraico, ao passo que abole as escolas jesuíticas e estabelece, nas palavras do próprio Alvará, uma “geral reforma”. O texto não deixa de apontar para a ruína que os jesuítas teriam causado nos estudos menores, e aponta para uma renovação dos métodos antigos, baseando-se nas “nações polidas da Europa”. Havia, nesse âmbito, uma preocupação em duas frentes consonantes, que consistiam em suprir a necessidade do sistema educacional no que diz respeito à

quantidade, tanto de escolas quanto de professores, e elevar o nível do próprio ensino através da secularização. A reforma tinha vários desdobramentos. Seus executores – se assim nos for permitido denominá-los – buscavam uma estrutura inspirada na obra de Verney, mas já apresentavam divergências. Ao mesmo tempo, havia que se empreender a tarefa de apreensão do material que circulava até então e agora passaria a ser proibido. Os livros eram considerados antiquados ou estritamente ligados ao método de ensino dos jesuítas. As mais variadas tarefas eram necessárias para levar a reforma a cabo, como surpreender clérigos que insistiam em ensinar a gramática latina em suas paróquias sem licença. Diante de tantos imperativos para que a reforma ocorresse, os esforços acabavam por se dispersar, sem que se atingisse a totalidade, ou mesmo uma grande parte, dos objetivos iniciais. É certo que havia significativas modificações, mas restritas se comparadas a um plano maior ligado à ideologia ilustrada como um todo.⁸⁴

Considerando essa tentativa de reforma em 1758, ou pelo menos uma reforma que enfrentou severas dificuldades, há um relançamento da mesma em 1772. Em 6 de novembro desse ano é sancionada a Lei que promove uma nova fundação das escolas menores, tentando resolver dois dos maiores estorvos à implantação da reforma inicial: a falta de uma direção mais atuante e a carência de recursos financeiros. Os resultados obtidos com essas reformas são de difícil apreciação, mas parece ser ponto comum o caráter secular e ilustrado que norteia as ações dos reformadores.

Tal qual a reforma dos estudos menores, a da Universidade de Coimbra também apresentou duas etapas distintas. Uma primeira fase seria resumida à adaptação da Universidade no que diz respeito às condições de ingresso. Estas deveriam seguir o que já vinha ocorrendo com os estudos menores. Como primeiras providências, podemos mencionar o encerramento dos cursos de “Estudos de Filosofias dos Jesuítas” e a abertura das “Aulas Régias”, ao que sobrevém a criação das “Aulas de Retórica”, tornando-se essa arte uma exigência para os exames de ingresso nos estudos maiores a partir de 1761.⁸⁵ A segunda fase da reforma em questão está diretamente relacionada à criação da Junta de Providência Literária, que se deu em 23 de dezembro de 1770, com o intuito de

⁸⁴ FALCON, op. cit., p433-434

⁸⁵ Tal exigência foi alvo de reiteraões e prorrogações até o ano de 1766, quando passou efetivamente à prática.

reformular os estatutos da Universidade. A Junta começa a trabalhar intensamente na redação dos novos estatutos, sob a supervisão direta do Marquês de Pombal. A orientação da reforma dos estatutos foi ilustrada, fortemente inspirada nas proposições de Verney e Ribeiro Sanches, por isso sendo considerada o ponto culminante da Ilustração pombalina. Interessante notar que há diversas mediações situadas entre a nova estrutura da Universidade e os discursos pelos quais é inspirada. Não podemos, assim, afirmar que Verney ou Sanches assumem ou assinam o projeto dos estatutos de Coimbra. Em 25 de setembro de 1771 os estatutos da Universidade foram suspensos, já que no ano seguinte deveriam ser iniciadas as atividades já sob os novos estatutos. Em 1772, surge o “Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que regiam, pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados”. Dentre as mais diversificadas proposições dos novos estatutos, chama atenção o direcionamento ilustrado de pontos como o novo método sintético, analítico, demonstrativo e compendiário; a não perpetuidade de qualquer autor que venha a ser adotado; o regalismo; a criação das Faculdades de Matemática e Filosofia. Uma série de estabelecimentos anexos também é criada, como Laboratório, Museu, Observatório etc. Os currículos são revisados, assim como os programas e os compêndios. As Faculdades de Teologia, Direito e Medicina têm seus cursos reduzidos. As exigências quanto ao ingresso se tornam mais rigorosas, tais quais as exigências quanto à frequência e aos exames.⁸⁶

As escolas especializadas eram fundamentalmente o Real Colégio dos Nobres e a Aula do Comércio. Mais uma vez, encontram-se nas modificações pretendidas para estas instituições os traços ilustrados de Verney e Sanches. A Aula do Comércio era uma escola organizada em 1759 e destinada a oferecer uma preparação adequada em práticas contábeis e mercantis. Imbuída de um caráter essencialmente prático, correspondia aos anseios da pequena burguesia mercantil e fazia uma nítida distinção entre as ocupações adequadas à nobreza e as atividades plebeias. Em 7 de março de 1761 o Colégio dos Nobres era restabelecido em Lisboa, através de seus novos estatutos. De orientação moderna, acaba por enfrentar diversos problemas quanto a abusos e falta de disciplina

⁸⁶ FALCON, op. cit., p. 436-438

durante a década que se segue, fazendo com que surgisse uma tendência a transferir a continuação dos estudos e a concentração da preparação militar para o Real Colégio de Mafra – criado em 1772 – e Coimbra.⁸⁷

O ambiente que informa a literatura e as artes no período pombalino nos corrobora a afirmativa de que tal governação foi caracterizada por um forte esvaziamento do poder eclesiástico em suas dimensões anteriores, ou que este poder tenha sido submetido ao controle da autoridade real. As diversas formas de produção intelectual e de expressão artística e literária articulam-se à prática ilustrada sem escapar à ingerência de uma nova ideologia. O tribunal da Inquisição permite que pensemos a questão de uma maneira interessante. D. Luis da Cunha compreendia a Inquisição como parte importantíssima para monarquia portuguesa, ao passo que esta não se poderia dar ao luxo de extingui-la. Aqui, o caráter ilustrado do governo pombalino deixa transparecer todo o seu ecletismo, e torna inclusive o santo tribunal uma instituição com caráter estatal e secular. Em 1º de setembro de 1774 é publicado um novo regimento para a Inquisição, que faz do tribunal um instrumento secular de defesa da ordem e da ideologia dominante contra as ideias novas e consideradas hereges, que seriam suscetíveis de por em perigo o poder monárquico.⁸⁸

A Real Mesa Censória é outra instituição interessante. Foi criada em 5 de abril de 1768, e tem uma atuação altamente crucial no ambiente intelectual lusitano. Suas atividades dizem respeito a diversos ramos como a instrução pública, a condenação do sigilismo, a fiscalização sobre o Colégio dos Nobres, a avaliação das Bulas Apostólicas e o exame de livros portugueses ou estrangeiros que se pretendiam publicar ou circular no país. Disto surge também o papel fiscalizador que possuía sobre os livreiros. Já em 1769 a Real Mesa Censória possuía um aparelho de controle sobre grande quantidade de livreiros, editores e bibliotecas, providenciando fiscalizações periódicas a partir de então. Entretanto, o aspecto a ser mais destacado nessa instituição foi a censura literária, que condenou obras de “escritores malignos”, proscreeu a “irreligião e a falsa filosofia”, e queimou grande quantidade de livros. Quanto às duas instituições em questão, a Real Mesa Censória e a Inquisição, o importante é ter em mente que ambas não representam um projeto retrógrado absoluto, mesmo que não encarnem

⁸⁷ Ibid., p. 440

⁸⁸ Ibid., p. 442

o espírito ilustrado em sua dimensão mais radical. Desempenharam um papel fiscalizador e repressor, mas sem revestir-se de um caráter mantenedor das características mais antigas do reino lusitano.

2

A Historiografia Portuguesa entre o Setecentos e o Oitocentos

A atuação do Marquês de Pombal não foi decisiva somente pelo caráter de afirmação em torno das prerrogativas do poder régio, mas também no que diz respeito à transformação das formas de representação do passado. A governação pombalina impõe um novo referencial teórico e político tanto às narrativas históricas quanto às práticas de leitura e interpretação dos documentos históricos. Isto é crucial para compreendermos a importância que ganham os saberes que serão considerados auxiliares da história, como a diplomática, a paleografia e a numismática. O referencial teórico que passa a informar as práticas ilustradas em torno do saber histórico a partir do governo pombalino define que a interpretação jurídico-legal deveria ser realizada somente sob consulta de fontes da história lusitana que fossem comprovadamente autênticas. Isto acaba por fundamentar uma política de compilação e acareação documental levada a cabo pela Universidade de Coimbra, a qual seria retomada pela Academia Real de Ciências de Lisboa.⁸⁹ Ou seja, o novo referencial para as narrativas históricas surge a partir da própria transformação das formas de representar o passado durante o reinado de D. José I, tendo o reformismo ilustrado como base. Para que se escrevesse a história de Portugal, apenas fontes consideradas legítimas deveriam servir de ferramenta.

Este movimento se dá em meio a uma transformação significativa de cunho social. O modelo pelo qual a ascensão social era alcançada entra em colapso durante o período pombalino devido à política voltada para a educação, que transforma as regras desta ascensão social, modificando a sociabilidade vigente entre elite letrada e cortesã. A criação do Real Colégio dos Nobres é paradigmática para esta situação. Com o intuito de preparar a nobreza para servir ao monarca, a instituição acaba por desenvolver e fomentar – de acordo com suas medidas pedagógicas – o crescimento de um homem de Estado com caráter inédito em Portugal. Se há um projeto pombalino para esta questão, este

⁸⁹ SILVA, Taise Tatiana Quadros da. **Maquinações da Razão Discreta**: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, p.22

certamente passa por uma submissão, mesmo que parcial, da nobreza aos desígnios da Coroa. Isto gera um conflito entre um antigo sistema de sociabilidade e ascensão e um novo sistema apresentado por essas práticas ilustradas. Esta nova forma de ascensão social não se dá apenas no período pombalino, mas sim tem início durante o mesmo. Observa-se que D. Maria I não anula a cultura do corpo administrativo desenvolvida à época de seu antecessor, mesmo que venha a buscar na nobreza apoio para sustentação e fortalecimento de seu governo. A reforma dos estudos maiores também tem prosseguimento no reinado de D. Maria I.⁹⁰ A Viradeira, nome pelo qual ficou conhecido o movimento de retorno proposto durante o governo mariano, é, de fato, caracterizada por um retorno dos Grandes, uma vez que a Casa Real encontrava-se um tanto quanto pulverizada. Por outro lado, não há medida da Viradeira que rompa diretamente com o viés estatizante que caracterizou o período pombalino. Pode-se afirmar, inclusive, que há uma continuidade com relação às medidas do Marquês.

Um traço fundamental dessa continuidade se reflete no âmbito jurídico, onde o direito ilustrado passa a buscar – durante o período de Pombal – e continua buscando – durante o período de D. Maria I – a afirmação da relação entre a soberania do monarca e as leis fundamentais do reino português através da investigação de caráter jurídico e histórico. O jusracionalismo, utilizado na Universidade de Coimbra e generalizado posteriormente entre os letrados, gerou uma discussão sobre os próprios fundamentos do poder real. As explicações históricas passavam a ser valorizadas no que diz respeito à defesa da legitimidade dinástica dos reis, e a reflexão histórica tornava-se um preâmbulo inevitável ao lidar com qualquer assunto relacionado com as leis portuguesas.⁹¹

É no bojo dessas mudanças que a investigação documental torna-se de crucial importância para os letrados portugueses na segunda metade do Setecentos. Como modelo do movimento ao qual se faz referência, a obra escrita pelo próprio Pombal e pelo grupo letrado mais próximo do Marquês, a *Dedução Cronológico e Analítica* (1767), faz uso da crítica histórica no intuito de romper com o discurso jesuítico sobre as Cortes de Lamego.⁹² A Dedução fundamenta e

⁹⁰ Ibid., p.25

⁹¹ Ibid., p.28

⁹² As Cortes de Lamego representam o mito fundador português que baseia-se em uma reunião, que teria ocorrido entre o ano de 1139 e o ano de 1143, congregando toda a nobreza e o clero do Condado Portucalense, assim como os procuradores dos concelhos. A reunião teria sido convocada

foca na sucessão hereditária, deixando de lado a tomada do poder de caráter popular. Taise Quadros empreende uma discussão a respeito das provas que a dedução apresenta como “verdades existentes e físicas”, procurando comprovar a veracidade dos argumentos afirmados, substituindo uma retórica por outra. A elaboração da verdade, segundo a obra pombalina, somente seria obtida pela consulta de provas autênticas, que deveriam ser analisadas pelo presente como vestígios da humanidade e dos fatos históricos. A prudência, a imparcialidade e os valores cristãos devem estar lado a lado nessa operação. Esta era a única maneira e a única combinação possível de fatores que poderia dar credibilidade a uma verdade histórica constatada através da consulta a obras e documentos presentes nos arquivos do reino. Os jesuítas teriam, segundo a Dedução, faltado com a verdade no que diz respeito à origem e ao sentido das leis fundamentais de Portugal. A interpretação histórica pombalina rompia com a cultura política anterior, ligada à Restauração ou ao reinado de D. João V, onde as Cortes de Lamego e o milagre de Ourique⁹³ eram verdades incontestáveis. O rei e o próprio reino eram apresentados de maneira distinta nas novas narrativas sobre o passado. Há uma modificação da simbologia, acompanhada de uma reestruturação do discurso de justificação política. Com isso, a história de Portugal assume não somente um novo tipo de reflexão ou uma nova forma de investigação, mas também um novo estilo narrativo. A história épica sob estilo panegírico dava lugar, ou ao menos perdia terreno, para a crítica histórica.⁹⁴

As consequências de tais modificações são sentidas nos rituais, como a própria aclamação de D. Maria I (1777). A passagem já apresentava uma preocupação maior com a história na definição das prescrições legais, diferente do que havia acontecido na aclamação de D. José (1750), a qual fazia uso de preceito jurídico que ligava o poder real à moral, vigente desde o século XVI. A

por D. Afonso Henriques, que teria sido eleito pelos presentes para representá-los como rei, estabelecendo desde então as regras para a sucessão dinástica portuguesa. O evento teria acontecido na igreja de Santa Maria de Almacave, em Lamego, e teria, portanto, dado início à Dinastia de Borgonha.

⁹³ O Milagre de Ourique é conhecido por ter se tornado referência no imaginário português para explicar o surgimento do reino, constituindo-se como outro mito fundador. Durante batalha de tropas portugalenses comandadas por D. Afonso Henriques contra os mouros, em Ourique, em 1139 no Baixo Alentejo, uma visão de Jesus Cristo rodeado de anjos teria prenunciado a vitória católica. A batalha teria acontecido coincidentemente no dia de São Tiago e na data de aniversário de D. Afonso Henriques. Com a derrota muçulmana, o evento serve como justificativa para a independência e formação do reino português sob o comando do próprio D. Afonso Henriques.

⁹⁴ SILVA, op. cit., p. 28-35

legitimidade da ascensão de D. Maria ao trono se daria por conta da legalidade da sucessão dinástica historicamente observada na aclamação do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques. A aclamação mariana acaba por reafirmar o pacto entre a nobreza e a dinastia bragantina, recuperando um fato primordial do passado histórico, afirmando a unidade formadora do Estado através da memória.

Há uma radical mudança na arquitetura jurídica portuguesa neste momento pombalino, quando a palavra “constituição” passa ao primeiro plano em detrimento da “lei”. Ao monarca passa a ser conferido um poder único de interpretação e reinterpretação das leis do reino. A partir da reforma de 1772 na Universidade de Coimbra e de seus novos estatutos, percebe-se um esforço que se inicia no sentido de reunir um corpo documental para consulta de todas as leis portuguesas, o que seria o código civil do reino. Encontramos criadas, também neste momento, as cátedras que se definem como importantes para a formação de quem venha a trabalhar no âmbito em questão. Dessa maneira, além das reflexões teóricas que são elaboradas sobre o tema, buscou-se a realização do maior levantamento de documentos do reino, iniciado pela Universidade de Coimbra e continuado pela Academia Real de Ciências de Lisboa. A Academia tinha entre seus sócios jurisconsultos de renome e bacharéis formados segundo os princípios do Direito Natural (ou jusracionalismo), base das reformas e da formação coimbrã a partir de 1772. Este grupo de letrados formou um projeto de transição jurídico-político entre o Antigo Regime lusitano e o que viria a ser a cultura constitucional liberal. Segundo Antonio Manuel Hespanha, esta cultura política de transição possuía todas as ferramentas que levariam ao desenvolvimento do constitucionalismo moderno.⁹⁵ Essa transição política guiada pelas transformações dos estudos jurídicos levaram a diversas modificações nas práticas letradas do reino, ao passo que as formas de escrita da história e os próprios meios de investigação documental são alterados. O impacto da reforma pedagógica pombalina manter-se-ia, portanto, no período de D. Maria I, quando as primeiras gerações de estudantes formados em Coimbra após a reforma passam a atuar no meio letrado e social, fazendo parte de instituições como a própria Academia Real das Ciências de Lisboa, da qual a rainha era patrona.⁹⁶

⁹⁵ HESPANHA, António Manuel. **Guiando a mão invisível**. Direitos, Estado e Lei no liberalismo monárquico português. Coimbra: Almedina, 2004, p.46

⁹⁶ SILVA, op. cit., p.40

Segundo Taise Quadros, a Lei de 18 de agosto de 1769 ⁹⁷ sobre as “interpretações abusivas” representava um meio de garantir o controle estatal sobre a produção da verdade no que diz respeito ao discurso jurídico, político e histórico. A referida lei ainda impossibilitava a interpretação dos casos relativos ao reino de Portugal que fizessem uso do Direito Romano. As particularidades históricas portuguesas, definitivamente, ganhavam importância no âmbito da formulação das leis. Interessante é perceber que essa transformação da racionalidade jurídica só foi possível a partir da reforma da Universidade e de seus novos estatutos. Com isto, foram estabelecidas condições pedagógicas e ideológicas para que essa nova razão jurídica fosse utilizada, assim como foi proibida a consulta ao Direito Romano e dos livros que o informavam para a interpretação das leis. ⁹⁸ A verdade da lei passava então a ser representada pelo aconselhamento da razão através da consulta do Direito Pátrio. ⁹⁹

O caráter auxiliar que a erudição histórica assumia para os estudos jurídicos viria a operar uma transformação na própria concepção sobre a história e sobre o seu conhecimento. Os instrumentos cognitivos que informavam as operações historiográficas e a narrativa do passado – ligadas, principalmente, ao Direito e ao estudo do mesmo – passariam, então, por uma revisão sistemática:

Ao mesmo tempo, a ideia defendida pelo jusracionalismo de que o Direito Pátrio provinha da razão, impôs à história(s) uma ordenação narrativa coerente, em que fosse explicitado o programa teleológico do reino. Essa diretriz metodológica promoveu o discurso político do absolutismo, perante o qual as vontades do soberano e da sociedade deviam ser unificadas, tornando-se a expressão do sentido da história. Em consequência, a vontade do soberano era identificada como a melhor alternativa para o bem comum do reino ao representar, de modo geral, a vontade do povo. ¹⁰⁰

A consciência histórica fomentada pelo reformismo pombalino desenvolveu não apenas o projeto de compilação e agrupamento de documentos para uma escrita, mas também uma hermenêutica específica, onde as interpretações possíveis eram rigidamente definidas e controladas diante das fontes utilizadas. O corpo de letrados que representava a cultura política do

⁹⁷ Lei da Boa Razão.

⁹⁸ Bártolo de Sassoferrato (1313-1357) e a Glosa de Acúrsio (séc. XIII) eram as principais obras.

⁹⁹ SILVA, op. cit. p.43

¹⁰⁰ Ibid., p.45

Estado pombalino garantia o respeito às leis fundamentais, e a imparcialidade diante da história do reino tornava-se garantia da legalidade do regime absoluto. As leis que deveriam ser seguidas eram exatamente aquelas que respeitavam estritamente ao que fizesse sentido para a experiência histórica lusitana. A história, portanto, sendo utilizada na busca por um “sentido verdadeiro” da ordem jurídica do Estado, representava o meio mais adequado para organizar o sistema jurídico racional. No período pombalino, há uma mudança de aparência sutil na teoria absolutista do poder, que visa uma continuidade racional do próprio Estado absoluto. O Estado passava a ser organizado sob novos princípios, e a história constituía um aspecto fundamental na construção da própria consciência histórica. Em conjunto com a razão, o espírito das leis e o gênio português, a história fez com que a consciência sobre a passagem do tempo se tornasse relativamente mais curta, ganhando objetividade cronológica.¹⁰¹

Importa ressaltar que o desenvolvimento do Direito Pátrio gera mudanças significativas no discurso histórico, fazendo com que este não pudesse mais prescindir de uma investigação empírica da documentação do reino. Os estudos jurídicos, desta forma, promoviam a história de Portugal, e manuseavam a teleologia com o intuito de orientação sobre o futuro. A partir desta relação intrincada entre os estudos históricos e jurídicos, as disciplinas consideradas auxiliares da interpretação documental ganham uma importância sem precedentes para o Estado português.

O emprego de técnicas de leitura de documentos antigos certamente não era uma novidade, mas é a partir de Pombal que sua instrução é concebida como um ofício laico para instrumentalizar cartolários e guarda-mores. Pode-se remeter à fundação da Academia Real da História Portuguesa (1720) um projeto historiográfico com intuito de representar o monarca e seu reino por parte do Estado português. Há nuances de uma epistemologia moderna na referida Academia, mesmo que extremamente restringida pelas relações aristocráticas que regiam a produção da instituição. O que não se pode afirmar é que a Academia Real da História Portuguesa realizou uma experiência autônoma de produção diante do regime absolutista. Mesmo a Academia Real das Ciências, cuja produção significativa inicia-se no final do século, não vive uma experiência de

¹⁰¹ Ibid., p.46

tal monta. “A historiografia como uma prática livre de regras à interpretação impostas pelo Estado não teve, no contexto português, uma conexão imediata com a assimilação da crítica histórica”.¹⁰² Mesmo as técnicas paleográficas e diplomáticas foram utilizadas com o fim de auxiliar na manutenção da política imagética do rei e da sociedade de corte.

Uma vez que o Estado assumiu os estudos formadores da diplomática, estes se tornaram instrumento da legitimação legal, sendo utilizados nos discursos a respeito da natureza e da origem das leis, tema central para as reflexões das reformas de Pombal. As práticas eruditas relacionavam, portanto, a leitura teleológica da história lusa com a investigação documental. A cátedra de Diplomática da Universidade de Coimbra é criada ainda na década de 1770, tendo seu funcionamento real iniciado após a posse de João Pedro Ribeiro, em 1796. Em meio a este movimento, remove-se qualquer traço filosófico que a diplomática carregue, definindo-a como uma atividade prática, não teórica, ligando-a à perspectiva reguladora do reformismo ilustrado. Desta forma, a institucionalização da formação diplomática e numismática ia ao encontro do sentido utilitário através do qual o Estado relacionava-se com a ilustração, limitando a leitura e a interpretação das fontes históricas a diagnósticos técnicos, que deveriam conferir sentido à teleologia proposta para o reino.

Em suma, no Portugal da segunda metade do setecentos, o uso da erudição modificou seus fins com a apropriação da erudição pelo Estado que, ao secularizá-la, tornou-a um instrumento de manipulação da cultura política do reino. O seu emprego, aliado à especialização do corpo de oficiais, juristas e mestres que compunham as chancelarias, tribunais e auditórios universitários, esteve relacionado com as estratégias de centralização do poder definidas pelo Estado.¹⁰³

Pode-se observar o surgimento desta nova hermenêutica na obra de Pascoal de Mello Freire, *Historiae Júris Civilis Lusitani*, de 1778. No texto, erudição e interpretação estão de acordo com a defesa da teoria do poder absoluto. Representa a primeira história da legislação portuguesa escrita segundo as diretrizes dos novos estatutos de 1772, e não por acaso é iniciada com uma narrativa sobre a história de Portugal. Como já afirmado, antes de um estudo dos instrumentos jurídicos do reino, o texto deveria apresentar um preâmbulo

¹⁰² Ibid., p.54

¹⁰³ Ibid., p.59

histórico em sentido contextual. A obra de Mello Freire acaba por se tornar um modelo para as futuras histórias da legislação portuguesa, e também para os trabalhos de cunho historiográfico escritos em convergência com o regime monárquico.¹⁰⁴ A preocupação do autor é com as leis genuinamente portuguesas, o que envolve uma série de estudos relacionados à história de Portugal e às outras formas de direito com as quais a legislação portuguesa tinha contato. A especificidade lusitana é primordial para o trabalho, o que vem a ser um ponto em comum com os estudos diplomáticos e paleográficos, assim como os outros que se preocupam com a autenticação de documentos para a escrita da história do reino e da legislação do mesmo.

É crucial perceber como a própria noção de autoridade do documento é largamente alterada durante o período pombalino. A investigação das fontes ganha espaço, e acaba por sobrepor-se à exegese característica da hermenêutica escolástica. Tais fontes deveriam ser apresentadas de maneira cronológica, sendo validadas conforme a comprovação de sua autenticidade. Com isso, os estudos históricos passam a apresentar novas funções. O pragmatismo característico das reformas pombalinas conferiu ao conhecimento do passado um papel distinto do que possuía. Este agora deveria tornar inteligível o futuro do reino, que estaria retido e conservado nos monumentos da história pátria. A própria operação historiográfica se transforma concomitantemente à mudança observada com o conceito de história.¹⁰⁵

Desde o período da União Ibérica, aumentava em Portugal o papel das evidências escritas. Isto se dava pelo fato do reino luso precisar, de certa forma, formar uma identidade legítima frente à coroa espanhola. A operação historiográfica seiscentista possuía, portanto, uma importante função de defesa para a coroa portuguesa, com a chamada criação ou invenção de autoridades lusas. Devido à enorme importância da memória de caráter oral desta época, a definição que nos aparece através do vocabulário de Rafael Bluteau considera a escrita como uma “memória artificial, complementar à natural e com a finalidade de auxiliar os homens a guardarem as suas lembranças”.¹⁰⁶ Já a história era compreendida como uma série de gêneros narrativos “dentre os quais se

¹⁰⁴ Ibid., p.60

¹⁰⁵ Ibid., p.66

¹⁰⁶ A ideia de Bluteau foi posteriormente criticada por Verney.

destacaram as cosmografias, as relações, as corografias, os panegíricos, as vidas, entre outros”.¹⁰⁷ A narrativa histórica, ainda segundo Taise Quadros, não dispensava a criação narrativa de quadros envolventes que fossem adequados à utilidade e ao prazer.

Analisando a obra de Severim de Faria, Luiz Cristiano de Andrade afirma que há a manutenção de uma “concepção sacramental da história, em sua moralização católica, que defendia o sentido providencial das ações humanas”. A característica que se pretendia principal da narrativa historiográfica, portanto, era a presença de um juízo para incorporar no texto a censura e o louvor, constituintes da razão de Estado. Segundo Andrade, estes elementos permanecem na historiografia portuguesa até o oitocentos, onde a verdade ainda serve como chave para uma afirmação sacramental dos fatos.¹⁰⁸ Há, desta maneira, uma continuidade desta noção de evidência por parte dos historiadores portugueses, mesmo em meio às modificações no âmbito historiográfico já aqui ressaltadas. Os valores aristocráticos são mantidos no século XVIII e modificados por novas concepções científicas.

Mais uma vez, Luis Antonio Verney e sua obra aparecem de maneira crucial para o presente estudo. O *Verdadeiro Método de Estudar* apresenta uma concepção fundamental acerca das utilidades do estudo da história e sobre as condições e os próprios métodos para se realizar a operação historiográfica. Taise Quadros afirma, inclusive, que o argumento principal de Verney no que remete ao tema é o da validade da história para os saberes, uma vez que tenta erguê-la em importância diante de um quadro em que a mesma estaria sendo fortemente negligenciada pela cultura letrada portuguesa.¹⁰⁹

Lembro que o objetivo de Verney era apresentar uma pedagogia alternativa à vigente em Portugal, a qual considerava ultrapassada. Sua obra foi escrita na Itália, possuindo fortes ligações com a Ilustração daquele país, e diante de uma rede de contatos que tornava possível o pensamento singular de Verney sobre seu país natal. Percebe-se, no *Verdadeiro Método de Estudar*, que a ênfase do autor é na cronologia, distinta da história, o que traz como consequência a transformação na consciência da temporalidade. A matematização do tempo

¹⁰⁷ SILVA, op. cit., p.68

¹⁰⁸ ANDRADE, Luiz Cristiano de. **Os preceitos da memória**. Manuel Severim de Faria, inventor de autoridades lusas. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 34, p. 107-137

¹⁰⁹ SILVA, op. cit., p.74

proposta por Verney permite dimensionar distâncias temporais, e a cronologia e a história passam a ser uma espécie de lastro a partir do qual os estudantes poderiam estabelecer o conhecimento das humanidades. A diferença entre os tempos é destacada a partir da relação com os clássicos gregos e latinos, e a história permitiria a boa interpretação dos escritos antigos. Interessante que Verney afirma ser o passado antigo somente dos antigos, com costumes e valores próprios dos gregos e romanos. Assim, não seria possível interpretar seus textos sem que se compreendessem as diferenças fundamentais entre as sociedades antigas e as sociedades da época moderna. A distância temporal é identificada como distância cultural, impossibilitando uma leitura de caráter universal dos escritos antigos. A única maneira de se obter acesso ao mundo dos antigos era através da história.¹¹⁰

Verney conta, portanto, tanto com o conhecimento produzido pelos antigos quanto pelos modernos. A querela entre antigos e modernos é transformada em sua obra, e não se trata de defender a superioridade de um grupo ou de outro. O que importa para o autor é compreender o que pode tornar possível o exercício da cristandade em um mundo transformado historicamente, diferente do antigo. A relação entre a cultura antiga e a moderna não aparece de maneira hierarquizada na obra de Verney. A crítica do autor é restrita aos jesuítas, uma vez que estes detinham o controle institucional sobre o sistema educacional. A estagnação intelectual na qual os estudos se encontravam, segundo Verney, advinha do descaso dos jesuítas pelos estudos humanísticos e pelo conservadorismo manifesto das ações da companhia. A junção destes fatores acabava por contaminar o conhecimento da própria história.

A história, saber fundado na erudição, deveria servir de sustentáculo à cultura, cujo estudo necessitava ser enquadrado em sua historicidade, assim como o estudo da jurisprudência e da teologia. Importante é enfatizar a imagem do jurista como portador de uma grande erudição e conhecimento histórico, o que o permitiria analisar e desvendar a razão. Para o alcance de tal fim, as fontes do direito necessitavam de um estudo crítico para terem sua racionalidade alcançada. Verney prioriza, portanto, um método para que se chegue ao objetivo, que segundo o mesmo faltaria aos juristas portugueses. Mais uma vez, a história aparece como prolegômeno indispensável aos estudos em questão. O método

¹¹⁰ VERNEY, op. cit., p.74-93

consistiria na assimilação de um conhecimento do direito comparado por parte do estudante que o permitisse a ter uma síntese da história em sua memória. O latim e a história eram as ferramentas que possibilitavam o jurisconsulto a trabalhar de forma que não dependesse da consulta de glosas ou traduções todo o tempo. Ele seria conhecedor dos monumentos antigos constituintes da matéria com a qual lidariam. Ainda segundo Verney, o estudo da história eclesiástica e civil era indispensável ao direito canônico.¹¹¹

Taise Quadros afirma que a história aparece ainda nos textos de Verney como um entre dois, não se apresenta como a *Historia Magistra Vitae* nem é representada em sua concepção moderna. Mesmo que Verney não apresente nenhuma reflexão sobre a autonomização dos estudos históricos, destaca diversas vezes a necessidade premente do estudo da história no reino lusitano. Tais estudos deveriam servir para facilitar a compreensão do sentido do tempo e a assimilação de sua passagem, tendo de construir uma cronologia do reino e das monarquias apresentando um quadro regressivo de fatos políticos importantes, traduzindo o tempo em espaço. Esta operação se fazia necessária para tornar possível a compreensão da distância entre os tempos romanos e os de sua época. “O conhecimento dos cânones civis e eclesiásticos, a partir dos quais a sociedade mantinha princípios e instituições, era reorganizado mediante a apreensão sobre a heterogeneidade das sociedades que lhes conceberam”.¹¹² A história, assim, mesmo não sendo mais aquela do poço de exemplos através dos quais o futuro poderia ser conhecido ou prognosticado, ainda não tornara-se em Portugal a história ilustrada. A perspectiva sobre a importância do tempo na obra de Verney parece levar à aceleração do mesmo, embora o intuito pareça ser o de conter o processo.

A política pombalina de contestação e mudanças na simbologia régia seiscentista havia afetado a discussão sobre o sentido e o uso político do passado, por meio de sua operação de controle das interpretações de fontes documentais jurídicas e históricas. O juraracionalismo difundido durante o reinado de D. Maria I renovou este debate político, fazendo com que a escrita da história se tornasse um elemento fundamental de sustentação do regime monárquico. Isto acabou levando ao surgimento de práticas discursivas específicas que seriam utilizadas pela elite

¹¹¹ Ibid., p.216-219

¹¹² SILVA, op.cit., p.88

letrada para a manutenção do equilíbrio de poder. Paradoxalmente, as novas ideias circulantes fazem com que se abra um campo de possíveis do qual fazem parte conceitos como “povo”, “soberania” e “nação”, que desencadeariam o movimento e o debate liberal, enfraquecendo o próprio regime.¹¹³

Enquanto mantinham noções e práticas surgidas durante o governo pombalino, os letrados do reinado de D. Maria I expressavam uma relação com o tempo onde tradição e evolução eram indissociáveis e até mesmo complementares. A reflexão que se produzia sobre o passado buscava formular uma noção de história conveniente à época e aos novos desafios do governo mariano. As mudanças conceituais seguem de perto as transformações das práticas de acareação da autenticidade dos documentos que eram utilizados para comprovar ou fazer valer as prerrogativas do monarca. O controle das fontes históricas foi, portanto, ferramenta importante para a reformulação do pacto entre nobreza e monarquia. A consulta do passado era reconhecida pelo monarca, e se tornava indispensável mesmo diante da vontade expressa por ele. A supremacia da leitura ilustrada da história do reino superpõe-se, inclusive, à prerrogativa do poder divino dos reis.¹¹⁴

Na prática institucional, isto se traduz com a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa. A instituição passa a representar a conciliação entre o projeto reformista veiculado no governo pombalino e a proposta de burocratização estatal que ganha agilidade a partir da ascensão de D. Maria I. Na Academia Real de Ciências acaba por se impor o domínio estatal de uma outra maneira, o poder régio começa a estender seu campo de ação para estas instituições que trabalham a seu serviço. A Academia criava para si própria um lugar de destaque no novo arranjo de distribuição do poder que orientava a sociedade portuguesa no final do setecentos. Sem defender particularmente nenhum discurso político, agia politicamente através da representatividade junto à corte aos principais organismos do Estado. Vale ressaltar que a instituição ficou posteriormente conhecida por seu caráter anti-absolutista apresentado de maneira explícita, mas na época de sua fundação não é possível fazer qualquer referência a esta característica. A Academia Real das Ciências de Lisboa não possui, até a Revolução do Porto pelo menos, uma posição política definida, e caminha entre a

¹¹³ Ibid., p.90

¹¹⁴ Ibid., p.91

mudança e a permanência. O que legitima a instituição em um primeiro momento, portanto, é sua capacidade de fornecer diagnósticos a respeito dos problemas econômicos e sociais do reino, indicando as medidas que devem ser tomadas para sua resolução.¹¹⁵

A Academia Real das Ciências de Lisboa havia surgido por iniciativa de um grupo de letrados próximo à rainha, mas não por intervenção direta da mesma, o que destaca a força do ideal ilustrado de sociabilidade da instituição e a difere de sua antecessora Academia Real da História Portuguesa. Esta havia sido idealizada e fundada por D. João V. Este fato acarretaria uma necessidade interessante pela qual a Academia Real de Ciências teria de passar, que consistia em uma reiteração pública de sua fidelidade ao monarca, tendo em vista a conturbada passagem de século entre o setecentos e o oitocentos em Portugal. Vale ressaltar a diversidade de projetos pessoais com os quais a Academia estava envolvida.¹¹⁶

Os acontecimentos da passagem de século tomaram os sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa de assalto, e havia, diante de tanta conturbação, uma necessidade real de se afirmar ao lado da elite letrada fiel ao príncipe regente.¹¹⁷ O período posterior à pressão napoleônica é crucial para a posição política a ser adotada pela Academia. De alguma forma, há uma perda de sentido nos rituais da instituição, o que faz com que muitos projetos particulares percam também um pouco de seu significado. Diante da ocupação francesa, fica o impasse se a Academia Real das Ciências teria cedido a pressões se tornando afrancesada ou se teria constituído um lugar de bravura contra as invasões, se mantendo fiel aos seus ideais. Este último posicionamento é defendido pelos sócios após o período em questão.¹¹⁸

A instituição, devido ao acolhimento de sócios de diversas posições, era alvo fácil para críticas vindas dos absolutistas exaltados. Por fim, a Academia teria conseguido manter sua credibilidade, mesmo em meio a diversas e calorosas acusações. O fundamental deste movimento que ocorre nos primeiros anos do século XIX é que o projeto de mediação da Academia Real das Ciências de

¹¹⁵ Ibid., p.102

¹¹⁶ Ibid., p.104

¹¹⁷ Um destes acontecimentos é a morte do membro fundador e mentor da Academia Real de Ciências de Lisboa, D. João Carlos de Bragança, o Segundo Duque de Lafões. Refiro-me também à turbulenta conjuntura de invasão por parte das tropas napoleônicas, que forçou a transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil, tornando o Rio de Janeiro a capital do reino em 1808.

¹¹⁸ SILVA, op. cit., p.106-112

Lisboa entre a mudança e a continuidade perde o sentido, tornando-se impraticável. Seu projeto de mediar posições entre uma elite diversificada cai por terra em um contexto em que apenas o radicalismo possui significado. O espaço de diálogo que a Academia representara entre uma elite que havia sido exilada no período pombalino e aquela formada pelo próprio ministro não existia mais, portanto.

A afirmação das Leis Fundamentais de Portugal como ponto chave para o caráter lusitano de um projeto passa a ser cada vez mais importante para a elite letrada portuguesa. A Academia Real das Ciências de Lisboa articulava uma posição específica em relação ao tema, promovendo a investigação histórica das leis do reino, no intuito de legitimar a monarquia e a teoria do poder absoluto.

A discussão jurídica e histórica sobre o sentido das Leis Fundamentais do reino, entretanto, conjugava-se perfeitamente à especulação filosófica sobre as bases constitucionais do poder soberano, o que tornou ineficaz a defesa erudita da monarquia, realizada pelos letrados da Classe de Literatura Portuguesa da Academia. A investigação histórica das leis de Portugal apresentava-se, assim, como uma moeda de duas faces, podendo ser manipulada tanto pelos defensores do poder conquistado pelo rei, quanto pelos que advogavam a favor da teoria do poder consignado ao rei pelos três Estados reunidos em cortes.¹¹⁹

A Revolução Francesa e os seus desdobramentos haviam tornado o ideal da monarquia constitucional uma espécie de assombração incontornável para os defensores do poder absoluto e sua teoria. Em 1808, sob o jugo da ocupação francesa, um grupo encarregaria às forças napoleônicas um esboço de Constituição, tentando controlar a dimensão da perda de poder político sobre o reino. Diante de uma iminente submissão completa do reino ao exército de Napoleão, a Constituição tornar-se-ia uma estratégia intermediária de ação, já que o príncipe regente também se ausentara. “O fantasma constitucional e a ideia de uma Constituição que garantisse aos portugueses a soberania expressavam a nova realidade política, divergente daquela almejada pela elite afeita à monarquia absoluta”.¹²⁰

Neste momento, um personagem importante ganha força dentro dos quadros da Academia Real de Ciências de Lisboa: João Pedro Ribeiro. Seu

¹¹⁹ Ibid., p.112-113

¹²⁰ Ibid., p.113

posicionamento político irá, a partir de 1807, liderar a reação da Academia por intermédio de sua obra erudita. A instituição passa a zelar por uma interpretação das leis possível de garantir as prerrogativas da nobreza e do clero, setores diretamente afetados pela reconstituição liberal da história jurídico-política de Portugal. A Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências procurou uma posição de aparência intermediária trabalhando pela busca da verdade histórica e em prol da monarquia lusitana, em meio a uma conjuntura que definia duas interpretações históricas radicais: a contrarrevolucionária e a liberal. No que diz respeito ao discurso, os sócios não afirmavam convicções acima da razão e da ciência, valores caros para serem discutidos. O que percebe-se, na prática, é que zelavam pela manutenção da monarquia absolutista em detrimento da proposta constitucional em suas intervenções, convergindo sempre as práticas científicas e os interesses do Estado monárquico. Não havia dentro da Academia, portanto, projetos científicos desvinculados dos interesses estatais, pois tal separação parecia inconcebível e despropositada.¹²¹

Interessante perceber que, mesmo após o período das invasões francesas haver terminado, as propostas constitucionais permanecem e ganham adeptos. O projeto da Academia, nesse momento, era de conter e controlar qualquer interpretação extra-oficial sobre as leis históricas portuguesas. O trabalho de João Pedro Ribeiro passa a ter um significado crucial neste contexto.

A narrativa da história de Portugal é renovada durante a segunda metade do setecentos devido à incorporação da reflexão jusracionalista. A escrita da história é um tanto quanto secularizada, tendo a importância de fatos da história eclesiástica subtraída, mesmo que mantenha a crença católica como um dos aspectos seminais do que representaria um caráter português. O projeto historiográfico rompe, definitivamente, a ligação entre história canônica e história civil com o advento dos projetos da Academia Real das Ciências de Lisboa. A elaboração de dissertações e memórias literárias sobre a origem do direito civil português ganha destaque na instituição, o que denuncia ainda um aspecto de continuidade com o projeto reformista pombalino. Esta nova concepção de história, que ganhou evidência ao longo do século XVIII e foi fomentada na Academia Real das Ciências de Lisboa, visava à formação de um conjunto de leis

¹²¹ Ibid., p.113

compostas e compiladas pelos reis portugueses. Na prática, isto restringia ou suprimia da investigação histórica os fatos bíblicos e miraculosos, limitando a temporalidade histórica ao tempo das monarquias lusas e aos fatos considerados pertinentes à história da legislação portuguesa. Na mesma instituição, o projeto de investigação histórica de caráter ilustrado não permitia a referência a qualquer fato que não possuísse uma efetiva comprovação documental, o que retirava os milagres das explicações causais, assim como retirava das mesmas os fatos que tivessem suas fontes documentais originadas de maneira duvidosa.¹²²

Os estudos históricos passavam, assim, a fazer parte de uma formação que se considerasse adequada para os súditos da monarquia. A história canônica não deixa de fazer sentido, mesmo que tenha seu caráter de veracidade ou de legitimidade questionado. Contada por meio do vocabulário jurídico utilizado pelo movimento ilustrado, caracterizava a teleologia lusitana, através do conhecimento da tradição religiosa. A legitimidade monárquica é que advinha da autoridade de sua própria história, formada desde sua origem pelas leis naturais e pela escrita. Embora a concepção de história alcançasse neste aspecto uma característica radicalmente diferente daquela que possuía antes do governo de Pombal, a formação do nobre não poderia ser feita por meio de outro sistema que não utilizasse a *historia magistra vitae*, noção que confere ao passado o estatuto de mantenedor de um poço de exemplos para que o comportamento atual seja aconselhado e referendado por ações já decorridas ao longo da história. Esta escolha apoiava-se em um campo de possíveis que tinha como horizonte de expectativas um futuro previsto pela escrita da verdade histórica, cujo passado seria reconstituído através do conhecimento dos documentos históricos do reino. A previsão deveria confirmar a vocação monárquica absolutista do reino português. Os sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa, ao formularem este projeto documental, não possuíam em mente o impacto que a publicidade das fontes reveladas poderia causar na divulgação e propagação de posições radicais contra o próprio regime monárquico. Certamente, também ignoravam que a história poderia não confirmar suas expectativas no que diz respeito ao futuro do regime.¹²³ Mesmo controlando os documentos, os ilustrados não poderiam controlar o passado e o futuro de Portugal.

¹²² Ibid., p.120

¹²³ Ibid., p.125

A Academia Real das Ciências de Lisboa tinha como intenção abrigar o retorno de alguns catedráticos e doutores coimbrãos que haviam sido afastados da atividade docente pelo regime de Pombal, além de se apresentar como o espaço fundamental de diálogo entre uma velha elite que retornava à cena pública e a nova elite burocrática formada após a formulação dos Estatutos de 1772. Embora seus quadros não possuísem uma formação coesa, a Academia Real das Ciências havia nascido com o intuito basilar de ser inspirada na *Encyclopedie* francesa de Diderot e D'Alembert como modelo investigativo.¹²⁴ O projeto epistemológico francês foi retrabalhado na instituição portuguesa, tendo sua ênfase ligada ao progresso do conhecimento humano e à correlação entre as diversas áreas do saber. A busca pela razão universal deveria passar, segundo os acadêmicos, por uma progressão sistemática do saber, aliada à investigação plural de temas variados. Isto era um percurso inevitável a ser traçado pela Academia, onde a Literatura e o Direito específicos do reino passaram a ser considerados parte de uma progressão que consolidaria a monarquia absoluta portuguesa. A produção literária e historiográfica lusitana passava a fazer sentido quando vinculada à cronologia, que deveria ser identificada com sua finalidade originária, fazendo com que os estudos eruditos passassem a ser utilizados para modificar a própria relação com o tempo. A crescente importância que se atribuía, na segunda metade do século XVIII, à cronologia e às ferramentas de verificação e autenticação de datas e documentos permitiu que a distância entre presente e passado fosse mensurada. A erudição criticava, portanto, o anacronismo, o inatual, com isso veiculando uma percepção sobre a singularidade do tempo presente e sobre as modificações ocorridas entre o passado e este, diferenciando ambos os tempos.¹²⁵

Quanto ao projeto historiográfico da Academia Real das Ciências de Lisboa, este seria definido de maneira específica, alinhado com a perspectiva ilustrada das demais classes da instituição.¹²⁶ A ciência ocuparia papel de destaque, assim como a ideia de progresso do reino, traduzida neste âmbito pela tentativa de produzir um plano histórico e cronológico do reino nas letras, algo que já acontecia também com as ciências naturais e matemáticas. Desta maneira, percebe-se que desde sua fundação a Academia Real das Ciências de Lisboa partia

¹²⁴ Jean D'Alembert fez parte, inclusive, do quadro de sócios estrangeiros da Academia.

¹²⁵ SILVA, op. cit., p.128

¹²⁶ As Classes da Academia Real das Ciências de Lisboa eram: Ciências da Observação; Ciências do Cálculo; e Belas Letras.

do pressuposto de que quaisquer práticas culturais deveriam estar sujeitas a um impulso ascendente, levando ao aprimoramento de suas formas e de suas técnicas, garantindo a superioridade do atual se comparado ao que o precedera. O governo pombalino havia produzido um forte empenho em combater os jesuítas em todos os aspectos, considerados como falsidades. Além disso, Verney havia impactado os letrados lusitanos com suas novas considerações pedagógicas, conferindo importância aos estudos históricos para a formação do homem. A geração seguinte, principalmente formada após a reforma de 1772, começou o desenvolvimento de uma nova consciência diante da cultura escrita anterior. A consulta de uma obra antiga, no período pombalino, tinha seu significado cultural completamente anulado, uma vez que sua autoria e sua autenticidade não fossem comprovadas, assim como o período em que fora produzida. O interessante é perceber como isso é perpetuado pela Academia Real das Ciências de Lisboa e ainda tem seu caráter recrudescido, não mais permitindo autores inventados ou obras apócrifas, elevando a literatura como expressão do progresso do reino e modificando seu sentido pedagógico para enaltecer as características de Portugal e formar o homem lusitano.¹²⁷

Estes novos princípios afetam não só a utilidade da narrativa histórica, mas também sua forma. A produção historiográfica da Academia Real das Ciências de Lisboa não será cultivada como um gênero epidítico ou demonstrativo, mas será produzida como auxílio na compreensão sobre as diversas passagens da história da ciência, ao longo de uma cronologia definida.¹²⁸ António Caetano do Amaral já apresentava, em suas *Memórias e Histórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, uma concepção interessante. Há uma discussão de cunho metodológico na introdução de seu trabalho, de caráter denunciativo no que diz respeito aos historiadores que não amparavam sua produção em fontes que pudessem ter comprovadas sua autenticidade e veracidade. O autor acusa diversos autores modernos que teriam escrito obras apócrifas de autores antigos, evidenciando uma espécie de disputa entre modernos e modernos. As fontes para a escrita da história da legislação e dos costumes portugueses deveriam ser confiáveis, não mentirosas

¹²⁷ SILVA, op. cit., p.131

¹²⁸ Idem.

como as que eram utilizadas até então. Há um redimensionamento da leitura de gregos e latinos.¹²⁹

Como uma moeda de duas faces, a partir do momento em que as fontes antigas são consideradas suspeitas, amplia-se a consciência no sentido de resgatar as reais fontes da história portuguesa. A instituição que levaria a cabo o projeto de levantamento, recolhimento, compilação e armazenamento dos documentos da história pátria seria a própria Academia Real das Ciências de Lisboa. A política de salvaguarda patrimonial já havia sido utilizada no século XVIII com D. João V, quando o rei ordenou que todos os documentos antigos que dissessem respeito à história sagrada e profana do reino fossem entregues à Academia Real da História Portuguesa.¹³⁰ Esta política era então expandida pela Academia Real das Ciências de Lisboa, onde o compromisso com o resgate dos documentos da história lusa foi defendido, assim como sua guarda e publicação. Há de se destacar novamente o paradoxo produzido pela própria instituição ao publicar os documentos da história portuguesa, ao mesmo tempo em que não percebe que isto pode funcionar na criação de um corpo autônomo de leitores dos mesmos documentos, afastando-se da maneira como eram lidos pelos sócios, ligados à monarquia. A história começa a deixar de servir como instrumento pedagógico ou entretenimento para instruir sobre o caráter específico português, com o qual todos os súditos deveriam se identificar.

José Correa da Serra foi um importante membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, que trabalhou a favor do reconhecimento da investigação histórica entre as ciências. O autor refletia sobre o direito e a política do reino, tendo como ponto de partida a consulta das fontes históricas. Por meio delas, Correa acreditava que seria possível conhecer as particularidades da formação do Estado lusitano, cuja narrativa do passado deveria apresentar fontes verídicas, mesmo que isto prejudicasse a eloquência e a beleza da narrativa. O passado deveria ser reconstituído por meio dos vestígios que haviam chegado à época em

¹²⁹ AMARAL, Antonio Caetano do. Memórias para a História da Legislação, e Costumes de Portugal, por António Caetano do Amaral. In: *Memórias da Academia Real das Ciências*, desde 1780 até 1788. Lisboa: Tipografia da Academia Lisboa, 1797. Tomo I. p. 245-258

¹³⁰ Decreto de 14 de agosto de 1721.

questão. Como um explorador naturalista, o historiador ilustrado deveria recriar de modo exato o passado verídico.¹³¹

O que vale ressaltar no projeto ilustrado da Academia Real das Ciências de Lisboa no âmbito historiográfico é sua ânsia por restituir uma identidade tida como perdida e ignorada no reino português. Aproximando o progresso das ciências ao progresso histórico, a historiografia passou a alterar a percepção sobre o conhecimento passado da história e o conhecimento futuro da história. “A historiografia ilustrada projetou para um futuro incerto o momento em que a mais verdadeira narrativa do passado de Portugal poderia ser escrita”.¹³² A razão deveria superar os limites até então impostos ao desenvolvimento dos saberes, até o ponto em que todo o passado fosse conhecido através da investigação crítica dos documentos. Deste modo, a investigação crítica passa a ser ponto fundamental e parte constituinte da operação historiográfica operada pela instituição, tornando-se obrigatória para qualquer produção narrativa do passado do reino. O projeto da escrita da história em voga na Academia Real das Ciências de Lisboa não representou o fim das crônicas e dos outros gêneros de escrita que lidavam com o passado, mas aos poucos se constituiu como o privilegiado entre a elite letrada. Elite esta à qual o discurso de redenção do futuro a partir da investigação crítica da verdade histórica correspondia, uma vez que as representações e símbolos do poder monárquico começavam a perder sentido.

A escrita da história foi, deste modo, marcada por tensões durante a segunda metade do século XVIII. Até então, escrever história só ganhava sentido a partir da produção de um elogio ao regime e ao monarca. As próprias qualidades do soberano sofreram modificações durante a primeira metade do setecentos, possuindo então uma ligação com o reconhecimento das ciências e a aliança com filósofos. Estes seriam traços fundamentais para a estima de um monarca, o que acaba por transformar também a sociedade de corte e os discursos que a permeavam. Com o advento da Ilustração, as letras expandiram seus temas e suas abordagens, fazendo com que a história como literatura encomiástica se tornasse obsoleta como produção de convencimento. Esta vira alvo de censuras dentro da

¹³¹ SERRA, José Correia da. **Discurso Preliminar**. In: *Coleção de Livros Inéditos da História portuguesa, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II*. Publicados de ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa. Por José Correia da Serra, Secretário da mesma academia e sócio de varias outras. Lisboa: Oficina da Mesma Academia, 1790. Tomo I. p. VII-VIII

¹³² SILVA, op. cit., p.137

própria corte ilustrada. O novo projeto historiográfico que irá fazer frente ao caráter elogioso da narrativa histórica precedente é o nascido nos quadros da Academia Real das Ciências de Lisboa, que possui a intenção de promover uma espécie de revitalização das letras portuguesas. Na instituição, os projetos concebidos pela elite letrada do período pombalino ganharam certa continuidade, mesmo que tivessem seu sentido renovado. A ciência tornava-se um instrumento da relação entre soberano e elite, movimento pelo qual a Academia Real das Ciências de Lisboa fez questão de tornar público seu novo projeto epistemológico, que baseava-se na investigação crítica da história para conduzir a historiografia portuguesa. Desde o primeiro momento, a instituição possuía como objetivo a escrita de uma história geral de Portugal, a ser escrita a partir de fontes confiáveis e autênticas. “A exaltação da nacionalidade, definida no elogio e promoção da língua portuguesa, compunha o projeto epistemológico da instituição, que se combinava e adequava às estratégias de legitimação e glorificação do Estado monárquico português”.¹³³ Vale lembrar que, no período pombalino, o controle das sociabilidades afetava diretamente o academicismo, mesmo quando este reverenciava o ministro. Com o reinado de D. Maria I, há uma liberalidade no sentido de benevolência, o que permitia uma nova configuração para os quadros das academias.

Diante da conturbada situação política lusitana no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, caberia à Academia Real das Ciências de Lisboa operar um controle do horizonte de expectativas que irrompia em meio às experiências políticas alternativas ao regime monárquico absoluto. A operação historiográfica realizada pela instituição seria modificada de acordo com as transformações na experiência do tempo. Por sua publicidade, cabia à Classe de Literatura Portuguesa o controle do horizonte de expectativas que poderia ou deveria ser veiculado, sempre servindo aos ideais monárquicos. Contudo, a escrita da história deveria seguir uma série de preceitos que vinham sendo formulados desde o reinado de D. José I, e eram, neste momento, compulsórios à operação histórica. No tempo de D. João V, o diletantismo como fruto do ócio havia servido aos ideais da corte, o que não havia como ser sustentado no período pombalino, que articulava erudição e ciência à utilidade. José Francisco Correa da

¹³³ Ibid., p.141

Serra, António Caetano do Amaral e João Pedro Ribeiro são três figuras de grande destaque para que esse movimento seja compreendido, ao passo que promoveram a busca por documentos autênticos e defenderam a importância da história para o reino e seu futuro. Embora divulgassem tais convicções, participariam do movimento de controle sobre as opiniões políticas que caracteriza as transformações da operação historiográfica de finais do setecentos e início do oitocentos.¹³⁴

Mesmo que, de certa forma, o estudo da história estivesse ligado à reflexão científica natural, o ideal de progresso que permeava a narrativa e sua produção faz com que o mesmo adquira aspecto singular em terras lusitanas. A questão histórica ganha tamanha força – principalmente no que tange à reflexão sobre o Estado e sobre o Direito – que é possível afirmar que a mesma tenha se tornado uma espécie de chave mestra para as reflexões e práticas acerca do poder e da teleologia de cada sociedade. A burocracia de Estado tenta permanecer como o único local em que o pensamento histórico possa ser trabalhado, através da política de interpretação e argumentação oficial das fontes e documentos históricos do reino. A elite reformista munia-se de um discurso em que relacionava a defesa da ciência com a promoção do bem geral, tornando necessária uma rigorosa revisão das fontes portuguesas, combinada a uma forte organização das mesmas.¹³⁵

José Correa da Serra, abade e um dos fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa, nos permite entrever, através de suas reflexões, o quanto a Ilustração portuguesa concebeu uma ligação inextricável entre natureza e história, relacionando as origens do reino com o seu próprio destino. Apesar de não ter terminado seu plano para uma história geral de Portugal, Correa da Serra relacionava as formas artísticas de uma sociedade à sua organização, permitindo uma reflexão interessante sobre a lógica política que determinara a formação daquele grupo social. A arte e seu desenvolvimento expressariam o estágio político em que a sociedade se encontrava. Interessante perceber que a ideia de telos é perseguida por Correa em seus manuscritos, mas, sendo o mesmo um historiador ilustrado, conferia importância fundamental ao que a documentação lhe reservava. À procura de uma continuidade no sistema jurídico-político

¹³⁴ Ibid., p.145-146

¹³⁵ Ibid., p.147

português, a fim de encontrar uma possibilidade de futuro para o mesmo, o autor parece por em xeque o que os próprios documentos lhe afirmam. Como procurar a continuidade em algo que, à luz do que se encontra na documentação, parece tão descontínuo? De qualquer modo, a perspectiva que adota em sua reflexão sobre as leis do reino e suas origens confere um papel decisivo para a história da formação do Estado português. Não aparece em sua obra a supremacia divina que teria atribuído ao monarca e à corte a primazia sobre o Direito e sobre as leis, mas o passado é o elemento que referenda toda e qualquer formação jurídica. O conjunto de leis formado no passado, diante dos mais diversos motivos, deveria guiar a sociedade lusitana atual.¹³⁶

José Correa da Serra, além de sócio fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa, inicia um projeto de caráter crucial para os propósitos deste trabalho: a visita geral aos cartórios do reino e a comissão investigativa de 1790. Neste ano, movidos pela vontade de organizar um índice cronológico de documentos do reino, Correa da Serra e João Pedro Ribeiro iniciam um plano de levantamento dos manuscritos dispersos por Portugal. A partir desse projeto, inicia-se uma importante transformação diante das fontes históricas, fazendo com que a erudição dos mosteiros percorresse um longo caminho para fora de seu isolamento e chegasse à Academia Real das Ciências de Lisboa e ao ensino universitário. A comissão contava com João Pedro Ribeiro, Santa Rosa Viterbo, Frei Joaquim de Santo Agostinho e Frei Joaquim José Ferreira Gordo. A intenção era percorrer as províncias do reino e seus arquivos acompanhados de amanuenses para lhes auxiliarem na transcrição dos documentos que fossem encontrados. Taise Quadros considera este projeto a “expressão generalizada do programa historiográfico da Academia”.¹³⁷ Os documentos que deveriam ser levados em conta pela tarefa em questão deveriam servir para a escrita da história ilustrada do reino português.

É interessante perceber que o modo com que era realizada a ligação simbólica entre a sociedade científica e o poder do monarca se difere, neste momento, daquele observado para a corte de D. João V. Os laços criados entre a Academia Real da História Portuguesa e o rei foram construídos pela imagem de um rei divinizado ligado à história da Igreja portuguesa. Já no final do século

¹³⁶ Ibid., p.150-152

¹³⁷ Ibid., p.154

XVIII, no período mariano, o discurso histórico tem como objetivo enfatizar os aspectos laicos da relação entre a história do reino e seu monarca. A história pátria se apresenta como o pilar do sentimento de pertença, rompendo parte dos laços que a sociedade possuía com a Igreja romana através da ligação desta com o seu rei. A utilização das fontes civis da história pátria acabou participando de uma lenta transformação do próprio conceito de história português, laicizando-o e permitindo o surgimento de um novo tipo de vínculo social no reino, afastando o espaço cristão da experiência histórica lusitana.¹³⁸

Bacharel em Cânones e inquisidor lisboeta, António Caetano do Amaral, através de suas *Memórias de Literatura Portuguesa*, produz uma série de dissertações históricas sobre as leis portuguesas, sobre a forma de seu governo e seus povos. Taise Quadros considera Amaral um marco na historiografia lusitana, por apresentar um plano vasto de história a partir da utilização das fontes com um caráter social.¹³⁹ Talvez não seja o caso de afirmar um pretense pioneirismo em relação a uma história social portuguesa, mas o autor aplica em um sentido prático o novo conceito de história que vem sendo formulado e apresentado em terras lusas. Amaral apresenta uma sistematização do novo objeto histórico, transformando o *topos* ciceroniano da história como mestra da vida para a identificação de uma experiência coletiva cuja história filosófica era, enfim, iluminada. O autor pretendia, com sua obra, oferecer o espelho com o qual os portugueses deveriam enxergar a si mesmos, atrelando um caráter voluntariamente identitário em seu discurso, pautado pelos fatos e acontecimentos do reino, e não pelo de outros povos ou países. O que interessava era, portanto, escrever sobre o que guiava os homens de Portugal e o que havia tornado possível seu reconhecimento como povo. A história monárquica de Amaral, desse modo, não deveria ser pautada nos grandes feitos cortesãos ou na biografia de cada rei, mas sim nas ocorrências em que todos os formadores da nação estivessem representados.¹⁴⁰

A história que Amaral tinha em mente buscava o ideal de justiça através das leis escritas do reino, mas não somente, conferindo atenção particular à

¹³⁸ Ibid., p.156

¹³⁹ Ibid., p.158

¹⁴⁰ AMARAL, António Caetano do. Projeto de uma história civil da monarquia portuguesa, apresentado na Academia das Ciências, na Assembléia de 19 de julho de 1780. In: RAMOS, Luís de Oliveira. p. 506

constituição social da justiça. O autor analisava a legislação e os costumes sob a perspectiva de que estes atuavam em mútua colaboração. Ao escrever uma história civil da monarquia, Amaral formava não apenas uma nova concepção de formação para o reino português, mas também o seu próprio público leitor. As conturbações da sociedade letrada lusitana ganhavam, com Amaral, uma forte justificativa de existência.

Já em seu *Plano da História Civil*, Amaral apresenta um modelo de como seria a história portuguesa, delimitando suas diferentes épocas, e afastando-se das narrativas épicas e eclesiásticas. Rompe, assim, com a inspiração clássica para a escrita da história, e passa a trabalhar com uma utilidade pública da história – baseando-se em um novo conceito circulante de história – em busca das origens da pátria portuguesa.¹⁴¹ A questão da nacionalidade lusa, inclusive, aparece em todos os trabalhos que lidam com história de alguma forma, se apresentando de diferentes maneiras em cada um deles. Ora apresentando semelhanças, ora divergências.

A história escrita por António Caetano do Amaral visava representar um processo, a narrativa desse processo como um todo seria considerada a história definitiva do reino português e de sua formação, sem a intervenção religiosa e sem o caráter épico biográfico. O autor liga a criação das leis portuguesas ao momento em que foram criadas, negando, de certa forma, o princípio de uma utilidade perpétua para a lei uma vez que a mesma tenha sido criada e incluída na legislação do reino em determinado momento para fazer sentido às questões de sua época.¹⁴²

Amaral apresenta uma preocupação interessante quanto à escrita da história, à forma mesma do texto, que deveria ser parte integrante de um plano epistemológico para a narrativa histórica do reino. Para o autor, a história não poderia ser vista somente como um amontoado de provas, mas deveria conciliar a narrativa dos fatos com a investigação documental minuciosa. Deveria haver um equilíbrio entre a construção estilística do discurso e a publicidade das fontes.¹⁴³ O texto historiográfico deveria ser farto de fatos e também de provas, o que representaria o grande desafio enfrentado pelas gerações posteriores a Amaral.

¹⁴¹ Ibid., p. 507-508

¹⁴² Ibid., p. 510

¹⁴³ Ibid., p. 511-512

3

João Pedro Ribeiro: leituras e releituras

A diplomática, compreendida nas palavras de Saul António Gomes como a “ciência histórica (...) cujo objectivo é, a partir de metodologias e questões específicas, proceder ao estudo científico do documento escrito na sua forma e conteúdo, definindo a sua autenticidade e valor probatório enquanto testemunho de dados e factos históricos”,¹⁴⁴ nasce nos quadros intelectuais da igreja católica. Seu surgimento é atribuído a D. Jean Mabillon (1632-1707), monge da ordem beneditina da congregação de Saint-Maur. Na França, esta congregação teria certa peculiaridade em relação às outras no tocante ao privilégio conferido às atividades intelectuais das congregações. Seus monges deviam se dedicar a um árduo trabalho de coleta de atos, fundações e bens dos mosteiros, além de serem incumbidos da tarefa de listar o que encontrassem de relevante, como listas de santos, relíquias, santuários, prodígios, castigos, milagres, etc. O programa de estudo histórico destes monges tinha ampla importância, como expõe François Dosse. Segundo este, “das quarenta ocupações possíveis para os membros da congregação, mais da metade são reservadas aos estudos e destes, dois terços são consagrados à história”.¹⁴⁵ Mabillon escreve, em meio a este projeto, em 1681, a obra de referência *De Re Diplomatica*, lançando os princípios essenciais da referida prática.¹⁴⁶

Em Portugal, Saul Gomes encontra indícios de uma preocupação documental ainda no Quinhentos, ligada aos esforços copistas efetuados pela chamada Leitura Nova, ciclo de renovação das antigas escrituras em novos suportes arquivísticos na Corte e em alguns mosteiros.¹⁴⁷ A quantidade de índices de cópias no século XVI é numerosa, assim como no XVII, mas no momento devemos concentrar nossos esforços no Setecentos. É nesta centúria que evidencia-se uma preocupação com a produção relacionada ao domínio da história

¹⁴⁴ GOMES, Saul António. *Anotações de Diplomática Eclesiástica Portuguesa*. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário. op. cit., p.41.

¹⁴⁵ DOSSE, François. O historiador: um mestre de verdade. In: **A História**. Bauru: EDUSC, 2003, p.33.

¹⁴⁶ Importante ressaltar que a obra de Mabillon está de certa forma inserida em uma polémica entre duas congregações concorrentes, tendo em vista uma resposta ao jesuíta van Papenbroeck, que pusera em causa a autenticidade dos documentos merovingios da abadia de Saint-Denis, no ano de 1675. DOSSE, François. op. cit., p.34.

¹⁴⁷ GOMES, Saul António. op. cit., p.42.

no reino, sancionando uma condição observada para a Europa ocidental. Analisemos, portanto, o quadro setecentista lusitano, enfatizando casos que denotem uma maneira particular de lidar com documentos.

Começemos com a Academia Real da História, fundada em 8 de dezembro de 1720 por decreto régio. A data representa o dia da Imaculada Conceição e padroeira do Reino, algo que não poderia ser mais propício para uma instituição que, com sua grande maioria de membros clérigos, concentrou seus estudos na “História Eclesiástica destes reinos”.¹⁴⁸ Taíse Quadros, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, afirma que o mecenato régio e a adoração ao rei ligada à lógica da restauração do poder monárquico não permitem que seja aberto espaço para uma produção autônoma da Academia Real da História em relação à simbologia do Estado. Isto só viria a ocorrer, segundo Taíse, com o surgimento de um novo tipo de homem público, que iria emergir após o terremoto de 1755, no período pombalino, e se desenvolveria ao longo da segunda metade do século XVIII e no século XIX.¹⁴⁹ João Pedro Ribeiro pode ser relacionado como um destes homens públicos de novo tipo.

Interessante destacar a preocupação da Academia em divulgar sistematicamente uma *Colecção dos Documentos, Estatutos e Memórias*, cuja publicação é iniciada em 1721. No dia 14 de agosto do mesmo ano, Dom João V ordena a conservação de “todo o tipo de documentos históricos”. Ambas as ações estão relacionadas ao que Luis Reis Torgal chama de tentativas frustradas de se escrever uma obra de conjunto eclesiástica, secular ou do reino. Todavia, devemos lembrar que a Academia Real da História tem vida curta, e já em 1736 para de publicar a *Colecção dos Documentos*. É de assinalar, ainda por parte desta instituição, a obra de Antonio Caetano de Sousa, intitulada *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Publicada entre 1735 e 1748, apresenta uma aguda preocupação com a justificação das afirmações, contendo inclusive um volume

¹⁴⁸ TORGAL, Luis Reis. Antes de Herculano In: TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal**. Séculos XIX-XX. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p.25. Conferir igualmente o trabalho de Isabel da Mota, baseado em sua dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra. A autora discute detalhadamente a formação e a atuação da Academia Real da História. MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História**. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.

¹⁴⁹ SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista. Uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720)*. (Conferência na UFOP, 2009).

anexado com o nome de *Provas*. A escrita deste autor, mesmo apresentando o caráter de rigor ressaltado, reverencia a imagem majestática do rei, princípio basilar da Academia.

O Magnânimo – como é conhecido Dom João V – havia, em seu reinado, empreendido diversas ações no que tange à dinâmica das práticas culturais. Criara a já referida Academia Real da História, incentivara a Universidade de Coimbra, impulsionara o surgimento de várias outras academias na capital e aumentara consideravelmente o acervo da Real Livraria.¹⁵⁰ Seguramente, são medidas ligadas à Corte, reiterando a política vigente.¹⁵¹

Com o fim dos dias de Dom João V, seu filho Dom José assume o poder, renova o Ministério, e tem a seu lado uma figura central para pensarmos a Ilustração portuguesa. Trata-se de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Este torna-se Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Apesar de tantas outras medidas tomadas por Pombal, teremos que elencar algumas das que mais dizem respeito à discussão proposta. Carvalho e Melo – ex membro da Academia Real de História – assume as rédeas do governo, principalmente após o terremoto que atinge Lisboa em 1755. Organiza uma série de reformas políticas e econômicas baseadas em ideais ilustrados, que representavam um esforço de centralização estatal, em torno da defesa da soberania lusa. Uma característica à qual devemos reter a atenção é a relação de Pombal com a ordem religiosa dos jesuítas. Esta possuía grande penetração não apenas no que concerne ao ensino, mas também nas instituições políticas e públicas, controlando em grande parte a educação lusa. Os jesuítas são expulsos do reino em 1759. O ano de 1772 pode ser considerado um momento chave, por representar a promulgação da lei que definia as novas linhas para o sistema português de ensino, igualmente por ser o ano em que a reforma educacional chega à Universidade de Coimbra. O foco da instituição é modificado, indicando um esforço em vincular o estudo às ciências físicas, matemáticas e filosóficas. Neste ano são editados os novos Estatutos da Universidade.¹⁵²

¹⁵⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 67.

¹⁵¹ Portugal vivia um momento de significativa estabilidade política, podendo ter seu princípio datado em 1667, ano em que tem início o reinado de Dom Pedro II (27 anos após o fim da União Ibérica).

¹⁵² CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem / Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 66.

O anti-jesuitismo e o anti-sebastianismo fazem-se presentes nas obras, inaugurando o que Torgal chama de uma “nova historiografia oficial”, agora com caráter marcadamente propagandístico.¹⁵³ A preocupação com provas deve ser mais uma vez salientada, através do exemplo da obra de José Seabra da Silva, *Dedução Cronológica e Analítica*. O autor completa este trabalho com uma *Colecção de Provas* anexada. Recordemos, novamente, a tentativa de funcionamento da cadeira de ortografia diplomática na Universidade de Coimbra, em 1775, assim como a implementação da cadeira de paleografia em 1772. Como já visto, a cátedra de Diplomática só se consolidaria de forma efetiva 20 anos mais tarde, tendo como primeiro lente João Pedro Ribeiro.

Já no reinado de Dona Maria I – 1777 a 1816 –, no bojo do que é comumente chamado de Viradeira – série de reações às reformas pombalinas –, é criada a Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1779. Esta se imbui de um “novo espírito científico do iluminismo”,¹⁵⁴ juntando à sua volta elementos letrados da sociedade que possuem em sua formação não só os estudos jurídicos – primordiais para a Viradeira –, mas também são instruídos em medicina, filosofia e matemática. A Academia apresenta uma grande produção de Memórias e Almanques, além de conferir importância à publicação de estatísticas. Vale destacar novamente que a atividade exercida por Ribeiro, de percorrer cartórios à procura de documentos, é ligada à Academia Real das Ciências de Lisboa, que editará a maioria de suas obras posteriormente, assim como irá publicar diversos artigos do autor em coletâneas.

Fica, portanto, evidente que se pode falar em paleografia, diplomática, preocupação com provas, documentos e cópias em Portugal muito antes de João Pedro Ribeiro. Mas é interessante perceber que, mesmo sendo estas práticas já conhecidas e desempenhadas no país antes dele, Ribeiro é até hoje considerado o pai da diplomática e da paleografia em terras lusitanas.¹⁵⁵ O que permite essa construção tão singular em meio à pluralidade de temas que o autor trabalhava?

¹⁵³ TORGAL, Luis Reis. op. cit., p. 28.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 31.

¹⁵⁵ Já a Academia Real da História, em 1721, tem em um de seus princípios fundadores a arte diplomática. Manuel Caetano de Sousa, grande idealizador da instituição, conhecera a erudição francesa e italiana – incluindo as obras de Mabillon –, e sob estes moldes decidira sugerir ao rei a criação da referida academia. O intuito inicial era a escrita da História Eclesiástica do Reino. Cf. MOTA, Isabel Ferreira da. op. cit., p. 29-52. Outras obras anteriores às de João Pedro Ribeiro podem ser destacadas, como a publicação amparada por Frei Manuel do Cenáculo do *Méthode de Diplomatique*, em Lisboa, em 1773, a edição da *Dissertação ou Breve Tratado Sobre Algumas*

Natural do Porto, Ribeiro adquire em 1781 seu diploma de doutoramento em Cânones na Universidade de Coimbra, instituição na qual havia ingressado sete anos antes. O autor vive nesta cidade até o início do século XIX, quando organiza a transferência de suas funções para Lisboa. Funções estas que estão diretamente ligadas ao tema principal desta dissertação, pois dizem respeito ao cargo que Pedro Ribeiro passa a ocupar a partir de 1796.

É criada neste ano a cadeira de Diplomática da Universidade de Coimbra, especialmente para seu primeiro lente: João Pedro Ribeiro. Duas observações podem ser feitas quanto a este fato. Em primeiro lugar, a criação da cátedra já era pensada desde 1773, tendo a cadeira de ortografia diplomática funcionado durante um ano, entre 1775 e 1776. Não durou muito tempo devido ao falecimento de seu lente – José Pereira da Silva – após um ano da criação, não tendo quem o substituísse.¹⁵⁶ Por outro lado, lembramos que a cátedra de Diplomática só tem seu funcionamento prático iniciado a partir de 1801, quando é transferida para Lisboa a pedido de Ribeiro, que alegava lá se encontrarem os documentos necessários para o trabalho do ensino em questão. De fato, passa a funcionar, neste momento, nas dependências do *Real Archivo da Torre do Tombo*, o que leva Ribeiro a se transferir de cidade mais uma vez, passando a viver na capital do reino. O que credenciava o autor para assumir esta cátedra? O que fazia antes de assumi-la?

Como membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, criada em 1779, João Pedro Ribeiro realizava, desde a década de 1780, a tarefa de percorrer cartórios de diversas naturezas do centro e do norte do reino em busca de documentos, conferindo o estado de conservação e a autenticidade destes, para que fossem úteis a Portugal – entrou em depósito de documentos pela primeira

Regras da Hermenêutica e da Diplomática, por parte do Frei José Pedro da Transfiguração, no Porto, em 1792, e os *Elementos da Arte de Diplomática*, de José Anastácio da Costa e Sá, em 1797.

¹⁵⁶ Vale destacar que desde 1772 encontra-se criada a cátedra de Paleografia, demonstrando o crescimento de uma preocupação de natureza histórica nos círculos letrados portugueses neste momento. O lente desta cadeira era D. Frei Manuel do Cenáculo, figura que exerceu papel crucial na reforma da Universidade de Coimbra. Cf. GOMES, Saul António. Anotações de Diplomática Eclesiástica Portuguesa. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário. **Estudos de Diplomática Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 44.

vez na Câmara do Porto, em 1783, segundo o próprio.¹⁵⁷ A partir desta prática, Ribeiro fazia também outro uso de seu empreendimento, escrevendo textos sobre o estado dos documentos que encontrava, a localização destes, as técnicas que utilizava na tarefa, e mais uma série de preocupações que orientavam sua ação. Seus trabalhos mais conhecidos são as *Observações Historicas e Criticas para Servirem de Memorias ao Systema da Diplomatica Portuguesa* e as *Dissertações Chronologicas e Criticas Sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*. O primeiro, publicado em 1798, aborda a questão dos “diversos cartórios existentes, desde os das câmaras aos dos mosteiros, ordens religiosas, igrejas e Universidade, discorrendo sobre o seu estado e o modo como se devia prover à sua organização e melhoria dos documentos”.¹⁵⁸ Ainda nesta obra, refere-se aos documentos falsos que poderiam ser encontrados nos locais mencionados, e se detém sobre a autenticação dos documentos. A outra obra mencionada, *Dissertações Cronológicas e Críticas*, publicada em cinco volumes entre 1810 e 1836, além de apresentar as mesmas características, continha catalogações de documentos e reflexões de pendor histórico, entre outras abordagens de diferentes temas.

A ênfase deste estudo reside no lugar que João Pedro Ribeiro pretende ocupar como um primeiro arquivista para a história lusitana, na tentativa de deixar de tal maneira sua marca para o balizamento de trabalhos de caráter histórico posteriores. Além das duas obras já mencionadas, e de toda a vasta produção do autor, o trabalho escrito que possui papel de destaque para esta questão são as *Reflexões Históricas*. Escrita em dois volumes entre 1835 e 1836, nesta obra Ribeiro faz observações sobre o estado dos documentos analisados em sua empreitada, a localização dos mesmos, vasta catalogação, aditamentos a textos já escritos, transcrições completas, e – destaca-se este aspecto – reflete sobre a problemática de uma narrativa sobre o passado de Portugal. Esta última, segundo o próprio, deveria ser rapidamente iniciada, tendo em conta a criação de um grande arquivo, empreendida por si mesmo. Mas tal tarefa ainda não se completara, e que “Ninguém se persuada que exaggéro, e pertendo buscar gloria

¹⁵⁷ RIBEIRO, João Pedro. **Observações Historicas e Criticas Para Servirem de Memorias ao Systema da Diplomatica Portuguesa**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1798, p. 3.

¹⁵⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz. A Diplomática em Portugal. Caminhos mais antigos e mais recentes. In: _____; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário. **Estudos de Diplomática Portuguesa**. op. cit., p.15.

de uma profissão, a que por gosto, e ate por dever me acho dedicado”.¹⁵⁹ Destaca-se o fato de que esta obra é uma das últimas escritas pelo autor, pois mesmo as Dissertações Cronológicas e Críticas tem apenas um último volume publicado na década em questão, mais precisamente em 1836, três anos antes da morte de Ribeiro. Os outros quatro haviam sido publicados entre 1810 e 1819.

Pretendo, neste trabalho, compreender a maneira como João Pedro Ribeiro é lido em Portugal, e esboçar uma discussão a respeito da construção memorialística operada para alçá-lo à posição de precursor e difusor da paleografia e da diplomática no país. Para tanto, comecemos com uma passagem, na qual Luis Reis Torgal apresenta sua opinião acerca de Ribeiro. Devemos ter em mente o que já mencionei acima, que a existência e propagação das práticas em questão no Portugal setecentista não devem ser colocadas à prova. E além de pai da diplomática e paleografia, Torgal diz ainda mais sobre Ribeiro:

Pode dizer-se por isso que *João Pedro Ribeiro inicia em Portugal o que se chamará a 'história metódica'*, que passa por um notório labor de análise paleográfica e diplomatista, focado sobretudo para a história da Idade Média e da Época Moderna, que ficaria quase no centro exclusivo das atenções de uma certa historiografia erudita. ‘Não basta escrever a história em boa frase, mas é necessário que o fundo dela seja exacto’ – esta afirmação da Dissertação XV é a síntese da ânsia de rigor sempre perseguido por João Pedro Ribeiro.¹⁶⁰ (Grifo meu)

Torgal está longe de ser o único a fazer este tipo de afirmação acerca de Ribeiro. Na verdade, já Alexandre Herculano (1810-1877) afirmava em seus *Opúsculos* que o referido autor era “um dos homens que mais atingiu o espírito da ciência histórica”. Grande leitor de João Pedro Ribeiro – o que se percebe inclusive por suas várias citações e referências –, Herculano ainda o credenciava como um dos “escritores críticos da história portuguesa”.¹⁶¹ Desde então, Ribeiro tem uma condição pioneira reafirmada várias vezes. É o que ocorre com alguns grandes nomes da historiografia lusa no século XX, como Aníbal Barreira.

¹⁵⁹ RIBEIRO, João Pedro. **Reflexões Históricas**. Parte II. Coimbra: Imprensa Universitária, 1836, p. 2.

¹⁶⁰ TORGAL, Luis Reis, Antes de Herculano. In: TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal**. Séculos XIX-XX. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 34.

¹⁶¹ HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos**. Tomo V. 8ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, p. 182.

Este enquadra João Pedro Ribeiro na geração formada pelos novos Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772, que – segundo Barreira – tratavam a história como disciplina propedêutica para o estudo do direito pátrio. Porque este último aparecia como uma nova preocupação, são lançados esforços para suprir o “atraso nos conhecimentos da História Pátria”.¹⁶² A Academia Real de Ciências de Lisboa é a instituição que põe em marcha o projeto de percorrer os cartórios com fins de catalogação, verificação e autenticação empreendido por Ribeiro. A conclusão que Barreira chega no que diz respeito à tarefa de João Pedro Ribeiro é de que “as visitas levaram-no à conclusão de que se tornava necessário estabelecer um sistema de regras para conhecer, com rigor, os fatos históricos”, tratando de “estabelecer os fundamentos da crítica histórica”.¹⁶³ Diz ainda mais, que “João Pedro Ribeiro estabelece entre nós a Diplomática como ciência auxiliar da história”.¹⁶⁴

Outro nome de destaque é Joaquim Veríssimo Serrão. Este assevera, em sua já clássica obra *A Historiografia Portuguesa*, que João Pedro Ribeiro é “o mais ilustre dos historiadores da Academia das Ciências”.¹⁶⁵ Outra afirmação interessante do autor diz respeito às *Dissertações Cronológicas e Críticas*, que seriam “um dos grandes monumentos da erudição nacional”.¹⁶⁶ Segundo Serrão, “Pedro Ribeiro conseguiu penetrar em domínios ainda obscuros do passado nacional”, tendo com suas obras procurado “abrir novos caminhos à historiografia portuguesa”, e tinha como objetivo “aclarar o que na nossa história era ainda sombrio”. Muitos outros mencionam João Pedro ou escrevem sobre o mesmo com tom encomiástico, conferindo-lhe primazia e pioneirismo no que tange à história de cunho metódico ou científico em Portugal. Interessante perceber e voltar ao ponto de onde essas conclusões são retiradas. Serrão transcreve a seguinte citação, do prólogo do Tomo I das *Dissertações Cronológicas e Críticas*, onde Ribeiro justifica a publicação da obra e explica como serão editados os volumes:

vou consecutivamente publicar: por me persuadir que dellas [as Dissertações] poderá resultar algum interesse á *nossa*

¹⁶² BARREIRA, Aníbal. **João Pedro Ribeiro – sua posição na historiografia nacional**. In: *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*, 1979, p.52.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 58.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 59.

¹⁶⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *op. cit.*, p. 230.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 231.

Litteratura, que por mais de hum titulo tenho obrigação de promover, quanto em mim cabe. ¹⁶⁷ (Grifo nosso)

Ora, a própria citação empregada por Joaquim Veríssimo Serrão parece apontar menos para uma preocupação de cunho histórico posterior que para uma obra que se caracteriza por se apresentar como um adicional a uma produção em vigor. Vale lembrar que o prólogo em questão foi editado e publicado em 1810. Isto vai igualmente de encontro às reflexões conclusivas de Aníbal Barreira sobre a Academia Real de Ciências de Lisboa, a qual estaria, segundo o autor, preocupada com a “ultrapassagem dessa fase de recolha de materiais”.¹⁶⁸ Por outro lado, há a preocupação, no próprio discurso de Ribeiro, em suas produções finais – como é o caso da obra *Reflexões Históricas* –, com a escrita de uma história de Portugal, uma narrativa sobre o passado, que segundo o mesmo estaria atrasada. O papel que João Pedro Ribeiro se arroga, portanto, tem caráter propedêutico em relação a uma tarefa historiadora, no sentido em que se propõe a construir com a obra em questão um arquivo como linguagem, pois que

Não se pertenda porem nunca levantar de um só jacto tão vasto edifício. A Historia da nossa Nação, como de qualquer outra, tem ramos muito distinctos, cada um delles respeita a diversos objectos, e por tanto requer trabalhe em cada um quem for da profissão. Assim o praticarão prudentemente os Encyclopedistas.¹⁶⁹

Percebamos como o autor direciona a própria prática historiadora a ser seguida, sugerindo a divisão da história em áreas como história civil, história eclesiástica, história do comércio e etc., as quais deveriam ter um especialista para debruçar-se sobre a tarefa de suas respectivas escritas. Sempre utilizando, evidentemente, os arquivos de documentos coletados e elencados por Ribeiro.

João Pedro Ribeiro – nas *Reflexões Históricas* – se arroga o papel de um primeiro arquivista, procedendo à escolha dos vestígios que deverão ser mantidos como prova histórica. De tal forma, intenta criar um corpo documental de análise fundamental para quem viesse a trabalhar com este, a fim de escrever a história do reino português. Mas qual serão as estratégias da operação seletiva de Ribeiro

¹⁶⁷ RIBEIRO, João Pedro. **Dissertações Chronologicas e Criticas Sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal**. Tomo I. Prólogo. Apud. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. op. cit., p. 232.

¹⁶⁸ BARREIRA, Aníbal. op. cit., p. 61.

¹⁶⁹ RIBEIRO, João Pedro. **Reflexões Históricas**. Parte I. Coimbra: Imprensa Universitária, 1835, p.1.

para o que deverá ser analisado posteriormente? O que permite e explica esta confluência de formas de lidar com o passado percebidas na figura e na obra do autor? Para deixarmos mais claro, a preocupação com uma narrativa de cunho histórico parece surgir ao longo da produção de Ribeiro, imbricando-se às práticas com as quais o mesmo desenvolve suas ações, como o colecionismo, o antiquariado, a mestria em rigor diplomático e paleográfico, práticas estas marcadas pela erudição do Setecentos luso.

Desta maneira, podemos começar a compreender a emergência da prática histórica que se constitui como cânone no século XIX, acionando novos dispositivos no trato com o passado. Ribeiro figura neste momento como um entre dois.

Ao dissertar sobre a Academia Real de Ciências de Lisboa, Luis Reis Torgal apresenta uma reflexão que se constitui de forma central para pensarmos o problema a ser discutido no presente estudo:

Deve, com efeito, dizer-se que *a história não existia ainda com uma configuração definida* e, desta forma, muitas das reflexões e actividades que englobamos no âmbito da história pertenciam a outras áreas, embora se difundissem também pela já então chamada área da história. (Grifo meu)¹⁷⁰

Baseando-se nestas considerações, podemos tentar compreender e analisar o que Torgal está a falar. Em primeiro lugar, na própria Academia acham-se publicadas obras como a *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa* – de 1790 a 1824 – e a *Colecção dos Principais Autores da História Portuguesa* – de 1806 a 1809. Ambas preocupavam-se em republicar obras de antigos cronistas ou autores do reino, como Zurara, Fernão Lopes e Rui de Pina. Fato que pode ser compreendido como parte de um esforço no âmbito da história. Mas, de outro lado, havia publicações como as *Memórias da Literatura Portuguesa*, publicadas entre 1792 e 1814, que apresentavam uma enorme diversificação de temas, incluindo histórias e memórias.

Esta “indefinição” sugerida por Torgal compreende o período em que vive e trabalha João Pedro Ribeiro. Este está precisamente envolvido com a prática do antiquariado e da erudição, mas, ao mesmo tempo em que publica coleções de documentos, escreve sobre os mesmos. Mais ainda, em sua obra *Reflexões Históricas* empreende um esforço de direcionamento para a escrita de uma

¹⁷⁰ TORGAL, Luis Reis. op. cit., p. 33.

história do reino, o que poderíamos considerar a prática *par excellence* do fazer histórico do Oitocentos. Prática esta que deveria se caracterizar de alguma forma como distinta do antiquariado e do colecionismo, pois devemos perceber que estas constituíram reflexões legítimas do passado segundo os referenciais de seu tempo. Em artigo que trata sobre a tradição antiquária, Manoel Salgado Guimarães sugere que a partir do século XVIII a preocupação dos filósofos em transformar o passado em objeto de estudo começa a esvaziar de sentido a prática do antiquariado e da erudição, estas passando a ser vistas como meras e amadoras sacralizações de objetos, desprovidas de senso pragmático. O tratamento do passado, em seu sentido moderno, institui a História como disciplina capaz de ordenar o conjunto de experiências passadas e legitimar o presente, ainda segundo Guimarães. Através desta “vitória dos modernos”, ao presente se confere a condição final de um percurso que, por conta disto, enxerga de maneira privilegiada as experiências pretéritas. O historiador em seu sentido moderno pode, portanto, reinventar a tradição antiquária de forma pejorativa e caricatural, produzindo uma imagem evolucionista de sua própria prática. Em tais condições, o antiquário é visto como o passado indesejável da disciplina histórica. A erudição é, portanto, derrotada, não mais constituindo uma maneira legítima de se tratar o passado. É enxergada como prática que não acrescenta nem muda o conhecimento existente acerca do passado das sociedades humanas. Os vestígios do passado deveriam, a partir de então, se prestar ao olhar de quem estivesse apto a estabelecer relações destes com as experiências passadas, explicando o presente através deste exercício. Compreende-se, desta maneira, que a prática triunfante – que empreende progressivamente uma cientifização do campo histórico no século XIX – apropria-se dos saberes até então legítimos para lidar com o passado, e os submete às técnicas exigidas pelo novo método de realização da tarefa histórica. A diplomática e a paleografia passam a ser vistas como ciências auxiliares da história, com função preparatória para a tarefa histórica.¹⁷¹

Em suma, trabalho a obra de João Pedro Ribeiro sob outro viés. O autor em questão realizava as práticas do antiquariado, do colecionismo, da erudição, da diplomática e da paleografia, entre outras trabalhadas em seus textos. Escrevia

¹⁷¹ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História*. In: Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V.23. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 111-143.

obras sobre o estado da documentação encontrada, vestígios aos quais temos acesso para empreendermos a pesquisa. Ribeiro é lido por grande parte da historiografia portuguesa como pai e difusor de uma “crítica histórica” ou de uma “história metódica”, introdutor e pioneiro da diplomática e da paleografia em Portugal. Por quê? Voltando a Torgal, se este autor compreende que “a história não existia ainda com uma configuração definida”, entende-se que, segundo o mesmo, a história terá uma configuração definida posteriormente. Logo, Torgal conclui que esta definição estará ligada ao método e à cientificidade. Quando discute a figura de Herculano e seu papel na historiografia lusa, diz que este historiador teria instaurado a “análise científica do passado” sob o signo de um “rigorismo metodológico”,¹⁷² sendo o “verdadeiro iniciador da história crítico-científica” em Portugal, algo que funcionaria como paradigma até os dias correntes.¹⁷³ Percebe-se a construção de uma memória disciplinar de caráter evolutivo – tal qual discutido anteriormente – nas palavras de Luis Reis Torgal, assim como nos textos de Aníbal Barreira e Joaquim Veríssimo Serrão, quando estes definem João Pedro Ribeiro como um “historiador”, e mais ainda, ligado à crítica e à análise científica do passado. De certa maneira, outros aspectos do trabalho do autor são preteridos como auxiliares para que seja elevado o que em sua obra aparece como uma indicação à pretensão de rigor documental, método do qual se pretende uma aproximação.

Minha intenção neste trabalho é indicar a coexistência de práticas possíveis de lidar com o passado na trajetória e na formação de João Pedro Ribeiro, que não aparecem desapreciadas em relação à escrita de uma história. O que Ribeiro parece propor, em determinado momento de sua produção, é uma releitura destas tradições, sugerindo um diálogo e uma adequação aos valores circulantes com os quais tem contato ao longo de sua carreira.

A partir daqui, pretendo mesclar algumas considerações de caráter teórico a aspectos técnicos e conclusivos sobre a análise das fontes. Quanto a estas, é evidente que as obras de João Pedro Ribeiro foram trabalhadas e privilegiadas, mas também foi necessária a incursão em outros trabalhos da época, ou mesmo de tempos ulteriores. Este seria o caso, por exemplo, da bibliografia que aborda a obra de Ribeiro, elegendo-a como difusora da história em Portugal, mas também

¹⁷² TORRAL, Luis Reis. op. cit., p. 66.

¹⁷³ Ibidem, p. 75.

de escritos clássicos, que já se tornaram referências obrigatórias para quem estuda este tema e período lusitano.

O Real Gabinete Português de Leitura possui em seu acervo grande parte da obra de João Pedro Ribeiro. Lá se encontram, por exemplo, exemplares originais das *Observações Historicas e Criticas Para Servirem de Memorias ao Systema da Diplomatica Portuguesa* e das *Dissertações Chronologicas e Criticas Sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*. Estas, como já discutido, constituem as obras escolhidas como principais do autor pela corrente historiográfica problematizada nesta pesquisa. A primeira foi escrita em 1798, dois anos após Ribeiro assumir a cátedra de Diplomática, e pretende funcionar como um epítome do trabalho realizado até então através da tarefa que desempenhava. Nas Observações, compostas de dez pequenos capítulos em cerca de duzentas páginas, João Pedro Ribeiro indica estar trabalhando em uma “vereda nova, e inteiramente desconhecida”, valendo-se de sua experiência nos cartórios, diferentemente dos “nacionaes” que já escreveram sobre diplomática antes dele. A segunda obra em questão, as Dissertações, compreendem um período de tempo muito maior e consistem igualmente em trabalhos muito mais volumosos. São cinco tomos dispostos entre 1810 e 1836, com a particularidade de haver uma diferença grande entre o quarto (1819) e o quinto e último tomo. Já citei a passagem do prólogo em que Ribeiro diz escrever para promover a literatura, o que vai de encontro a algumas considerações feitas sobre o autor. Ao mesmo tempo em que diz isto, Ribeiro menciona a necessidade de uma “pureza da História”, no que diz respeito ao uso de falsos documentos. Interessante perceber que demonstra confiança na necessidade de seu trabalho, algo que parece ser uma marca do autor, assim como o fato de estar sempre lembrando a necessidade e a dificuldade deste. Chama a atenção o tomo II, de 1811, que é inteiramente dedicado às datas e aos calendários.

Já a obra *Reflexões Históricas*, privilegiada na presente investigação, encontra-se digitalizada pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Universidade de Harvard. Trabalho em dois volumes escrito no final de sua vida (1835-1836), este funciona como uma síntese da sua carreira de diplomata e paleógrafo, mas com uma característica peculiar: a forma como tematiza a problemática da escrita da história. As tradições a partir das quais Ribeiro fora formado, e com as quais organizara suas ocupações, parecem se combinar neste momento às novas

preocupações circulantes, que emergem junto com um sentido moderno de história em Portugal. Nestas reflexões, o autor apresenta não só a catalogação de diversa documentação, nem somente discorre sobre a escolha dos documentos que efetua em suas buscas, mas apresenta indicações para uma narrativa sobre o passado do reino. E vale destacar que João Pedro Ribeiro não se considerava apto a realizar tal tarefa, pretendendo com isso legar sua obra a quem pudesse e devesse servir.

Em 1939, quando a morte de João Pedro Ribeiro completava cem anos, alguns artigos foram publicados, dos quais destacam-se as obras de Pedro Vitorino – *Acêrca de João Pedro Ribeiro* – e de Magalhães Basto – *João Pedro Ribeiro e a Historiografia Nacional*. Ambos são editados no Porto, para o “Boletim Cultural” da Câmara Municipal, e seguem uma linha elogiástica, ressaltando o caráter de rigor e perseverança que enxergam nas obras de Ribeiro. Vale certamente lembrar que o momento é de recrudescimento da política salazarista, ao passo que são feitas menções ao regime e analogias à ânsia de João Pedro Ribeiro em “desvendar” o passado português para que o conhecimento da história nacional seja um fundamento do patriotismo. Magalhães Basto faz mais apontamentos, concluindo que “sem documentos, não há história”, e “pode haver romance ou arte; história, reconstituição científica, tanto quanto possível fiel – e aproximada da realidade – dos factos do passado é que a não há!”.¹⁷⁴

Uma outra obra analisada – que de maneira interessante se constitui como fonte primária e secundária para este estudo – é *A Infância da Academia Real (1788-1794) – Visita aos Arquivos do Reino: Correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, de Antonio Baião. A obra é editada em 1934, sendo seu título sintomático do que foi já discutido como uma construção memorialística da tarefa de Ribeiro com caráter evolutivo. Consiste em cartas de alguns personagens do período mencionado, com ampla ênfase em João Pedro Ribeiro, que é o autor de cerca de 70% das cartas que se encontram aí publicadas. Tanto o Real Gabinete quanto a Biblioteca Nacional possuem originais.

O trato com as fontes, portanto, teve como objetivo inicial identificar as marcas e traços particulares da escrita histórica do autor, dimensionando seus

¹⁷⁴ BASTO, A. de Magalhães. *João Pedro Ribeiro e a historiografia nacional*. Porto, 1939.

esforços nas tradições discutidas acima. Com isso, comecei a perceber o caráter da narrativa proposta por Ribeiro, e suas operações seletivas, desempenhando paralelamente a análise da construção de uma memória que canoniza João Pedro Ribeiro. De tal maneira, tornou-se possível a análise do ambiente intelectual e da rede de possibilidades que dizem respeito à prática histórica no período estudado.

Trago neste momento as idéias de Jacques Le Goff, que mostra, em suas reflexões sobre os conceitos de documento e monumento, como o primeiro ganha certa primazia hierárquica sobre o último a partir da modernidade, tendo este processo seu auge nos séculos XVIII e XIX, no que tange à escrita da história. O paradoxo desta idéia é que o documento só ganha status de objetividade quando comparado ao caráter intencional do monumento, mas ao mesmo tempo revestindo-se de monumento. Nas palavras do historiador francês, o documento evolui para testemunho histórico no início do século XIX, ligado à idéia de prova histórica.¹⁷⁵ O trabalho que João Pedro Ribeiro desenvolvia anteriormente à criação da Cátedra de Diplomática tinha a ver exatamente com isto. Sua função era percorrer o reino de Portugal em busca de cartórios, conventos, e onde quer que estivessem os documentos que julgava necessários para a constituição de um grande arquivo. Segundo relatos do próprio, a situação era complicada devido ao péssimo estado de conservação dos escritos e dos locais que os abrigavam. Este trabalho continua, mesmo após 1796.

O que me chamou muita atenção, e é inclusive a chave de leitura que escolhi para abordar o problema de maneira mais consistente, é justamente a problemática da criação, ou construção de um arquivo percebida como uma linguagem nas *Reflexões Históricas* de Ribeiro. O autor se coloca no lugar do primeiro grande arquivista de Portugal. Voltando a Jacques Le Goff,

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa¹⁷⁶

Mais que os historiadores como entendemos hoje, quando trabalha com o processo de criação arquivística desde a Idade Média Central até o século XIX – e

¹⁷⁵ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2007, p.525-541.

¹⁷⁶ Ibidem, p.525.

isto Le Goff faz em seu famoso texto dedicado ao problema da memória – , mostra como neste momento começam a ser criadas instituições especialmente dedicadas ao trato destes arquivos. De “pobres arquivos ambulantes” dos reis aos grandes centros fixos que hoje conhecemos. Com respeito a estes, podemos dizer, como Elizabeth Roudinesco o faz, que o arquivo é a condição da história.¹⁷⁷ Isto vai ao encontro do que já mencionei sobre o caráter de prova dado ao documento escrito, e com o início da argumentação de Le Goff sobre a importância de se estudar o arquivo e o documento: “Enquanto conhecimento do passado, a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da memória coletiva.”¹⁷⁸ Sendo estes suportes essencialmente os arquivos, a reflexão sobre a criação destes se constitui de maneira crucial para pensarmos o problema da história, principalmente no momento abordado, onde as bases para uma escrita científica da disciplina estão sendo formuladas.

Destaco, na figura de João Pedro Ribeiro, sua crítica a um atraso de Portugal em relação a isto, daí a importância que o mesmo dá ao seu trabalho. O que ele faz, ou propõe, é uma releitura da tradição, e uma adequação à nova maneira de se realizar a tarefa da história. Interessante destacar que o lugar que o próprio autor se arroga é o de um preparador, alguém que teria como papel deixar pronto o terreno para uma escrita da história de Portugal. De acordo com a nova preocupação, esta escrita deve ser baseada em fontes, documentos, essencialmente escritos. Segundo o próprio, a tarefa de coleta de um grande arquivo ainda não está pronta, mesmo em 1835, e que “Ninguém se persuada que exagéro, e pertendo buscar gloria de uma profissão, a que por gosto, e ate por dever me acho dedicado”.¹⁷⁹ O autor fala de partes da história portuguesa plenamente ignoradas até então, o que me faz pensar em uma discussão acerca de seu próprio papel enquanto um grande e primeiro coletor de documentos em Portugal. Segundo Jacques Derrida, “o primeiro arquivista institui o arquivo como deve ser, isto é, não apenas exibindo o documento mas estabelecendo-o. Ele o lê, interpreta e classifica.”¹⁸⁰ Proponho a leitura de Ribeiro justamente como este primeiro arquivista de Derrida. No momento em que este empreende seu esforço de coleta

¹⁷⁷ ROUDINESCO, Elizabeth. op. cit., p.9.

¹⁷⁸ LE GOFF, Jacques. op. cit., p. 525.

¹⁷⁹ RIBEIRO, João Pedro. **Reflexões Históricas**. Parte II. Coimbra: Imprensa Universitária, 1836, p. 2.

¹⁸⁰ DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo. Uma Impressão Freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

de documentos, enquadrando Portugal na lógica de um moderno conceito de história, com uma nova preocupação de reger a escrita da mesma, ele, além de fundamentar, e como já mencionado, preparar o terreno para tal escrita, direciona em certa medida como esta tem de ser executada. Chamo a atenção, assim, para a ligação do momento de criação de um arquivo com o futuro. Mais que um problema do passado, o arquivo e o documento são produtos da sociedade que o fabricam. O primeiro, enquanto lugar por excelência da busca do historiador, e o segundo enquanto monumento, na ótica de Le Goff. Os dois constituem o esforço de uma sociedade do presente em reter algo. O arquivo se abre a partir do futuro, e põe em questão a chegada do mesmo. A monumentalização do documento escrito pode ser enxergada como a sacralização do vestígio, à qual nos remonta Roudinesco.¹⁸¹

O momento em questão, digo, a passagem do século XVIII para o XIX, é um momento chave para entendermos a criação não apenas de arquivos, ou de instituições preocupadas com o trato dos mesmos. Estes fatos podem ser lembrados como evidências para uma nova preocupação com relação à história, no bojo do que encontramos discutido por Reinhart Koselleck sobre o moderno conceito de História. O autor propõe que o velho topos de Cícero, *Historia Magistra Vitae*, estaria neste momento tendo seu sentido esvaziado, quando os acontecimentos europeus – a ênfase é nas Revoluções Industrial e Francesa, com certo destaque para esta última – não permitiriam mais a visão da história como um cadinho, um poço de exemplos. Esta ideia, que Koselleck enxerga traços inclusive em Lutero, é mais claramente percebida no que nos acostumamos a chamar de filosofia da história, no século XVIII. Percebe-se nestes escritos uma preocupação em dar sentido a um futuro outrora limitado, mas doravante desconhecido. Interessante é atentar para a nova preocupação de enquadrar a História como uma disciplina de cunho científico, pois, após esta filosofia da história, a exigência passará a ser justamente quanto a um rigor específico tanto para o acesso ao passado quanto para a escrita deste. Apesar de todas as críticas que se possam fazer em cima de uma leitura muito marcada de Ranke, o considero um bom exemplo para a exigência que determina a tarefa do historiador neste momento. Como quando ele diz, em seu “Povos e Estados na História Moderna”,

¹⁸¹ ROUDINESCO, Elizabeth. op. cit., p.8.

onde delineia o método de investigação e a pretensão de sua obra: “tratamos, simplesmente, de expor como ocorreram, em realidade, as coisas.”¹⁸² A importância destes empreendimentos está, neste momento, sendo constituída na Europa, e em terras lusitanas não é diferente. A partir de tal discussão, podemos situar João Pedro Ribeiro também nesse momento de transição, na inserção de Portugal no que apresentamos sobre o moderno conceito de História.

Ribeiro, portanto, é figura central deste momento em Portugal. Figura como um “entre dois”, relendo a tradição portuguesa de uma monarquia católica, enquadrando-a no modelo científico da escrita da história, com suas exigências acerca de um rigor documental. A leitura que será feita a partir do trabalho deste autor é curiosa e interessante, como já trabalhado. Desde Herculano se opera uma construção em torno do autor que eleva o caráter direcionador de sua obra, muitas vezes em detrimento de outros aspectos.

Os arquivos constituídos através do trabalho de nosso autor em questão serão usados sob a ótica informada já pelos autores de seu tempo. O estudo da confluência destes trabalhos também nos abre espaço para pensarmos o problema da escrita da história, quando debruçada sobre um corpus documental pré-elaborado e pré-estabelecido. Como diz Derrida,

a interpretação do arquivo (...) não pode esclarecer, ler, interpretar, estabelecer seu objeto, isto é, uma herança dada, senão inscrevendo-se nele, isto é, abrindo-o e enriquecendo-o bastante para então aí ocupar um lugar de pleno direito.¹⁸³

O documento utilizado pelo historiador, ao qual este último dá voz, leva ao silêncio de outro documento. Esta decisão, com caráter de escolha, guarda relações com a própria decisão de se arquivar um documento ou não, ou seja, deste documento se tornar monumento ou não. É sobre este processo de escolha que meu trabalho foi focado. Mais uma vez, nas palavras de Jacques Le Goff, “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.”¹⁸⁴

¹⁸² RANKE, Leopold von. *Pueblos y Estados em la Historia Moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1948, p.6.

¹⁸³ DERRIDA, Jacques. op. cit.

¹⁸⁴ LE GOFF, Jacques. op. cit.

Conclusão

O longo período em que, na Academia, seriam executadas investigações científicas (e que se estendeu, ainda que com intervalos, até o ano de 1794) permitiu que os sócios envolvidos nos projetos de levantamento documental concluíssem que tirar cópias fiéis de documentos apresentava grande dificuldade. A inexistência de especialistas capacitados para ler documentos antigos havia tornado o reconhecimento da originalidade ou da falsidade de um manuscrito em um trabalho excessivamente moroso, senão praticamente inviável. A investigação histórica, exaltada no meio ilustrado, encontrava-se limitada pela ausência de um corpo de especialistas para leitura e decifração dos documentos.¹⁸⁵

A questão perpassa toda a tarefa historiográfica a qual a própria Academia Real das Ciências de Lisboa se propõe a realizar. Há uma dificuldade real de se encontrar copistas e amanuenses para as operações necessárias de levantamento documental, o que compõe um quadro paradoxal, tendo em vista o grande prestígio gozado pela erudição em meio aos letrados portugueses durante todo o Setecentos. A leitura de documentos antigos era parte crucial do trabalho que a burocracia de Estado se propunha, e a erudição ultrapassava as barreiras dos mosteiros para chegar às atividades legislativas e administrativas. Os discursos políticos eram cada vez mais permeados pela prática erudita, que desde a reforma pombalina da Universidade de Coimbra já era utilizada para a argumentação dos textos laicos de história e direito. Estes mesmos discursos políticos comungavam, entre o fim do século XVIII e o início do XIX, erudição e história como argumentos fundamentais para justificar o poder do monarca. O interessante é que se o discurso histórico reprime outros argumentos e passa a fundamentar o poder do rei, este acaba se tornando uma espécie de refém da autoridade contida naquele discurso que era, por sua vez, produzido e trabalhado pelos acadêmicos que o rodeavam e acastelavam. João Pedro Ribeiro, personagem de destaque no movimento ao qual faço alusão, possuía ligação com diversas instituições acadêmicas e políticas, como a própria Academia Real das Ciências de Lisboa, a Universidade de Coimbra e o Desembargo do Paço, o que denuncia o sentido social e o uso político que à erudição era atribuído. Em quaisquer destas instituições, João Pedro Ribeiro se apresentava como um defensor do Estado

¹⁸⁵ SILVA, op. cit., p.171

monárquico e de seus interesses. Sua atuação como letrado na Academia Real das Ciências de Lisboa também serve a estes ideais, como uma espécie de protetor das fontes do direito como patrimônio e ferramenta a ser utilizada para a sustentação e legitimação do regime monárquico absolutista. Taise Quadros chega a afirmar que o objetivo final de toda a obra do autor em questão é a própria legitimação do mesmo regime.¹⁸⁶

As reformas pombalinas haviam tornado a legitimidade da leitura jurídica condicionada à certeza de autenticidade dos documentos utilizados. O conhecimento da documentação anterior ao período monárquico passava, desse modo, a ser preocupação do Estado, e os mosteiros do reino começavam a ter cópias de seus documentos requisitados para investigação, quando não tinham de permitir o uso de seus arquivos para alunos e docentes da cátedra de diplomática ou para a comissão investigativa. A produção da verdade documental era uma questão a ser controlada pelo Estado, tal qual a preservação das fontes.

As reformas de Pombal no âmbito jurídico tiveram papel crucial na centralização da monarquia, mas no século XIX o uso da erudição na leitura documental serviria para fundamentar diversos argumentos políticos diante das conturbações pelas quais passaria Portugal. Por vezes, os adeptos do liberalismo buscavam justificações desta maneira, por outras, os defensores da ordem monárquica o fariam. Além disso, o debate sobre os direitos senhoriais e sua legitimidade ganha fôlego no final do Setecentos e adentra o Oitocentos, criando uma particularidade no caso da diplomática portuguesa. A questão a ser investigada era a do modelo sobre o qual o Estado português deveria se guiar ou organizar. Através de seus escritos eruditos, João Pedro Ribeiro considerava o caso português como sendo a principal maneira de justificar o regime monárquico absoluto. De tal forma, o passado deveria orientar o presente lusitano.

Uma vez incorporada ao meio eclesiástico, a interpretação erudita dos documentos do passado português se alastrara a partir de seu uso na Universidade de Coimbra, fazendo com que João Pedro Ribeiro e outros que possuíam formação religiosa e foram incorporados ao aparelho estatal ganhassem importância. Na verdade, parece um movimento duplo de crescimento da importância tanto dos eruditos ligados ao tema como da parcela do aparelho do

¹⁸⁶ Ibid., p.173

Estado que trata da questão. As práticas de averiguação ganham importância cada vez mais enquanto homens com tal formação são incorporados ao Estado.

A ruptura do pensamento histórico produzido pela Academia Real da História Portuguesa na primeira metade do século XVIII tem seu sentido completamente negado pela obra de João Pedro Ribeiro, que apresenta interesse renovado e de acordo com os interesses políticos de sua época. A crítica de Ribeiro fortalece o regime monárquico absoluto e não é imparcial, como o próprio parece querer tentar mostrar ao leitor. A crítica de Ribeiro é um instrumento de fortalecimento do poder, que auxilia na contenção de opiniões. A crítica, como empregada pelo autor, somente teria sua utilidade se agisse em defesa da moral, independente de estar ligada à história sacra ou não.¹⁸⁷ A erudição, portanto, mesmo que não estivesse mais ligada à escrita da história eclesiástica, continuava relacionada a uma moral através da concepção de sua verdade histórica.¹⁸⁸

¹⁸⁷ RIBEIRO, João Pedro. **Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1810. Tomo I - Prólogo.

¹⁸⁸ RIBEIRO, João Pedro. *Origem da Diplomática, sua utilidade, necessidade e Progressos*, tomo IV, Dissertação X. In: **Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Referências Bibliográficas

Fontes impressas:

AYRES, Christovam. **Para a História da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

BAIÃO, Antonio. **A Infância da Academia (1788-1794)**. Visita aos Arquivos do reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo etc. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1934.

RIBEIRO, João Pedro. **Additamentos e retoques à Synopse chronologica**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1829.

_____. **Cortes do Reyno do Portugal**: desde as de Lamego (?) até as de 1698. Lisboa: Real Officina Typographica, 1911.

_____. **Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal**. Tomos I-V. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1810-1836.

_____. **Indice chronologico remissivo da Legislação Portuguesa posterior á publicação doCodigo Filippino**. Partes I-VI. Lisboa: Typografia da Real Academia das Sciencias de Lisboa, 1805-1830.

_____. **Memorias Authenticas Para a Historia do Real Archivo**. Lisboa: Impressão Régia, 1819.

_____. **Memoria para a historia das confirmações regias neste reino**. Lisboa: Impressão Regia, 1816.

_____. **Observações historicas e criticas para servirem de Memorias ao systema da Diplomatica Portuguesa**. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1798.

_____. **Reflexões Históricas**. Partes I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835-1836.

Vários. **Memorias de Litteratura Portuguesa**. Volumes I-VIII. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1794-1814.

Bibliografia:

ANDRADE, Luiz Cristiano de. **Os preceitos da memória**. Manuel Severim de Faria, inventor de autoridades lusas. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 34

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BANN, Stephen. **As Invenções da História**. Ensaios sobre a representação do passado. Campinas: Editora da Universidade Estadual Paulista/UNESP, 1994.

BARREIRA, Aníbal. **João Pedro Ribeiro – sua posição na historiografia nacional**. In: Revista de História da Faculdade de Letras do Porto, 1979.

BASTO, A. de Magalhães. **João Pedro Ribeiro e a historiografia nacional**. Porto, 1939.

BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra**. Vols. 3 e 4, Coimbra, 1891-1902.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem / Teatro de Sombras**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CIDADE, Hernani. **Licções de cultura e literature portuguesa**. Coimbra: Ed. Coimbra, 1968

CLOCLET, Ana Rosa. A Formação do Homem Público no Portugal setecentista: 1750-1777. In: Revista Intellectus Vol. II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003

COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário. **Estudos de Diplomática Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

CUNHA, D. Luis da. **Instruções Inéditas a Marco Antonio de Azevedo Coutinho**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1930

_____. **Testamento Político**. Lisboa: Seara Nova, 1943

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**. Uma Impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a Cultura Europeia: Século XVI a XVIII**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953.

DOSSE, François. **A História**. Bauru: EDUSC, 2003.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada**. São Paulo: Editora Ática, 1993

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FURET, François. **A Oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1986.

GRAFTON, Anthony. **As Origens Trágicas da Erudição**. Campinas: Papirus, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **TOPOI**. Rio de Janeiro,(5):184-200. set.2002.

_____. Apresentação. In: HARTOG, François. **O século XIX e a história: O caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, pg. 9-16.

_____. **Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História**. In: Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V.23. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 111-143.

GUSMÃO, Alexandre de. **Obras**. São Paulo: Cultura, 1945.

HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos**. 10 volumes. 8ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

HESPANHA, António Manuel. **Guiando a mão invisível**. Direitos, Estado e Lei no liberalismo monárquico português. Coimbra: Almedina, 2004

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **historia/Historia**. Madrid: Trotta, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2007.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

MONCADA, Luis Cabral de Oliveira. **Estudos de História do Direito**. Coimbra, 1948-1950.

MORSE, Richard. **Espelho de Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História**. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003.

RANKE, Leopold von. **Pueblos y Estados em la Historia Moderna**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1948

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Dificuldades que tem um velho reino para emendar-se**. Porto: Inova.

_____. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1922

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia Portuguesa**. Vol. III. Lisboa: Editorial Verbo, 1974.

_____. **História breve da Historiografia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1962.

SILVA, Taise Tatiana Quadros da. **Maquinações da Razão Discreta**: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010

_____. **Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista. Uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720)**. (Conferência na UFOP, 2009)

TENGARRINHA, José. (coord.) **A Historiografia Portuguesa, Hoje**. São Paulo: Editora Ucitec, 1999.

TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal**. Séculos XIX-XX. 1ª Ed. 2 vols. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.). **O Liberalismo (1807-1890)**. Lisboa: Círculo de Leitores / Ed. Estampa, 1993. (História de Portugal / Dir.: José Mattoso; vol. 5).

VERNEY, Luis Antonio. **O Verdadeiro Método de Estudar**. Lisboa: Sá da Costa, 1952.

VITORINO, Pedro. **Acêrca de João Pedro Ribeiro**. Porto, 1938.

YATES, Frances. **A Arte da Memória**. Campinas: UNICAMP, 2007.